organizadores
Vinicius Barbosa Cannavô
Maura Jeisper Fernandes Vieira
Priscila Tadei Nakata Zago
Lázaro de Oliveira Evangelista
Cristianne Maria Famer Rocha

MODOS DE SER CONTEMPORÂNEO

sujeit@s do nosso tempo

CAPES
PPGEDU UFRGS/FACED
pimenta cultural

organizadores
Vinicius Barbosa Cannavô
Maura Jeisper Fernandes Vieira
Priscila Tadei Nakata Zago
Lázaro de Oliveira Evangelista
Cristianne Maria Famer Rocha

MODOS DE SER CONTEMPORÂNEO

sujeit@s do nosso tempo

CAPES PPGEDU UFRGS/FACED | São Paulo | 2025 | pimenta cultural

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

M692

Modos de ser contemporâneo: sujeit@s do nosso tempo / Organização Vinicius Barbosa Cannavô... [et al]. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2025.

Demais organizadores: Maura Jeisper Fernandes Vieira, Priscila Tadei Nakata Zago, Lázaro de Oliveira Evangelista, Cristianne Maria Famer Rocha.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-327-1
DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1

1. Educação. 2. Neoliberalismo. 3. Sujeitos contemporâneos. 4. Processos de subjetivação. 5. Novos modos de existir. I. Cannavô, Vinicius Barbosa (Org.). II. Vieira, Maura Jeisper Fernandes (Org.). III. Evangelista, Lázaro de Oliveira (Org.). IV. Rocha, Cristianne Maria Famer (Org.). V. Título.

CDD: 371.115

Índice para catálogo sistemático:
I. Educação
II. Neoliberalismo
Simone Sales • Bibliotecária • CRB ES-000814/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2025 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2025 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<*https://creativecommons.org/licenses/*>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Júlia Marra Torres
Estagiária editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Andressa Karina Voltolini
Estagiárias em editoração	Raquel de Paula Miranda Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Imagens da capa	rubalprince - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Belarius Sans, Magno Serif
Revisão	Os autores e os organizadores
Organizadores	Vinicius Barbosa Cannavô Maura Jeisper Fernandes Vieira Priscila Tadei Nakata Zago Lázaro de Oliveira Evangelista Cristianne Maria Famer Rocha

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2025

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoras

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadétte Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva.
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leyltton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos
e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS
E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

O presente trabalho foi financiado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 0001.

ADVERTÊNCIA

Os capítulos deste livro foram desenvolvidos por pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas, sendo o conteúdo, os aspectos gramaticais e a formatação das referências de responsabilidade exclusiva dos autores e autoras, não tendo os organizadores, nem a editora, responsabilidade sobre o teor (ou a correção) deles.

SUMÁRIO

CAPÍTULO **1**

Vinícius Barbosa Cannavô
Maura Jeisper Fernandes Vieira
Priscila Tadei Nakata Zago
Lázaro de Oliveira Evangelista
Cristianne Maria Famer Rocha

Modos de ser contemporâneo nos tempos atuais:
quem são os sujeito@s do nosso tempo? **13**

CAPÍTULO **2**

Maria Luíza Lucas dos Santos
Hector Hernando

A produção acadêmica na América Latina em tempos de neoliberalismo:
desafios e possibilidades **23**

CAPÍTULO **3**

Amanda de Mello Martins
Elisabeth Lima de Oliveira
Fernanda Carlise Mattioni

A constituição de subjetividades na universidade contemporânea:
uma revisão narrativa de literatura **42**

CAPÍTULO **4**

Maura Jeisper Fernandes Vieira
Kamyla Stanieski Dias
Liara Saldanha Brites

A docência espetacularizada no *TikTok:*
um modo de ser professor no contemporâneo **59**

CAPÍTULO **5**

Flavia Feron Luiz
Tanisa Brito Lanzarini
Liciane da Silva Costa Dresch

Modos de ser enfermeir@ na contemporaneidade:
o empresário de si e os desafios para além do cuidado **76**

CAPÍTULO **6**

Ana Villarroel Márquez

Existencia de un rap feminista como manifestación artístico-activista que se desarrolla dentro del *Hip Hop* para hacer frente a la violencia contra las mujeres **91**

CAPÍTULO **7**

Carolina Araujo Londero
Júlia Gomes Bragante Commiato
Luiza Viriato Borges
Thiago Perez Jorge
Tiago Amaral Sales

Modos de ser e de se alimentar no contemporâneo:
comer, resistir e re-existir no contexto da racionalidade neoliberal **106**

CAPÍTULO **8**

Elsa Franke Roso
Priscila Tadei Nakata Zago

O enfrentamento da tuberculose na contemporaneidade:
quais as possibilidades para aqueles que não caminham na linha? **122**

CAPÍTULO **9**

Vinícius Barbosa Cannavô
Adilson Cristiano Habowski
Leonei Braun
Francine Carlete Groth Eichler
Milena Ribeiro Lopes
Jara María Romero Luque
Brice Gaelfie N Gouaka Bouaha

A ordem global e o refúgio no Sul Global:
colonialidade, geopolítica e a crítica africana
ao regime internacional de refugiados **144**

CAPÍTULO **10**

Lázaro de Oliveira Evangelista
Carolina de Freitas Corrêa Siqueira
Walter Günther Rodrigues Lippold
Carlos Alberto da Silva Lisboa dos Santos

Educação das Relações Étnico-Raciais
e os aportes socioculturais
das tradições *Bantu*:
contribuições para a educação contemporânea **169**

CAPÍTULO **11**

Michelle Brugnera Cruz Cechin
Lucas Barros dos Santos
Lázaro de Oliveira Evangelista

Oxum, menstruação e a ética do cuidado
feminista na literatura infantojuvenil..... 190

Sobre nós: organizador@s e autor@s 211

Índice remissivo..... 220

1

Vinícius Barbosa Cannavô
Maura Jeisper Fernandes Vieira
Priscila Tadei Nakata Zago
Lázaro de Oliveira Evangelista
Cristianne Maria Famer Rocha

MODOS DE SER CONTEMPORÂNEO NOS TEMPOS ATUAIS:

QUEM SÃO OS SUJEITO@S DO NOSSO TEMPO?

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.1

SUMÁRIO

Este livro nasce do desejo coletivo de explorar múltiplas subjetividades e agenciamentos no tempo presente, no que convencionamos chamar de contemporâneo. Byung-Chul Han (2021) nos convida a prestar atenção no que passa no presente sem reivindicá-lo como nosso. Ninguém está à frente do seu tempo, como corriqueiramente escutamos por aí, mas situados no contemporâneo, sendo constantemente (re)produzidos pelas condições de existência do presente. Se produzidos no contemporâneo, também inatuais porque nada nem ninguém pode coincidir perfeitamente com um tempo (Agamben, 2009). Os tempos áureos do iluminismo, que muito influencia as sociedades atuais, propuseram revelar a escuridão expondo-a à luz, mas talvez seja exatamente colidindo com a escuridão, isto é, com aquilo que não se pode ver nem entender, deixando-a penetrar na nossa intimidade para que possamos experimentá-la e dizer o novo e não repetir o dito.

Os textos presentes neste compêndio estabelecem uma relação de estranhamento com o espírito do nosso tempo. Não meramente a crítica às tecnologias digitais, à globalização, ao neoliberalismo, à docência, à enfermagem, às questões migratórias, ao patriarcado, ao colonialismo, aos cuidados de saúde, à educação das relações étnico-raciais, à literatura infantojuvenil, à menstruação, à alimentação e às mudanças nas estruturas sociais que produzem e reproduzem nossas subjetividades, mas a crítica permanente, a ser revisitada constantemente por nós e por outros que se proponham a problematizar o contemporâneo em outros tempos - ou para usar um termo muitas vezes citados por Alfredo Veiga-Neto (2006): a hipercrítica, acioná-la para tensionar o pensar.

Estes textos partem do campo de estudos pós-críticos[1], intencionado desconstruir algumas noções tradicionais de identidade e

1 O campo de pesquisa pós-crítico opera de modo distinto da tradição da teoria crítica trazendo para o debate as implicações concernentes às relações de poder, o sujeito como efeito da linguagem, bem como social, cultural e historicamente construído. Existe nesta perspectiva um declínio das metanarrativas e as categorias são consideradas dentro de uma ordem contingencial. Ainda neste campo há um movimento de desnaturalização que evidencia o caráter não natural das coisas e considera a verdade como uma construção social que é diretamente atravessada pelo exercício do poder que, como em um jogo de forças, legitimam algumas verdades e deslegitimam outras (Meyer e Paraíso, 2012; Silva, 2005).

SUMÁRIO

subjetividade, oferecendo uma visão crítica sobre as forças discursivas, sociais e culturais que moldam os modos de ser no mundo atual. As transformações sociais, culturais e tecnológicas nas últimas décadas exigem uma constante reavaliação das formas de ser e estar no mundo. Nesse sentido, as produções apresentadas nesse livro buscam problematizar as concepções fixas de identidade, que muitas vezes são tomadas como naturais e imutáveis, revelando como essas identidades são resultados de complexas articulações discursivas e práticas de poder (Silva, 2005).

Além do mais, ao investigar os modos pelos quais os sujeitos são produzidos e posicionados em diferentes contextos sociais, este compêndio de textos pretende mostrar que as subjetividades contemporâneas estão em constante processo de negociação e transformação, no Brasil e no mundo. As análises, a seguir apresentadas, seja pela diversidade dos temas tratados e dos referenciais teóricos utilizados, além das abordagens metodológicas colocadas em operação, buscam explorar modos de ser e estar no contemporâneo.

Os sujeitos contemporâneos são caracterizados principalmente por um tipo de individualismo exacerbado e uma sobrecarga de autoexigência. Han (2021) argumenta que o sujeito não é mais visto como um ser sujeito à repressão externa, mas, ao contrário, é impelido a se autoexplorar e a buscar constantemente a realização pessoal. O sujeito é constantemente pressionado a ser produtivo, eficiente e otimizado, o que leva a um aumento da ansiedade, do estresse e do esgotamento. A ideia de liberdade, que se pensava ser um símbolo de emancipação, acaba se tornando uma armadilha, pois a liberdade para agir e realizar é uma liberdade sobrecarregada por expectativas de sucesso e desempenho.

Por outro lado, os sujeitos contemporâneos também habitam o terreno do poder, onde resistências e contracondutas também podem ser acionadas (Foucault, 2008) em espaços micropolíticos (Deleuze e Guattari, 2018). Subverte a norma hegemônica estabelecida, a ordem

do discurso e fazer uma outra coisa, em outro tempo, para construir um outro território, um outro corpo. Condutas são naturalizadas e por isso podem ser desnaturalizadas por posturas, manifestações e ações individuais e coletivas, seja no campo social, econômico, político, artístico, cultural. Questionam-se normas, reconfiguram-se relações de poder e, assim, modos de existência plurais são possíveis.

O capítulo *A produção acadêmica na América Latina em tempos de neoliberalismo: desafios e possibilidades*, escrito por Maria Luíza Lucas dos Santos e Hector Hernando propõe uma análise crítica sobre a produção acadêmica e o produtivismo na América Latina, especialmente no contexto do neoliberalismo. O texto nasce do encontro entre um acadêmico colombiano e uma acadêmica brasileira em um congresso universitário no México. O texto discute os desafios cotidianos da vida universitária, com ênfase no produtivismo exacerbado imposto pela lógica neoliberal, que pressiona os acadêmicos a produzirem incessantemente para atender a critérios quantitativos de avaliação. Nesse cenário, o acadêmico latino-americano muitas vezes se vê preso a uma dinâmica em que suas produções são direcionadas a preencher currículos de forma impessoal, sem o objetivo de estabelecer diálogos significativos ou questionamentos, seguindo padrões eurocêntricos ou norte-americanos. Os autores levantam a questão de como seria possível romper com essa lógica produtivista e construir novos modos de estar na academia, desafiando as métricas que reduzem o conhecimento a números e artigos rápidos, em detrimento de uma reflexão mais profunda e crítica.

Em uma revisão narrativa de literatura, Amanda de Mello Martins, Elisabeth Lima de Oliveira e Fernanda Carlise Mattioni, no capítulo *A constituição de subjetividades na Universidade contemporânea: uma revisão,* reúnem pesquisas que visam destacar a ampla inserção da racionalidade neoliberal no contexto acadêmico, na atualidade. As autoras apresentam quais subjetividades estão sendo produzidas no contexto da universidade, na contemporaneidade e através de uma reflexão crítica apontam que possibilidades

de resistências e contracondutas são produzidas nesse contexto no cenário acadêmico atual.

No capítulo intitulado *A Docência Espetacularizada no TikTok: um modo de ser professor no contemporâneo,* Maura Jeisper Fernandes Vieira, Kamyla Stanieski Dias, Liara Saldanha Brites lançam a seguinte questão: como as práticas de professores midiatizados em plataformas digitais reconfiguram a docência na contemporaneidade? Para responder, as autoras convidam o leitor a pensar tais práticas, - a de professores midiatizados em plataformas digitais -, como reconfigurantes da docência na contemporaneidade a partir de um olhar sobre os efeitos do Neoliberalismo enquanto racionalidade, que atinge a dimensão de uma forma de ser no contexto contemporâneo. Para tal, abordam elementos como a transição *da Sociedade do Espetáculo* para o *Show do Eu* e a *Docência Espetacularizada*, a partir de uma análise ensaística de exemplos brasileiros do cotidiano docente no *TikTok*.

Em *Modos de ser enfermeir@ na contemporaneidade: o empresário de si e os desafios para além do cuidado*, Flávia Feron Luiz, Tanisa Brito Lanzarini e Liciane da Silva Costa Dresch destacam que a contemporaneidade é marcada por uma valorização da individualidade, onde o sujeito enfermeiro acaba tendo que se adaptar à realidade do mercado neoliberal. A variedade de tópicos, que vai desde especialidades da profissão até fofocas e críticas sociais, revela uma nova dinâmica na profissão, marcada pela transformação nos modos de educar e informar, agora imersos na produção de conteúdo digital. Para o enfermeiro digital, o que está em jogo é a capacidade de provocar reações emocionais e ações significativas nos usuários. O sucesso dessa influência depende da disposição do profissional para se expor na internet, de seu conhecimento no uso de ferramentas digitais e, principalmente, de sua habilidade de comunicação eficaz e cativante. Nesse contexto, os desafios impostos pelas transformações sociais, econômicas e pela lógica neoliberal estão redefinindo a prática e a identidade dos enfermeiros, afetando sua

SUMÁRIO

autonomia e a ética do cuidado. Esse processo, em curso, é caracterizado pela precarização de recursos e pela inovação tecnológica, além da valorização da meritocracia. Na Enfermagem, o conceito de "trabalhador empresário de si" estará alinhado aos novos modos de viver contemporâneos, promovendo outras formas de ser e existir na profissão, que seguirão as novas dinâmicas sociais e profissionais.

A discussão travada por Ana Villarroel Márquez, em seu capítulo intitulado *Existencia de un rap feminista como manifestación artístico-activista que se desarrolla dentro del Hip Hop para hacer frente a la violencia contra las mujeres*, versa sobre o rap feminista cantado em espanhol, especialmente nos territórios urbanizados do que hoje conhecemos como México, a partir de uma abordagem discursiva, epistemológica e política criada por mulheres para combater a violência sexista e a persistente presença do patriarcado nas sociedades urbanas. O Hip Hop, nascido de um contexto de pobreza e desigualdade, sempre teve uma perspectiva de transformação social, e dentro dessa contracultura, as mulheres estiveram presentes desde o início, embora frequentemente ofuscadas por uma narrativa predominantemente masculina. Nos últimos 20 anos, surgiu o rap feminista, uma vertente crítica que questiona as normas de gênero dentro do próprio Hip Hop, um espaço também marcado por práticas patriarcais. O surgimento desse movimento reflete uma necessidade interna de reconfiguração das relações de gênero, onde as mulheres, ao se perceberem marginalizadas, passaram a se organizar para transformar a cultura e sua representação. O Hip Hop, enquanto uma forma de vida e expressão livre, possibilita justamente esse espaço de resistência e transformação, onde a interculturalidade e a inclusão ganham destaque, mesmo frente ao processo de comercialização da indústria.

Partindo da tríade necessidade, desejo e obsessão, Carolina Araujo Londero, Júlia Gomes Bragante Commiato, Luiza Viriato Borges, Thiago Perez Jorge, Tiago Amaral Sales, no capítulo intitulado *Modos de ser e de se alimentar no contemporâneo: comer, resistir e re-existir no contexto da racionalidade neoliberal*, apresentam

SUMÁRIO

uma reflexão crítica acerca das formas de ser e de se alimentar na atualidade, analisando as interconexões entre alimentação, resistência e re-existência. Os autores problematizam as implicações culturais, políticas e econômicas do ato de comer, evidenciando como a alimentação ultrapassa sua dimensão biológica e se inscreve em redes de poder, saber e normatização social. A partir de um olhar atento sobre os impactos do sistema agroalimentar hegemônico e das políticas neoliberais na produção e no consumo de alimentos, os autores examinam como a comida é atravessada por memórias, afetos e disputas simbólicas. Discute-se a fragmentação do alimento no capitalismo globalizado e como a alimentação se tornou um campo de controle e mercantilização, influenciado por narrativas que individualizam as responsabilidades sobre escolhas alimentares, obscurecendo as desigualdades estruturais.

Elsa Franke Roso e Priscila Tadei Nakata Zago, no capítulo *O enfrentamento da tuberculose na contemporaneidade: quais as possibilidades para aqueles que não caminham na linha?*, está versado sob a linha tênue entre ficção e realidade que se desfaz, pois, as autoras abordam o real como ficcionalizado - uma vez que a criação de narrativas é algo intrínseco ao ser humano. A ficcionalização do real acontece por meio da leitura e escrita de histórias, que organizam ideias e conferem sentido à vida, que, por si só, é cheia de ambiguidades. A história de Anderson, portanto, busca apresentar uma nova perspectiva sobre o enfrentamento da tuberculose na contemporaneidade, ressaltando que diferentes compreensões sobre um mesmo fenômeno são fundamentais para o entendimento do mundo. Ao confrontar diversas visões, abre-se um caminho para combater a polarização de ideias, pois cada ponto de vista revela uma faceta do humano, enquanto a defesa de uma única ideia tende a desumanizar e a limitar o potencial de vida. Por isso, no texto, tanto os nomes dos personagens quanto os dos profissionais de saúde são fictícios, enfatizando a atuação coletiva da equipe e a ideia de que o enfrentamento de problemas complexos, como a TB, exige uma abordagem conjunta e plural.

O capítulo intitulado *A ordem global e o refúgio no sul global: colonialidade, geopolítica e a crítica africana ao regime internacional de refugiados*, escrito por Vinícius Barbosa Cannavô, Adilson Cristiano Habowski, Leonei Braun, Francine Carlete Groth Eichler, Milena Ribeiro Lopes, Jara María Romero Luque, Brice Gaelfie N Gouaka Bouaha, aborda a problemática da colonialidade do poder, um sistema eurocêntrico que subjuga povos não-europeus, perpetuando a ideia de subdesenvolvimento e atraso. Essa lógica se mantém presente nas soluções humanitárias voltadas para os deslocamentos humanos, que apesar de contarem com instrumentos como a Declaração dos Direitos Humanos e a Convenção de 1951, esbarram na soberania dos Estados em garantir direitos aos refugiados. A análise se concentra na África, continente marcado pela colonização europeia e exploração de seus recursos. A Conferência de Bandung, em 1955, representou um marco na luta contra o colonialismo, impulsionando a descolonização e, consequentemente, o aumento dos deslocamentos forçados. A criação do *Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados,* em 1967, e a *Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) sobre os Aspectos Específicos dos Problemas de Refúgio na África*, em 1969, são respostas africanas para lidar com as particularidades do continente, evidenciando que as causas do refúgio no Terceiro Mundo estão intrinsecamente ligadas ao capitalismo e ao imperialismo.

No capítulo *Educação das Relações Étnico-Raciais e os aportes socioculturais das tradições Bantu: contribuições para a educação contemporânea*, Lázaro de Oliveira Evangelista, Carolina de Freitas Corrêa Siqueira, Walter Günther Rodrigues Lippold e Carlos Alberto da Silva Lisboa dos Santos propõem uma reflexão sobre a importância da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e o impacto das tradições *Bantu* na formação histórica, social e cultural do Brasil, com ênfase na construção de uma sociedade antirracista. A contribuição das culturas africanas, especialmente no que tange aos saberes, ciências, filosofias e cosmopercepções que circularam na diáspora africana, é abordada como essencial para a compreensão

das práticas cotidianas e da formação das identidades nacionais. A invisibilização dessas contribuições, relacionada aos fenômenos do racismo e do eurocentrismo, é vista como um obstáculo à promoção da justiça social e à superação das assimetrias históricas enfrentadas pela população negro-brasileira. O artigo propõe que o reconhecimento dos saberes africanos, incluindo os específicos das tradições *Bantu*, seja integrado aos currículos escolares e acadêmicos, a fim de fortalecer a descolonização do pensamento e ampliar o diálogo intercultural. A análise é fundamentada nas diretrizes e políticas públicas, como a Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), que tornou obrigatória a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos currículos oficiais, além da promoção da ERER como eixo estruturante nos projetos pedagógicos.

O capítulo *Oxum, Menstruação e a Ética do Cuidado Feminista na Literatura Infantojuvenil*, de Michelle Brugnera Cruz Cechin, Lucas Barros dos Santos e Lázaro de Oliveira Evangelista, evidencia a crescente relevância da menstruação na literatura infantojuvenil contemporânea, impulsionada pelo ativismo menstrual e mudanças culturais. A obra *O Ouro Vermelho de Dara* é destacada como um exemplo significativo, ao apresentar uma protagonista negra, umbandista e baiana, abordando a menarca em um contexto de vulnerabilidade e precariedade. A narrativa inovadora desafia a hegemonia das representações tradicionais, oferecendo uma perspectiva interseccional que contempla raça, religião e classe social. A presença da divindade Oxum, símbolo da criação e maternidade, enfatiza a importância da representatividade e do cuidado com a saúde menstrual. O texto ressalta a necessidade de estudos futuros para compreender o impacto da obra na formação de crianças e jovens leitores, considerando suas vivências e experiências.

Espera-se que, com a diversidade de temas propostos, em uma composição de textos plurais, que buscam dar conta da diversidade de corpos, narrativas e fragmentos, o livro tenha conseguido abarcar temáticas que cruzam discussões sobre os sujeitos

e os fenômenos contemporâneos. Assim, ao buscar desconstruir algumas das narrativas tradicionais sobre o que significa ser um sujeito na contemporaneidade, esperamos que esta obra ofereça uma plataforma crítica para analisar e repensar modos de existir no mundo atual, incentivando uma reflexão sobre as possibilidades de novas formas de subjetividade que possam emergir em resposta aos desafios do presente. Inspirados por Frederic Gros (2021), reiteramos sempre que o contemporâneo é um tempo com cadência própria e o que podemos dizer e fazer sempre será inacabado e inatual.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

BRASIL. **Lei n.º 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**: por uma literatura menor. São Paulo: Autêntica, 2018.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população:** Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GROS, F. **Caminhar**: uma filosofia**.** São Paulo: Ubu, 2021.

HAN, B. C. **Favor fechar os olhos:** em busca de um outro tempo Petropólis: Vozes, 2021.

MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

SILVA, T. T. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO, A. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. *In:* RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.) **Figuras de Foucault.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 13-38.

2

Maria Luíza Lucas dos Santos
Hector Hernando

A PRODUÇÃO ACADÊMICA NA AMÉRICA LATINA EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO:

DESAFIOS E POSSIBILIDADES

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.2

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Este capítulo surgiu a partir do encontro entre os dois autores durante um congresso sobre educação realizado no México. Hector, colombiano, e Maria Luíza, brasileira, estavam no país participando de um estágio doutoral no Programa de Pós-graduação em Pedagogia da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Ambos se interessaram profundamente por uma palestra apresentada por um professor, que ocorreu durante uma das conferências do evento.

Após o congresso, movidos pelo espírito de confraternização latino-americana, decidimos nos reunir em um momento informal para compartilhar nossas impressões sobre o evento. Nesse encontro, percebemos diversas semelhanças entre nossas trajetórias acadêmicas e os desafios cotidianos da vida universitária, o que solidificou as bases para a colaboração que deu origem a este trabalho.

O primeiro ponto que analisamos foi a experiência vivenciada pelo palestrante que tanto gostamos, que dispôs de apenas quinze minutos para sua exposição. Durante esse curto período, ele teve de responder a três perguntas previamente enviadas, o que limitou significativamente o tempo destinado à interação com o público. Ademais, cada participante teve no máximo dois minutos para fazer suas indagações, o que dificultou o aprofundamento do diálogo que tanto desejávamos naquele momento. Outro fato, foi que a mesa em que esse professor participou contou com outros dois palestrantes, que, na tentativa de maximizar a quantidade de informações transmitidas, leram suas respostas de maneira apressada. Essa abordagem gerou um ambiente de cansaço e confusão, uma vez que o volume excessivo de conteúdo dificultou a compreensão por parte do público.

Além disso, algumas das perguntas feitas pelos participantes pareceram-nos previamente formuladas, mais semelhantes às questões de uma banca avaliativa do que a dúvidas genuínas geradas

pelo conteúdo apresentado. Como resultado, o foco da mesa se concentrou na quantidade de informações transmitidas, em detrimento de novas interações e de um verdadeiro intercâmbio de perspectivas, algo que seria particularmente enriquecedor, já que o evento reunia pessoas de diferentes áreas do conhecimento.

Para nós, ficou claro que esse acontecimento refletiu uma das faces do produtivismo vertiginoso imposto à academia e aos acadêmicos. Mais do que trocar experiências, o foco estava em apresentar. Mais do que ouvir, o foco estava em falar. Mais do que entender, o foco estava em cumprir metas. Mais um evento realizado. Mais um trabalho apresentado. Mais um questionamento genérico formulado. Mais do mesmo.

Lembramos de um texto de Jorge Larrosa (2016, p. 26), que exagera sobre a sua experiência e diz que: "o acadêmico escreve para o comitê de avaliação, para banca da tese ou para o avaliador do paper. A questão é tão séria que se escreve para que ninguém leia e, porque é mais grave, a partir de critérios que se pressupõe sejam do avaliador". Da mesma maneira, traçamos um paralelo e percebemos que muitas vezes o acadêmico latino-americano fala para que ninguém o escute, apresenta para que ninguém o questione, a partir de critérios norte-americano e eurocêntricos, para preencher seu já largo currículo acadêmico.

Nesse sentido, afirma Célia Linhares (2016) que no ambiente universitário, não é raro escutar estudantes comentarem e se queixarem dos caminhos vertiginosos da produção de pesquisas em que não há tempo a perder com experiências outras que possam desestabilizar o que já se convencionou. A autora escreve em seguida que:

> Importa perceber como se vão elaborando armadilhas que engolem os pesquisadores e os pressionam a ceder aos padrões do que supostamente "precisa ser feito", para garantir algum êxito na carreira, mais prestígio entre pares e estudantes melhor avaliação pessoal ou do programa a qual pertencem, minimizando as próprias questões e

> conjunções educacionais que os constituem existencial e socialmente e que os tensionam para um alargamento e arejamento dos movimentos acadêmicos. O duro e o temível é quando, em meio a tantos embates, ocorre uma submissão ao instituído, de modo a ir travando abertura de outros caminhos mais éticos (Linhares, 2016, p. 10-11).

Mas como construir outros modos de estar na academia se o produtivismo funciona como parâmetro? Nós dois conversávamos sobre como Paulo Freire seria "odiado" atualmente se estivesse em algum Programa de Pós-Graduação, tendo em vista que o autor transmitiu suas ideias principalmente através da publicação de seus livros. Livros próprios, hoje em dia, possuem pouco impacto no currículo; o melhor é escrever dezenas de artigos científicos para pontuar no currículo. São publicações menores, que não permitem um aprofundamento teórico sobre o que é discutido, mas são vistas como mais importantes. Como exemplo, citamos o caso de um professor brasileiro que, de acordo com o site Ranking Brasil (2024), publicou apenas no ano de 2023, um total de 220 artigos científicos, gerando uma média superior a uma publicação a cada dois dias.

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO

A ironia de Paulo Freire ser "odiado" na academia atual, onde a quantidade de publicações é priorizada, contrasta com sua própria prática e filosofia, que valorizava a reflexão crítica e a construção do conhecimento de forma colaborativa. Vemos na contemporaneidade como uma educação que atende aos interesses do capital neoliberal, tem ocupado um espaço importante nas universidades latino-americanas, em detrimento de práticas libertadoras. Nesse sentido afirma Freire (1967) que é importante trabalhar dentro das práticas pedagógicas a criticidade, pois ela representa a crescente apropriação, pelo ser humano, de sua posição no contexto em que está inserido.

Trata-se de sua integração e da capacidade de representar objetivamente a realidade. Por isso, a conscientização é compreendida como o processo de desenvolvimento da tomada de consciência. Contudo, ela não é simplesmente um efeito das transformações econômicas, por mais relevantes que sejam. A criticidade, deve emergir de um trabalho pedagógico crítico, fundamentado em condições históricas favoráveis.

Esse pensamento crítico, porém, é difícil de ser praticado. Vemos diversos alunos e professores sucumbirem ao produtivismo vazio e serem reconhecidos e recompensados, inclusive financeiramente, por essa prática. Nesse sentido, Alcadipani (2011) afirma que muitos professores pressionados a produzir em uma grande quantidade, acabam terceirizando a tarefa para seus alunos; assim, têm tempo disponível para ocupar cargos na burocracia acadêmica, dar consultorias, lecionar em especialização, de modo que "ser avaliado por produção em quantidade é ótimo para muitos que colocam os alunos para trabalhar" (Alcadipani, 2011, p. 1175). Além disso, ele afirma que raramente burocratas do sistema são pesquisadores competentes e o resultado disso são a produção de artigos fracos, discussões rasas, falta de inovação conceitual, argumentos pouco rigorosos, artigos metodologicamente pífios, de modo que o momento da formação do aluno de pós-graduação é sugado pela produção de artigos inúteis e inconsistentes (Alcadipani, 2011).

Como resultado, observamos uma academia em que os sujeitos estão cada vez mais sendo moldados por uma racionalidade neoliberal, internalizando os valores da produtividade e da eficiência a ponto de se autodisciplinarem. Não precisamos mais de um capataz a nos ordenar uma atividade, nós mesmo nos punimos por não produzirmos. É uma passagem, de como afirma Michel Foucault (2008), do poder disciplinar para um poder biopolítico, onde o *ethos* neoliberal transforma indivíduos em "empreendedores de si mesmos", incentivando a autoexploração e a competição. Como resultado, as pessoas passam a agir como máquinas, acreditando que

SUMÁRIO

quanto maior a produção, maior o valor que possuem. A partir de uma visão foucaultiana Alcadipani (2011, p. 1176) escreve:

> Se o produtivismo está tão em voga é porque: ele atende a interesses; ele serve para alguém; ele tem ambiguidades que lhe permitem existir; ele oferece esperanças às pessoas. Nenhuma forma de dominação que seja apenas opressiva perdura. O produtivismo é útil ao fazer uma suposta "objetificação" da mensuração da "qualidade" de um pesquisador. Ele coloca um critério aparentemente claro: quem mais produz, melhor é. Ele atende, antes de mais nada, ao ego dos pesquisadores que querem ver seu nome no topo da lista dos mais produtivos. Permite que programas de pós-graduação e professores sejam avaliados e fomenta a ilusão de reputação para os "produtivos". E, o pior, permite que muitos professores não realmente pesquisadores, burocratas sem consistência, permaneçam no sistema com uma aura de competência acadêmica. Criamos um mecanismo de controle que está totalmente desvirtuado e gerando excrescências, mas que é diariamente alimentado por cada um de nós quando mandamos vários artigos para periódicos, quando pedimos aos nossos alunos que façam artigos antes de terem conhecimento do tema e por aí afora. O produtivismo apenas se reproduz na medida em que cada um de nós o faz existir no nosso cotidiano.

Foucault (2008) analisou o neoliberalismo sob uma perspectiva crítica, especialmente em seu curso de palestras intitulado *Nascimento da Biopolítica*. Para ele, o neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica, mas também uma forma de governamentalidade que atravessa diversos aspectos da vida social. Governamentalidade, conforme Foucault (1992, p. 291), refere-se ao conjunto de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer uma forma "bastante específico e complexo de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança".

SUMÁRIO

Nesse sentido, segundo Foucault (2008) o neoliberalismo representa uma mudança na maneira como o poder é exercido, deslocando o foco do Estado de bem-estar social para a promoção da livre competição, do individualismo e da responsabilidade pessoal. O Estado neoliberal desempenha um papel distinto, atuando menos como provedor de serviços sociais e mais como facilitador do mercado e regulador da concorrência. Foucault (2008) destaca que o controle exercido pelo Estado neoliberal ocorre por meio da biopolítica, utilizando políticas de saúde, educação e segurança para maximizar a produtividade e a eficiência dos indivíduos enquanto capital humano. Esse controle se manifesta na promoção de modos de vida alinhados aos objetivos econômicos, com disposições que influenciam comportamentos e moldam estilos de vida, reforçando uma lógica mercadológica.

De acordo com Gadelha Costa (2009), sob o novo espírito do capitalismo, essa governamentalidade, ancorada na economia e no mercado como principais referências, busca estrategicamente programar atividades e comportamentos individuais. Trata-se de uma forma de governamentalidade que visa controlar ações, emoções, pensamentos e autoconcepções, moldando a maneira como os indivíduos se relacionam consigo mesmos, com suas vidas e com o mundo ao seu redor. Esse controle é implementado por meio de processos e políticas de subjetivação, como novas técnicas de gestão, aplicação de conhecimentos psicológicos em grupos e organizações, propaganda, publicidade, marketing, branding e até literatura de autoajuda. Esses mecanismos, integrados a um movimento estratégico mais amplo, transformam os princípios econômicos de mercado em normas sociais abrangentes. Como consequência, a sociedade de consumo é convertida em uma sociedade orientada pelo modelo empresarial ou de serviços, incentivando os indivíduos a reverem suas escolhas e comportamentos, promovendo, assim, relações cada vez mais competitivas entre eles.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Nesse contexto, Pierre Dardot e Christian Laval (2016) argumentam que o neoliberalismo, mais do que uma política econômica, constitui, em essência, uma racionalidade e, como tal, tende a moldar e organizar não apenas as ações dos governantes, mas também a conduta dos governados. Assim, o neoliberalismo opera como "um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (Dardot; Laval, 2016, p. 17), estendendo essa lógica ao ambiente acadêmico, onde prevalece uma competição incessante para produzir mais artigos, projetos, parcerias, intercâmbios, livros etc., fomentando uma dinâmica produtivista desenfreada.

NEOLIBERALISMO NA REALIDADE LATINO-AMERICANA

Dentro dessa lógica promovida pelo Estado, podemos citar as restrições utilizadas no Brasil pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em seu edital nº 18/2024 - Anexo 1 para a concessão de bolsas de produtividade. Em um dos seus critérios de pontuação, o presente edital determina que, para a área de Enfermagem, por exemplo: "Serão pontuadas até duas produções em livros completos e quatro produções em capítulos para análises de cinco anos e quatro produções em livros completos e oito produções em capítulos para análises de dez anos" (CNPq, 2024, p. 7). Enquanto isso, em relação à análise de artigos científicos na mesma área, será feito "por meio da aplicação de critérios quantitativos de indexação e impacto, como também critérios qualitativos de análise global da coerência, consistência, inovação, repercussão e contribuição" (CNPq, 2024, p. 5). Isso demonstra, de forma prática, como essas relações e imposições moldam o tipo de produção que será desenvolvido em determinadas áreas do

conhecimento, pois, dentro dos critérios estabelecidos, quanto mais artigos publicados, melhor.

Durante a nossa estância no México, percebemos que as métricas dos programas de pós-graduação refletem uma lógica neoliberal que visa maximizar a produtividade e reduzir custos, o que tem precarizado as condições de trabalho de docentes e pesquisadores. Contratos temporários, cargas horárias excessivas e salários baixos são cada vez mais comuns, gerando insegurança e instabilidade na carreira acadêmica. Diferentemente do Brasil e da Colômbia, os cargos efetivos, que oferecem estabilidade, são praticamente inexistentes nas universidades públicas mexicanas, tornando a lógica produtivista e competitiva a base das relações laborais.

Quanto à precarização, no texto intitulado *Precariedad y trabajo académico en México*, publicado em 2022 na revista do Sindicato Único de Personal Académico de la Universidad Autónoma de Querétaro, os autores afirmam que a remuneração média de um professor universitário mexicano é de apenas 15 dólares por hora. Além disso, o governo tem contratado cada vez menos professores em regime integral, dando preferência a contratos de tempo parcial. Essa prática reduz a carga horária dos docentes e, consequentemente, seus rendimentos. Outro problema destacado na publicação é a quase impossibilidade de realizar paralisações para reivindicar melhorias na carreira, já que a maioria dos professores temem ser demitidos, o que acentua ainda mais a precariedade do trabalho acadêmico.

Em relação à Colômbia, o neoliberalismo, com sua ênfase no mercado, na privatização e na redução do papel do Estado, exerceu uma profunda influência nos programas de pós-graduação do país. Uma das consequências mais marcantes do neoliberalismo foi a crescente privatização da educação superior. Muitas universidades privadas surgiram, oferecendo programas de pós-graduação com foco no mercado de trabalho e na formação de profissionais

altamente especializados para atender às demandas das empresas. Essa tendência gerou desigualdades, pois a educação superior privada é, em geral, mais cara e restrita a um público com maior poder aquisitivo. Além disso, a crescente pressão pela internacionalização dos programas de pós-graduação fez com que a oferta de programas em inglês, a participação em redes internacionais de pesquisa e a busca por parcerias com universidades estrangeiras se tornassem comuns. Essa internacionalização, embora tenha ampliado as oportunidades para os estudantes colombianos, também gerou uma dependência excessiva de modelos e teorias estrangeiras, em detrimento da produção de conhecimento contextualizado e relevante para a realidade colombiana.

Um outro problema encontrado na Colômbia está relacionado a formação da pós-graduação em educação e humanidades que assume, em grande parte, um caráter ritualístico e simbólico. Esses processos são estruturados de forma a valorizar os produtos finais – como teses, artigos e apresentações – enquanto indicadores de sucesso acadêmico e validação institucional. Contudo, esses produtos frequentemente carecem de impacto significativo no sistema educacional e na sociedade em geral, funcionando mais como símbolos de articulação e poder do que como veículos de transformação social.

A produção acadêmica no país ainda é, em grande medida, marginal e fragmentada. Os resultados das pesquisas geradas nesses processos permanecem isolados e pouco conectados a iniciativas de médio e longo prazo. Como consequência, suas contribuições ao sistema educacional nacional, às práticas pedagógicas e às concepções dos atores educacionais são limitadas (Cifuentes, 2019). Essa desconexão reflete não apenas uma falta de integração institucional, mas também uma subutilização das potencialidades formativas dos processos avançados de pesquisa.

SUMÁRIO

COMPONENTES CENTRAIS

Apesar de haver um consenso sobre a importância de formar pesquisadores capacitados para lidar com os desafios de um sistema educacional deficitário, questiona-se o real papel dos processos formativos avançados. Muitas vezes, eles operam dentro de uma estrutura que carece de elementos como criatividade, emocionalidade, sensibilidade ao contexto e uma abordagem relacional à realidade. Isso compromete não apenas a inovação, mas também a relevância do conhecimento produzido (Cifuentes, 2019; Cifuentes, 2022).

Nesse sentido, destacamos cinco componentes centrais da formação latino-americana dentro das universidades que permite entender os desafios enfrentados e as potencialidades inexploradas desses processos.

Um dos componentes são as atividades intramuros, aquelas diretamente relacionadas à grade curricular (seminários de aprofundamento, cátedras, aulas magnas, apresentação de avanços e encontros de linha de pesquisa). Nelas, observa-se uma tendência de abordar autores e teorias de maneira generalista, sem que isso implique a formação intencional das potencialidades relacionais, inferenciais, analíticas, contextuais e situacionais dos estudantes. Parte-se do pressuposto de que, nesse nível de formação, o estudante já possui um desenvolvimento suficiente para que essas dimensões não sejam necessárias nem determinantes no processo de acompanhamento educativo.

São privilegiados os conteúdos e os constructos teóricos, deixando ao estudante o desvendamento (caso seja feito) de como foram produzidos os conceitos e noções que fazem parte do conjunto de ideias tratadas nas distintas atividades. Neste caso, perde-se o acesso às histórias de vida dos professores e especialistas, incluindo nelas as formas de abordagem dos interesses de pesquisa, as fontes

relevantes, as rotas de pesquisa, a tomada de decisões, a solução de problemas, as intuições emergentes e a construção de resultados.

Os conteúdos e constructos teóricos são apresentados aos estudantes como um decantado homogêneo que pode ser ampliado à medida que se faça o esforço e se tenha a disciplina requerida para fazer buscas e processos de abordagem de problemas de pesquisa que sejam relevantes, plausíveis e coerentes. No entanto, é claro que na construção do conhecimento não existe tal homogeneidade e muito menos um acordo sobre tipologias já declaradas e definidas de maneira estrita.

Isso implica uma contradição (que em si mesma não tem um interesse construtivo) que obstaculiza o processo de formação do futuro pesquisador entre pesquisadores. O conhecimento como constructo referencial perde validade, valor social e potencialidade, convertendo-se em um produto previsível que leva a socialização do conhecimento a lugares conhecidos que têm uma forte relação com os interesses e marcos de indagação dos docentes acompanhantes e dos docentes tutores, sem que isso derive em fontes relevantes para dar sentido e significado ao que é o conhecer como parte do processo de pesquisa individual e grupal.

O outro componente são as atividades extramuros, com uma relação que está formatada de acordo com as técnicas e mecanismos de socialização do conhecimento, seguindo pautas produtivistas que buscam a eficiência, o uso taxativo do tempo, os encontros pontuais e o cumprimento de normas de todo tipo. Assim, são realizadas exposições, encontros, congressos, seminários, simpósios, artigos, livros, referências, etc. Tudo isso em um marco de produção que privilegia os formatos e as formas pautadas para a socialização, ali o pensamento como uma potencialidade para o encontro não é levado em conta, nem tampouco o diálogo amplo, aberto, decantado, emocionalmente comprometido e afetivamente disposto.

SUMÁRIO

Como estudantes, assistimos a encenações em que se propõe uma estrutura acadêmica autocontida, rígida e controladora que não facilita o passo a expressões emergentes. As vozes dissidentes são silenciadas, marginalizadas e restringidas, validando-se a continuidade de normas e regras tácitas que apontam para a manutenção da estrutura como um fato dado e consolidado. Dessa maneira, o valor dos aportes investigativos não é compartilhado, apenas se valorizam os achados e uma forma narrativa padrão que não pode ser subvertida. Perde-se assim muito do conjunto de elementos relevantes dos processos de investigação e produção de conhecimento. São produzidos muitos artigos que poucos leem e muitos encontros que pouco ou nada contribuem no processo individual e grupal de formação.

O terceiro componente são as atividades relacionadas ao processo de escrita da pesquisa. Ali, a individualidade do pesquisador em formação vai sendo construída em um plano que é restritivo. Em um efeito de funil, perde-se a singularidade para acessar os formatos metodológicos, lógico-narrativos, comunicacionais e administrativos que configuram uma tese valorizável. Sob um sentido de campo disciplinar, são assumidos contêineres pouco flexíveis que devem ser aceitos e depois preenchidos para gerar um produto de "qualidade" que tenha a possibilidade de ser classificado minimamente como aceito.

Desse modo, ao ser a pesquisa o produto que ganha sentido social, cultural e técnico, é esta que abre ou fecha portas para o futuro doutor ou mestrando. Seus outros produtos e seu outro aprendizado ficam relegados como parte do anecdotário pessoal. O mais curioso é que não existe um mecanismo direto para que esse "anecdotário" possa ser compartilhado com os novos estudantes. Mal se conclui a trabalho, o novo mestre ou doutor costuma ser excluído das linhas de pesquisa, dos encontros de linha e dos trabalhos colaborativos.

SUMÁRIO

O quarto componente está relacionado com a interação com outros pesquisadores, tanto em âmbito local quanto internacional, e é um componente crucial, mas subestimado, da formação acadêmica. Esses encontros oferecem oportunidades únicas de troca de experiências, construção de redes acadêmicas e desenvolvimento de projetos colaborativos. No entanto, essa dimensão é tratada como uma possibilidade formal dentro da academia, em vez de um eixo central do processo formativo. Assim, o potencial transformador dessas interações depende de fatores como as expectativas do estudante, o nível de abertura dos grupos de pesquisa receptores e as dinâmicas culturais do ambiente acadêmico. Quando bem aproveitadas, essas experiências podem enriquecer significativamente a formação dos pesquisadores, ampliando suas perspectivas e habilidades.

O quinto e último componente que iremos analisar é a questão da exaustão mental que tem acometido o ambiente universitário. O produtivismo acadêmico, caracterizado pela pressão por altos níveis de produtividade, tem causado impactos profundos na saúde mental dos pesquisadores. A busca incessante por publicações, a intensa competição por recursos escassos e a obrigação de atender a metas cada vez mais desafiadoras alimentam o estresse, a ansiedade e o burnout. Essa cultura voltada à produtividade excessiva pode comprometer a qualidade das pesquisas, promover a homogeneização dos temas abordados e desestimular abordagens inovadoras.

Além disso, o produtivismo afeta a qualidade de vida dos pesquisadores, levando à negligência de relacionamentos pessoais, atividades de lazer e cuidados com a própria saúde. A pressão por resultados rápidos também influencia negativamente a formação de jovens pesquisadores, ao transmitir a ideia de que o sucesso acadêmico é medido prioritariamente pela quantidade de publicações.

A Organização Mundial da Saúde - OMS (2025) define a saúde mental como um estado de bem-estar mental que permite que as pessoas lidem com o estresse da vida, percebam suas habilidades,

SUMÁRIO

aprendam bem e trabalhem bem, e contribuam para sua comunidade. De acordo com Ministério da Saúde (Brasil, 2025), o bem-estar de uma pessoa não se limita ao aspecto psicológico e emocional; ele depende também de condições essenciais, como saúde física, apoio social e qualidade de vida. Além das características individuais, a saúde mental é fortemente influenciada por fatores sociais, ambientais e econômicos. Desse modo, a saúde mental não pode ser vista de forma isolada, pois é moldada pela interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais, caracterizando-se, portanto, como um fenômeno biopsicossocial (Brasil, 2025).

Compreender a saúde mental de forma integrada, levando em conta o corpo, as emoções e as interações sociais, permite reconhecer que todos desempenham um papel crucial na promoção do bem-estar coletivo. Quando não há equilíbrio na qualidade de vida dos indivíduos, aumenta-se o risco de surgimento de transtornos mentais.

Um reflexo preocupante dessa realidade pode ser observado no meio acadêmico. Estudos realizados em diferentes partes do mundo revelam que as taxas de doenças mentais são significativamente mais altas entre estudantes de graduação e, especialmente, de pós-graduação, em comparação com a população em geral. De acordo com Costa e Nebel (2018):

> O ambiente da pós-graduação é altamente desafiador. As demandas e as cobranças que se apresentam aos estudantes são muito mais intensas, quando comparadas às exigências da graduação. Realizar um curso de mestrado e, sobretudo, de doutorado é uma tarefa árdua que apresenta uma série de desafios ao jovem pesquisador: desenvolvimento da dissertação/tese, exame de qualificação, participação em eventos nacionais e internacionais, cumprimento dos créditos das disciplinas, publicação de artigos em periódicos qualificados, defesa etc. Somam-se a isso as dificuldades financeiras, os aspectos familiares, pessoais, emocionais, profissionais, conjugais, dentre outros.

SUMÁRIO

Segundo Costa e Nebel (2018) em seu estudo publicado em 2018, envolvendo 2.903 pós-graduandos de todas as regiões do Brasil, revelou dados alarmantes sobre a saúde mental desse grupo. Dos participantes, 44% eram mestrandos e 56% doutorandos, com 95% deles matriculados em universidades públicas. Os resultados indicaram que 74% dos respondentes relataram sintomas de ansiedade, 31% sofriam de insônia e 25% apresentavam sinais de depressão. Além disso, uma parcela significativa relatou distúrbios relacionados ao sono, como dificuldade para adormecer (39%), sentimento de culpa ao tentar dormir (39%), despertares frequentes durante a noite (30%) e incapacidade de voltar a dormir após acordar no meio da noite (20%).

O estudo de Costa e Nebel (2018) também analisa a percepção dos pós-graduandos sobre o grau de exigência imposto pelo programa ou pelo orientador. Os dados revelam que há uma elevada pressão, especialmente em relação à publicação de artigos em periódicos científicos, bem como à participação em eventos acadêmicos e no cumprimento de tarefas organizadas pelo programa. Dos participantes, 45% se dizem muito pressionados a publicarem artigos científicos e 34% afirmam serem muito pressionados a participar das tarefas/eventos vinculados ao programa.

Quanto ao grau de preocupação, o trabalho de Costa e Nebel (2018) aponta que 40% dos pós-graduandos mostraram se muito receosos em perder o emprego ou a bolsa de estudos, 37% tinham medo de não conseguir terminar a tese/dissertação e 35% tinham preocupações relacionadas ao fato de não conseguir qualificar/defender dentro do prazo.

CONCLUSÃO

Diante desses desafios, é fundamental que as instituições de ensino e pesquisa implementem políticas que priorizem o bem-estar

SUMÁRIO

dos pesquisadores e que valorizem a qualidade das produções científicas, em detrimento do volume. Os dados preocupantes sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação, correlacionados diretamente com o ambiente altamente exigente e competitivo da academia, imerso na lógica neoliberal, evidenciam um cenário alarmante. A pressão por publicações, o cumprimento de prazos e a busca incessante por reconhecimento acadêmico resultam em altos índices de ansiedade, insônia e depressão entre os pós-graduandos.

Os componentes descritos revelam um panorama formativo que, embora possua grande potencial, enfrenta desafios estruturais e culturais significativos. A academia latino-americana, marcada por resistências institucionais, inércias administrativas e práticas consolidadas, limita a capacidade dos programas de pós-graduação de promover transformações individuais e coletivas eficazes. A formação avançada carece de um maior reconhecimento da singularidade dos estudantes, da importância das emoções e do papel das relações na construção do conhecimento. A continuidade dos programas, medida pela produção de teses e publicações, não deve ser o único indicador de sucesso. Também é necessário valorizar os processos de transformação pessoal, os impactos sociais das pesquisas e as contribuições para a inovação educacional. Enquanto prevalecer uma visão substancialista e produtivista da formação estudantil, o verdadeiro potencial transformador desses processos continuará subaproveitado. Assim, é urgente repensar as estruturas e práticas acadêmicas para que a formação avançada possa, de fato, contribuir para a construção de um sistema educacional mais equitativo, relevante e inovador.

Embora o cenário seja desafiador, é crucial manter a esperança e a disposição para construir um futuro diferente para a academia. A resistência à lógica neoliberal e a criação de alternativas são tarefas complexas, mas possíveis. Para isso, é necessário fortalecer os espaços de diálogo e debate, promover a produção de

conhecimento crítico e construir redes de colaboração entre pesquisadores de diferentes áreas e instituições.

Portanto, é imperativo criar um novo paradigma para a academia, que valorize a produção de conhecimento relevante para a sociedade, a formação de pesquisadores críticos e engajados com questões sociais, e a construção de uma comunidade acadêmica mais justa e solidária. Essa transformação exige a participação ativa de todos os membros da comunidade acadêmica e o apoio de políticas públicas que promovam a autonomia das universidades e o financiamento de pesquisas que realmente contribuam para o bem-estar social e que não tenham na quantidade a sua base de mensuração.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação Acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 1174–1178, dez. 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000400015. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental**. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-mental. Acesso em: 9 jan. 2025.

CIFUENTES GARZÓN, J. E. (2019). Formación posdoctoral en educación: el caso de Colombia. **Revista de la Universidad de La Salle**, (81), 133-156. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose-Cifuentes-Garzon/publication/343353182_Formacion_posdoctoral_en_educacion_el_caso_de_Colombia/links/5f3eb06ea6fdcccc43d98161/Formacion-posdoctoral-en-educacion-el-caso-de-Colombia.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

CIFUENTES GARZÓN, J. E. (2022). Perspectivas epistémicas de la investigación posdoctoral en el campo de la educación. **Delectus**, 5(1), 62-69. Disponível em: https://doi.org/10.36996/delectus.v5i1.163. Acesso em: 15 jan. 2025.

COSTA Everton Garcia da; NEBEL, Letícia. O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. **Polis Revista Latinoamericana**. n. 50. 2018. Disponível em: https://journals.openedition.org/polis/15816?lang=pt. Acesso em: 9 jan. 2025.

CNPQ. **Chamada CNPq Nº 18/2024 Bolsas de Produtividade do CNPQ**. Brasília, 2024. Disponível em: http://memoria2.cnpq.br/web/guest/chamadas-publicas?p_p_id=resultadosportlet_WAR_resultadoscnpqportlet_INSTANCE_0ZaM&filtro=abertas&detalha=chamadaDivulgada&idDivulgacao=12605. Acesso em: 21 dez. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. *In:* Foucault, Michel**. Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992, p. 277-293.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. *In:* CALLAI, Cristina; RIBETTO, Anelice (orgs). **Uma escrita acadêmica outra**: ensaios, experiências e invenções. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

LINHARES, Célia. Prefácio: Escrever e viver: estranhamentos e entrenhamentos recíprocos. *In:* CALLAI, Cristina; RIBETTO, Anelice (orgs). **Uma escrita acadêmica outra**: ensaios, experiências e invenções. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde mental**. 2025. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/mental-health#tab=tab_1. Acesso em: 9 jan. 2025.

RANKING BRASIL. **Maior número de artigos científicos publicados em um ano**. Disponível em: https://www.rankbrasil.com.br/Recordes/Materias/0xfJ/Maior_Numero_De_Artigos_Cientificos_Publicados_Em_Um_Ano. Acesso em: 18 dez. 2024.

SINDICATO ÚNICO DE PERSONAL ACÁDEMICO DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE QUERÉTARO. Precariedad y trabajo académico en México. **Superación Académica**. n. 62 mayo-ago. 2022. Disponível em: https://supauaq.org/images/SUPERACION_ACADEMICA_62.pdf. Acesso em: 9 jan. 2025.

3

Amanda de Mello Martins
Elisabeth Lima de Oliveira
Fernanda Carlise Mattioni

A CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES NA UNIVERSIDADE CONTEMPORÂNEA:

UMA REVISÃO NARRATIVA DE LITERATURA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.3

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A história da criação das universidades remonta à Idade Média, quando as primeiras instituições de ensino superior começaram a se consolidar na Europa. O papel social das universidades, que se desenvolveu ao longo dos séculos, tornou-se cada vez mais importante, não apenas para a educação, mas também para o progresso científico, cultural e social. As universidades, desde sua fundação, têm sido centros de conhecimento e inovação, cujos espaços deveriam, também, promover a reflexão crítica e de formação de cidadãos com consciência social (Barreto e Filgueiras, 2007).

A função das instituições de ensino superior vai além da simples transmissão de conteúdo acadêmico; a universidade deve ser um centro de pensamento livre, onde novas ideias e abordagens para os problemas do mundo podem ser exploradas e debatidas. Diferentes políticas atualmente consolidadas e estruturantes na sociedade têm suas ideias embrionárias advindas do movimento estudantil (Morés, 2017).

Em um cenário globalizado e cada vez mais interconectado, a universidade deveria também desempenhar um papel diplomático e de intercâmbio cultural, promovendo o encontro entre diferentes culturas e formas de pensar, formando cidadãos do mundo, que, ao compreenderem a pluralidade de ideias, podem, potencialmente, colaborar para a construção de uma sociedade mais cooperativa.

A legislação brasileira que rege as universidades é complexa e multifacetada, refletindo a importância dessas instituições para a educação, a produção de conhecimento e o desenvolvimento social e econômico do país. A Constituição Federal (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996) são as principais normativas que orientam as universidades, cujo texto prevê a autonomia, a qualidade do ensino e a democratização do acesso. Além disso, leis como a Lei de Cotas (Brasil, 2012), o Sistema

Nacional de Avaliação da Educação Superior (Brasil, 2004a) e a Lei de C&T e Inovação (Brasil, 2004b) anunciam possibilidades de inclusão, transparência e avanços da pesquisa científica nas universidades.

Observa-se, no entanto, que as contradições da sociedade acabam, também, por se localizar no espaço acadêmico. Desse modo, a legislação que rege a educação brasileira, ao mesmo tempo que faz a alusão e abre caminhos para os processos inclusivos, também carregam em si as possibilidades para que a racionalidade neoliberal possa se inserir no âmbito do funcionamento das Universidades. Essa contradição pode ser explicada a partir das afirmações de Silvio Gallo (2017), para quem, na década de 1990 e primeira década dos anos dois mil, prevaleceu no país uma razão de Estado ancorada na governamentalidade neoliberal democrática, que aliava a agenda econômica neoliberal a uma participação representativa da sociedade, capaz de legitimar as políticas sociais construídas.

Nesse sentido, é notória a possibilidade de contribuição das universidades para a formação de uma sociedade mais inclusiva, atuando como motor de mobilidade social, oferecendo a pessoas de diferentes origens a oportunidade de ascender profissionalmente e pessoalmente. No entanto, na prática, acaba se constituindo ao mesmo tempo como uma instituição de reprodução das contradições, sem promover subjetividades voltadas a transformações sociais mais profundas.

Sendo assim, o papel da universidade não é imune a desafios. A crescente mercantilização da educação superior, pressão por resultados rápidos em termos de produtividade acadêmica e inserção no mercado de trabalho exigem uma reflexão constante sobre seus objetivos e práticas. A universidade precisa equilibrar sua missão de formar profissionais altamente capacitados com a necessidade de cultivar um ambiente de liberdade intelectual sem se submeter exclusivamente às demandas de um mercado que frequentemente prioriza a imediata aplicabilidade das habilidades. Dessa forma, verifica-se uma realidade

SUMÁRIO

SUMÁRIO

na qual professores e estudantes, realizam um verdadeiro malabarismo para a obtenção de recursos financeiros para suas pesquisas e estudos, porém as exigências dos órgãos de fomento são altas, pouco mensuráveis e burocráticas. Reforçando a ideia de que é preciso produzir mais com menos, a falta de incentivo à ciência em nosso país é o retrato da austeridade[1] que se faz presente na atualidade.

Nas últimas décadas, a educação superior vem passando por diversas mudanças em todos os âmbitos, atravessada por uma racionalidade neoliberal. Discentes e docentes são instados a uma lógica produtivista para atender aos imperativos de produção acadêmica, inovação e internacionalização, que vem trazendo consequências para a instituição universitária.

A racionalidade neoliberal pode ser definida como uma forma de vida, que se instaura com o neoliberalismo, um modelo econômico que começa a se consolidar como política de Estado e governamento das populações a partir de 1970 e que consiste em uma forma de governamentalidade (Foucault, 2008a), na qual os sujeitos incorporam os discursos do mercado como "princípios éticos de constituição de si" (Ambrózio, 2012, p. 57).

A partir da teoria do capital humano, desenvolvida pelo economista Theodore Schultz, da Escola de Chicago, no livro *Capital humano: investimentos em educação e pesquisa*, publicado em 1969, o neoliberalismo passa a operar tanto na economia como nos modos de vida dos sujeitos, em que estes interiorizam os valores neoliberais modificando "a percepção que têm de suas escolhas e atitudes referentes às suas próprias vidas e às de seus pares, de modo a que estabeleçam cada vez mais entre si relações de concorrência" (Gadelha Costa, 2009, p. 178). Os valores econômicos passam a ter um forte poder normativo para os sujeitos que começam a não se ver mais como um sujeito de

1 A austeridade pode ser definida como uma política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social (Rossi, 2018).

direitos, mas sim como um indivíduo-microempresa, empreendedor de si (Gadelha Costa, 2009).

Nesse sentido, o neoliberalismo pode ser entendido "como espaço de produção de subjetividades, pois esse sistema não produz só bens e serviços, mas também um modo particular de ser sujeito" (Caponi e Kozuchovski Daré, 2020, p. 303) onde a competitividade e a busca pelo sucesso individual são exaltadas. O sujeito aqui torna-se capital humano e tem como horizonte a maximização do próprio potencial econômico e do seu desempenho.

Ao longo dos anos 1990, essa governamentalidade neoliberal vai se intensificando também dentro das universidades brasileiras e é possível ver essa lógica nas políticas de Estado que, por meio de leis e regulamentos, vão modificando os modos de fazer pesquisa e ciência dentro da Universidade, reduzindo investimentos públicos e ampliando a atuação de empresas privadas no fomento de projetos de pesquisa. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), criada em 1950, com a função de capacitar os trabalhadores do ensino superior e que já era considerada como uma agência avaliadora da pós-graduação, acentua sua função reguladora a partir dos anos 1990. O novo modelo de avaliação da Capes passa a impor uma série de exigências aos professores pesquisadores na pós-graduação, todas com repercussão na avaliação trienal dos programas. Entre as exigências estão: ter uma média de produção de trabalhos científicos publicados em revistas de renome e com determinada classificação, dedicação exclusiva e atuação no ensino da graduação e pós-graduação, ter seu projeto de pesquisa financiado por agências renomadas e oferecer serviços de assessoria e consultoria científica, entre outros (Sguissardi; Silva Júnior, 2009). Tudo isso em um contexto de competição intensa, onde a busca por publicações e financiamento é alta e a oferta é limitada.

Christian Laval (2023) afirma que há um novo modelo de instituição de ensino superior em curso que poderia ser denominado de universidade neoliberal. Talvez, tal modelo não seja tão novo, quando se tem acesso a trabalhos de pesquisadores como Marcos Oliveira

(2021), Valdemar Sguissardi e João dos Reis Silva Júnior (2009), Adriano de Oliveira e Lucídio Bianchetti (2006), os quais há mais de vinte anos pesquisam sobre inovacionismo, internacionalização, políticas de fomento e o ingresso cada vez maior da iniciativa privada nas universidades públicas.

Termos como inovação, tecnologia e empreendedorismo fazem parte há algum tempo do léxico acadêmico, especialmente dentro dos programas de pós-graduação. As inovações aqui devem ser "invenções rentáveis, que podem ser implementadas por empresas, contribuindo para a maximização de seus lucros a curto ou médio prazo" (Oliveira, 2021, s.p).

> Ele [o docente] já não se vê como trabalhador, mas como um vendedor de um produto: suas habilidades e conhecimentos. Isto se acentua na instituição universitária, quando por meio de um contrato de gestão a instituição firma um convênio com uma instituição privada que financiará sua pesquisa aplicada e complementará seus proventos (Sguissardi; Silva Júnior, 2009, p. 39).

Esses são alguns exemplos da inserção da lógica neoliberal na academia que dá o tom de como deve ser o trabalho, a produção científica e as relações entre os sujeitos que fazem parte dessas instituições (docentes, discentes e trabalhadores em educação). Tendo como base um modelo competitivo que se impõe sobre tudo e todos em todos os níveis, como coloca Laval (2023), com novas diretrizes para o funcionamento e financiamento do campo do saber, o modelo neoliberal de universidade influencia diretamente o comportamento de todos os indivíduos. Em vez de promover igualdade entre as unidades e estruturas que a compõem, sua lógica incentiva a diferenciação e a desigualdade. Um dos principais objetivos desse sistema é estabelecer trajetórias e funções distintas para as universidades, agravando a desigualdade no cenário universitário.

Assim, nas universidades, essa lógica neoliberal pode se manifestar de diversas formas, desde a comercialização do ensino

superior até a intensificação das exigências acadêmicas e da competição que afeta estudantes e professores. Segundo Byung-Chul Han, "a sociedade do século XXI não é mais disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais 'sujeitos da obediência', mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos" (2017, p. 23).

Diante deste contexto, supomos que a racionalidade neoliberal está amplamente inserida no contexto acadêmico, na atualidade. Por isso, propomos a realização de uma revisão narrativa de literatura, a fim de encontrar pesquisas e reflexões sobre a temática, inclusive, buscando identificar nessa produção científica, possibilidades de resistências e contracondutas[2] em relação a racionalidade neoliberal presentes neste cenário. Deste modo, o objetivo que guia a realização deste trabalho é conhecer quais são as subjetividades que estão sendo produzidas no cenário das Universidade, na contemporaneidade e se existem resistências e contracondutas à essa racionalidade, de acordo com a literatura encontrada.

METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma revisão narrativa de literatura. Para a sua produção, foram seguidas as seguintes etapas: formulação do problema; coleta de dados; avaliação; interpretação dos dados e apresentação dos resultados.

Iniciamos a revisão definindo a pergunta de pesquisa que ficou assim constituída: *quais subjetividades estão sendo produzidas no cenário das Universidades na contemporaneidade?* Em seguida, iniciamos a coleta de dados, que foi realizada no mês de janeiro de

2 Para Foucault (2008b) as resistências seriam a ruptura com determinada investida das práticas de governamentalidade e as contracondutas seriam a adoção de condutas diferentes das ditadas pela governamentalidade.

2025, junto ao portal de periódico da CAPES, cujas buscas permitem o acesso a um amplo número de manuscritos em diferentes áreas do conhecimento. Os descritores utilizados foram "universidade" e/ou "academia", "subjetividade", "racionalidade neoliberal" e/ou "neoliberalismo". Utilizamos o operador booleano *AND*, a fim de identificar estudos que incluíssem os três descritores. A partir dos resultados da pesquisa, foi elaborado um quadro para organização dos artigos selecionados, com os seguintes itens: número do artigo, ano, autor, título, objetivos, metodologia, resultados e conclusões.

Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: estudos publicados nos últimos cinco anos; artigos originais, revisões de literatura, reflexões e/ou ensaios que abordassem o tema da construção de subjetividades no cenário acadêmico, capazes de responder à pergunta de pesquisa. Os critérios de exclusão foram: artigos com acesso restrito, que não estavam disponíveis no meio digital e na íntegra; textos que não se referiam ao cenário da educação nas Universidades; e trabalhos cujos resultados não eram capazes de responder à pergunta de pesquisa.

Na terceira etapa da revisão, os artigos encontrados foram lidos de maneira dinâmica para avaliar sua relevância em relação à pesquisa. Após a triagem, os dados foram sistematizados em um quadro síntese, o que possibilitou uma análise detalhada dos resultados. Durante essa fase, verificou-se como cada artigo contribuía para responder à pergunta de pesquisa, sendo realizada uma discussão fundamentada no referencial teórico apropriado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da busca realizada, foram encontrados 88 artigos. Desta seleção inicial, realizada por meio da aplicação dos critérios

de inclusão, como data de publicação dos artigos (2019 a 2024), foram selecionados 14 artigos para compor a revisão. Após a leitura dos resumos, foram excluídos os estudos que não respondem à pergunta inicial e que abordam temas da educação básica e não da educação superior. Dessa forma, permaneceram dentro dos critérios de inclusão nove artigos, apresentados no quadro 1.

Quadro 1 - Síntese dos artigos selecionados

Autores	Ano	Título	Principais resultados e conclusões
Traldi, Sapatini, Lima e Silva.	2024	Mal-estar docente na universidade em tempos neoliberais: uma discussão psicanalítica e interseccional	Com subjetividades impactadas pela organização social do momento histórico em que os sujeitos estão inseridos, conclui-se que a lógica neoliberal se presentifica nas demandas institucionais inesgotáveis que se articulam e colocam em funcionamento discursos de dominação que objetificam discentes e docentes.
Resende.	2023	Do Homo Economicus ao Homo in Debitum: efeitos do neoliberalismo na educação	Aponta-se que o controle que se instaura na vida endividada, no próprio jogo biopolítico, pode provocar resistência para a invenção de outros regimes de verdade que produzam outras subjetividades que não sejam governadas pela dívida.
Rigal, Zinger, Patagua.	2023	Pedagogias críticas: o desafio da formação de subjetividades rebeldes	O estudo da subjetividade em sua condição de rebelde, tem possibilitado analisar aspectos vinculados à vontade coletiva, a organização, a utopia e a participação social. Além disso, sua localização, no contexto sócio-histórico, permite discutir sua configuração e mediação na estrutura social, colocando em discussão a produção de sentidos no neoliberalismo e na pós-modernidade.
Oliveira e Cecílio.	2023	Trabalho (Docente), Neoliberalismo e Produção de Subjetividades no Capitalismo Global: Evidências de uma "Nova Razão do Mundo" na Era Digital	Constatou-se que muitas mudanças têm ocorrido, relacionadas ao ritmo de trabalho que professores enfrentam atualmente, considerando diversas questões que remetem à intensificação do trabalho docente; os recursos tecnológicos digitais exercem um papel nesse processo e se configuram como um fenômeno que contribui para possíveis transformações nos sujeitos e na sociedade.

SUMÁRIO

Silva.	2022	Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação	Entrevista com Laval possibilita compreender o percurso de suas formulações sobre o denominado "Novo neoliberalismo" sustentado por políticas econômicas de austeridade, pela mercantilização das relações sociais e da ditadura dos mercados financeiros como também o papel da escola no processo de produção de subjetividades para a racionalidade política da lógica neoliberal contemporânea.
Toniol e Furlan.	2022	Neoliberalismo e formação de professores: subjetividades conflitantes	Os resultados apontam para a significativa contribuição da formação inicial nas concepções dos licenciandos, sobre como concebem o processo educativo, o papel da escola e do professor, além de revelar formas de resistência e oposição ao discurso dominante juntamente com um olhar crítico sobre os desafios e a realidade que o cenário educacional brasileiro impõe.
Nunes e Boscariol.	2021	A produção de narrativas sobre a docência em educação física: a construção de verdades e algumas problematizações	As análises efetuadas indicam a força de discursos pedagógicos da Educação e da Educação Física na constituição da subjetividade docente e responsáveis por fazer com que os professores produzam narrativas sobre si mesmos no campo de atuação orientadas, principalmente, pelo neoliberalismo.
Kosvoski e Silva.	2020	O porquê é preciso alteridade: a subjetivação do neoliberalismo sobre os sujeitos	Como provocar o sujeito a educar-se para a alteridade em contexto neoliberal no qual o sujeito está subjetivado à competição e ao empresariamento de si? Os estudos contribuem à medida que fazem questionamentos em relação ao humano e ao futuro da humanidade para que sejam proporcionados aprendizados sobre e com alteridade e que com isso se possa reconhecer o outro como semelhante.
Maurente.	2019	Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros	Os resultados apontam para a sujeição a uma moral produtivista no contexto acadêmico e para formas de questionamento e resistência que se articulam nas relações dos sujeitos consigo mesmos, deixando entrever também o sofrimento dos pós-graduandos que, com altos níveis de produtividade, são considerados *cases* de sucesso.

Fonte: Elaboração das autoras (2025).

SUMÁRIO

É possível observar que a maioria dos artigos selecionados tratam dos desafios de ser docente na contemporaneidade, apesar de nossa busca não se limitar à questão docente. Isto demonstra, nesse recorte, que a racionalidade neoliberal - manifestada a partir do imperativo de produtividade acadêmica - atinge especialmente os docentes universitários, mais precisamente aqueles vinculados a programas de pós-graduação, como já havíamos referido no início dessa discussão. No entanto, quando se fala em sofrimento psíquico na universidade, Traldi *et al.* (2024) alerta para o número escasso de pesquisas destinadas a abordar o adoecimento psíquico docente, em comparação com o número de pesquisas que investigam a saúde mental discente. Os autores deste estudo, a partir de uma perspectiva psicanalítica, afirmam que isso se deve à posição do professor, que é sempre visto como alguém que tem mais conhecimento e que está em uma posição privilegiada, diante dos estudantes e dentro da universidade. Suas queixas em relação à saúde tendem a ser normalizadas e minimizadas.

Ao realizarmos a leitura dos artigos, é possível constatar que a racionalidade neoliberal tem produzido, na universidade, modos de subjetivação baseados na competitividade, nos quais o imperativo é a produção acadêmica e a intensificação do trabalho docente (Maurente, 2019; Kosvoski; Silva, 2020; Oliveira; Cecílio, 2023; Rigal *et al.*, 2023). Tal situação parece se agravar no Brasil, uma vez que, segundo Maurente (2019), enquanto a produção acadêmica do restante do mundo duplicou entre os anos 1981 e 2006, no Brasil multiplicou por nove. Isso tem conduzido os sujeitos ao que Maurente (2019) chama de moral produtivista que "dispensa o controle externo, na medida em que se constitui como um valor moral e coloca o indivíduo como o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso" (Maurente, 2019, p. 8) acadêmico. Essa moral diz respeito ao modo como docentes e discentes se relacionam com as exigências de produtividade acadêmica e ao quanto se sujeitam a essas regras que se evidenciam na necessidade de ser reconhecido, de pertencer à academia e ainda apontam para "o medo de cair na lista (imoral) dos improdutivos" (Maurente, 2019, p. 8).

Tal situação tem levado professores e estudantes a privilegiarem o currículo acadêmico e o desempenho pessoal em detrimento da qualidade dos trabalhos publicados, na medida em que a avaliação dos programas de pós-graduação está embasada na quantidade de produções publicadas (Maurente, 2019). Além disso, tem levado também à intensificação do trabalho, que nos dias atuais, pode se dar em qualquer hora e lugar, produzindo competição entre pesquisadores com a criação de *rankings* dentro dos programas de pós-graduação que tem como objetivo acessar determinadas oportunidades de bolsas e financiamentos. Quando não se alcançam esses objetivos, o sentimento de fracasso pessoal, de que não se fez tudo que poderia ter sido feito, é uma consequência, em uma cobrança sem fim e exigência de performance, produção e desempenho, resumida em um imperativo de produção em série de escrita acadêmica (Maurente, 2019; Oliveira; Cecílio, 2023; Traldi *et al.*, 2024).

Como aponta Maurente (2019), essa situação expõe uma das principais estratégias neoliberais, embasada na premissa de que os sujeitos deverão assumir valores mercadológicos nas deliberações e práticas de qualquer tipo a fim de adquirir capital humano necessário para se constituírem como empreendedores de si mesmos, investindo na sua carreira e entendendo a pesquisa acadêmica como uma escalada individual, no qual os colegas tornam-se concorrentes.

Desse modo, conforme observam alguns dos estudos selecionados, há um enfraquecimento dos laços de solidariedade no meio acadêmico (Rigal *et al.*, 2023; Traldi, 2024), dando lugar à competitividade que se impõe, a partir da redução de investimentos do Estado em educação nas últimas décadas. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o investimento público brasileiro com educação caiu 2,5% ao ano entre 2015 e 2021. Essa redução do financiamento público coloca o Brasil em desacordo com a tendência observada na maioria dos 48 países analisados pela OCDE, que registraram, em média, um aumento anual de 2,1% nos investimentos públicos em educação

SUMÁRIO

SUMÁRIO

entre os anos de 2015 e 2021 (Antunes, 2024). "Diante dessa perspectiva, há um crescente desafio que resulta da contradição entre a demanda de autonomia da universidade e a crescente pressão para submetê-la a critérios de produtividade e eficácia típicos do universo empresarial" (Traldi, 2024, p. 237).

A racionalidade neoliberal vai desfazendo os laços sociais e reduzindo as relações humanas a operações financeiras (Rigal; Zinger; Pataguá, 2023). "O isolamento, a tentativa de mobilidade interna e o descredenciamento da pós-graduação estão entre as principais estratégias utilizadas [pelos professores] em resposta ao sofrimento vivenciado" (Traldi, 2024, p. 238). Rigal, Zinger e Pataguá (2023) propõem, no entanto, que se criem subjetividades rebeldes, que resistam aos imperativos neoliberais de produtivismo e competitividade, procurando restabelecer laços de parcerias dentro do espaço acadêmico.

A partir dos estudos selecionados é possível perceber que os docentes e discentes se constituem a partir dessa racionalidade neoliberal e que determinadas práticas e modos de ser fazem parte desse imperativo contemporâneo de hiperprodutividade que se atualiza na intensificação da lógica neoliberal ano após ano. Em outubro de 2024, a Capes informou mudanças para uma das dimensões da avaliação quadrienal da pós-graduação stricto sensu, no que se refere à produção intelectual. No novo sistema de avaliação, "o processo avaliativo passará a focar na classificação dos artigos publicados e não mais no periódico no qual o texto foi divulgado" (Brasil, 2024). Tal mudança parece focar ainda mais nas trajetórias individuais, uma vez que não avalia a revista, mas o fator de impacto da publicação em si.

Nesse sentido, corroborando com as reflexões apresentadas por Rigal, Zinger e Patagua (2023); Toniol e Furlan (2022); Kosvoski e Silva (2020), destaca-se a necessidade e possibilidades para a construção de subjetividades contra hegemônicas no espaço acadêmico,

as quais podem se caracterizar como resistências e contracondutas à racionalidade neoliberal amplamente inserida nesse cenário. A governamentalidade do "bem comum", descrita por Dardot e Laval (2016), pode ser um caminho para a constituição de uma subjetividade contra hegemônica nas Universidades. De acordo com os autores, e com essa perspectiva, os sujeitos se co-produzem em relações horizontais, dialógicas, respeitosas, solidárias e amorosas. A finalidade não é o desempenho, tampouco a competitividade. A finalidade é produzir sujeitos solidários, cooperativos, interessados no cuidado de si e no cuidado do outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo buscou conhecer quais são as subjetividades que estão sendo produzidas no cenário das Universidade, na contemporaneidade e se existem resistências e contracondutas à essa racionalidade, de acordo com a literatura.

De acordo com os resultados encontrados, ratificou-se a hipótese de que a racionalidade neoliberal está amplamente inserida no contexto das Universidades brasileiras, instaurando uma lógica competitiva e hiper produtiva, principalmente em torno da atuação docente no cenário da pós-graduação. Como resultado disso, verifica-se o aumento do adoecimento e sofrimento psíquicos em docentes e discentes.

Por outro lado, também são referidas, nos estudos incluídos, possibilidades de resistências e contracondutas no espaço acadêmico, de modo que, ainda em uma perspectiva embrionária, possam se constituir núcleos contra hegemônicos capazes de construir outras subjetividades nesse cenário, buscando alinhar-se a lógica da solidariedade e da cooperação.

SUMÁRIO

Por fim, salienta-se a escassez de estudos empíricos que abordem a temática aqui apresentada, considerando a sua relevância e o impacto das subjetividades produzidas no contexto universitário. Sendo assim, encerramos este capítulo reiterando a importância da realização de pesquisas e de atividades de extensão capazes de problematizar a racionalidade neoliberal hegemônica no cenário acadêmico, bem como, com potencial de propor a construção de outros modos de subjetivação, alinhados à cooperação e à solidariedade.

REFERÊNCIAS

AMBRÓZIO, Aldo. Governamentalidade neoliberal: disciplina, biopolítica e empresariamento da vida. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia,** v. 4, n. 8, p. 40-60, 2012.

ANTUNES, André. OCDE: gasto público em educação no Brasil caiu 2,5% ao ano entre 2015 e 2021. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz**. Rio de Janeiro, 13 set. 2024. Notícias. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/ocde-gasto-publico-em-educacao-no-brasil-caiu-25-ao-ano-entre-2015-e-2021#:~:text=OCDE:%20gasto%20p%C3%BAblico%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o,Polit%C3%A9cnica%20de%20Sa%C3%BAde%20Joaquim%20Ven%C3%A2ncio. Acesso em: 11 jan. 2025.

BARRETO, Arnaldo Lyrio; FILGUEIRAS, Carlos. Origens da Universidade Brasileira. **Quím Nova**, v. 30, n. 7, p. 1780–90, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abr. 2004a.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 3 dez. 2004b.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. **CAPES adotará classificação de artigos na avaliação quadrienal**. Brasília: Ministério da Educação, 31 out. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrienal. Acesso em: 11 jan. 2025.

CAPONI, Sandra. KOZUCHOVSKI DARÉ, Patrícia. Neoliberalismo e sofrimento psíquico: a psiquiatrização dos padecimentos no âmbito escolar. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 302–320, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a capacidade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população.** Martins Fontes, 2008b.

GADELHA COSTA, S. de S. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**, [*S. l.*], v. 34, n. 2, 2009.

GALLO, Silvio. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, n. 66, p. 77–94, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

KOSVOSKI, Deysi Maia Clair; SILVA, Sara Farias da. O porquê é preciso alteridade: a subjetivação do neoliberalismo sobre os sujeitos. **Periferia**, v. 12, n. 1, p. 177-191, jan./abr. 2020.

LAVAL, Christian. Da universidade neoliberal à universidade como comum. **Blog Valdemar Sguissardi.** 19 jan. 2023. Disponível em: https://vsguissardi.com.br/da-universidade-neoliberal-a-universidade-como-comum/. Acesso em: 30 mar. 2024.

MAURENTE, Vanessa Soares. Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, p. e180734, 2019.

MORÉS, Andréia. A universidade e sua função social: os avanços da EaD e suas contribuições nos processos de ensino e aprendizagem. **Revista Reflexão e Ação,** v. 25, n. 1, p. 141-159, Jan./Abr. 2017.

NUNES, Mário Luiz Ferrari; BOSCARIOL, Marina Contarini. A produção de narrativas sobre a docência em educação física: a construção de verdades e algumas problematizações. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 23, n. 4, p. 945–962, 2021.

OLIVEIRA, Evandro S. A. de; CECÍLIO, Sálua. Trabalho (docente), neoliberalismo e produção de subjetividades no capitalismo global: evidências de uma "nova razão do mundo" na era digital. **Educação**, [*S. l.*], v. 46, n. 1, p. e42727, 2023.

OLIVEIRA, Adriano de. BIANCHETTI, Lucídio. CNPq: política de fomento à pesquisa nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC). **Perspectiva**, v. 24, n. 1, p. 161-182, jan/jun. 2006.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa. Em busca de uma alternativa ao inovacionismo. **Outras Palavras**. São Paulo, 19 mai. 2021. Disponível em: https://outraspalavras.net/tecnologia emdisputa/em-busca-de-uma-alternativa-ao-inovacionismo/. Acesso em: 7 abr. 2024.

RESENDE, Haroldo de. Do Homo Œconomicus ao Homo in Debitum: efeitos do neoliberalismo na educação. **Educação & Realidade**, v. 48, p. e109657, 2023.

RIGAL, L.; ZINGER, S.; PATAGUA, P. E. Pedagogias críticas: o desafio da formação de subjetividades rebeldes. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e12043, 2023.

ROSSI, Pedro; Dweck, Esther e Ana Luiza. **Economia para poucos:** impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

SILVA, M. V. da. Estado neoliberal e retrocessos democráticos nas políticas públicas de educação: Entrevista: Christian Laval. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [*S. l.*], v. 11, n. 2, p. 522–529, 2022.

TONIOL, Lucas Cardoso; FURLAN, Elaine Gomes Matheus. Neoliberalismo e Formação de Professores: subjetividades conflitantes. **Interfaces da Educação**, [*S. l.*], v. 13, n. 37, 2022.

TRALDI, B. A. G.; SAPATINI, C. H.; LIMA, S. G.; SILVA, K. C. B. Mal-estar docente na universidade em tempos neoliberais: uma discussão psicanalítica e interseccional. **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, [*S. l.*], n. 31, p. 233-249, 2024.

SUMÁRIO

4

Maura Jeisper Fernandes Vieira
Kamyla Stanieski Dias
Liara Saldanha Brites

A DOCÊNCIA ESPETACULARIZADA NO *TIKTOK*:

UM MODO DE SER PROFESSOR NO CONTEMPORÂNEO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.4

A docência, tradicionalmente associada à sala de aula física e às interações diretas entre professores e alunos, tem sido transformada pela presença das plataformas digitais. Professores que antes ocupavam o espaço das escolas agora também se projetam em redes sociais, como *TikTok*[1], *Instagram*[2] *e YouTube*[3], onde suas práticas pedagógicas são amplificadas, performatizadas e, muitas vezes, viralizadas (Olivieri, 2024). Essas mídias têm se consolidado como arenas onde o trabalho docente ganha visibilidade, ao mesmo tempo em que se torna um espetáculo público e midiático. Exemplos emblemáticos incluem professores que criam estratégias consideradas inovadoras para engajar alunos e se tornam fenômenos nas redes sociais, como os casos reportados em veículos de comunicação nacionais (Pacheco, 2023). A docência é inserida em uma dinâmica de exposição que reflete as características centrais da *Sociedade do Espetáculo* descrita por Guy Debord (1967), além de dialogar com o *Show do Eu* e a midiatização da intimidade, discutidos por Paula Sibilia (2008) e explicados ao longo deste capítulo.

Ao lançarmos um olhar mais ampliado, surge um problema central: de que maneira a midiatização do trabalho e a atuação docente, amplificada pelas plataformas digitais, ressignifica o papel dos professores, transformando-os em protagonistas de uma docência espetacularizada. Essa problemática conduz à seguinte questão de pesquisa: como as práticas de professores midiatizados em plataformas digitais reconfiguram a docência na contemporaneidade?

Embora a midiatização e a espetacularização já tenham sido objeto de estudos em áreas diversas, considerando a célere expansão das plataformas digitais e da internet a partir dos anos 2000, ainda há lacunas na análise dos efeitos desses processos no agir docente

1 *TikTok* é uma mídia social que permite ao usuário criar e publicar vídeos de curta duração.

2 *Instagram* é uma mídia social que permite a criação de um perfil para a publicação e compartilhamento de fotos e vídeos curtos.

3 *YouTube* é uma plataforma para a publicação de vídeos.

SUMÁRIO

e o ser professor na contemporaneidade. Em particular, sinalizamos a importância de investigações que abordem plataformas digitais como *TikTok* que teve seu surgimento em 2014 e é um dos principais sites do mundo, sendo o mais visualizado em 2021, à frente do buscador da *Alphabet/Google* e de outras redes sociais (PACETE, 2021).

A fim de contribuir para o debate acadêmico sobre como as práticas de professores midiatizados em plataformas digitais reconfiguram a docência na contemporaneidade, discutiremos ao longo do texto sobre o Neoliberalismo enquanto racionalidade, explorando-o como uma forma de ser no contexto contemporâneo. Em seguida, abordaremos, de forma breve, a transição da Sociedade do Espetáculo para o Show do Eu, para, finalmente, pensar a Docência Espetacularizada a partir de uma análise ensaística de exemplos brasileiros do cotidiano docente no *TikTok*.

NEOLIBERALISMO COMO RACIONALIDADE: UM MODO DE SER NO CONTEMPORÂNEO

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) concebem o neoliberalismo como "um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (p. 17), "um sistema de normas que hoje estão profundamente inscritas nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estilos gerenciais" (p. 30) e "o desenvolvimento da lógica de mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade" (p. 34).

O neoliberalismo, ao estabelecer práticas e normas no campo econômico, também desencadeou transformações nas formas de viver e de organizar a sociedade. Mais especificamente, alterou a maneira

como pensamos, nos relacionamos e produzimos. Entendido como uma racionalidade, esse fenômeno foi estudado por Michel Foucault em seus cursos *Segurança, Território, População* (Foucault, 2009) e *Nascimento da Biopolítica* (Foucault, 2008). Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma política econômica, ele é "caracterizado por uma expansão implacável do alcance e do escopo da economia para todos os estratos culturais" e, assim, também inclui "as identidades, os sentimentos e os estilos de vida" (Cabanas; Illouz, 2022, p. 80).

O neoliberalismo se configura como uma forma de ser e estar no mundo contemporâneo. Além disso, essa racionalidade produz sujeitos neoliberais ou *neossujeitos* (Dardot; Laval, 2016) que têm suas condutas conduzidas pelos preceitos neoliberais a partir de uma gestão das mentes (Han, 2015). Não precisa existir coação ou uso de força e violência, é um convencimento sutil, uma internalização das normas que espraia para toda vida a lógica da concorrência e da empresa. Neste sentido, "o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial" (Dardot; Laval, 2016, p. 322). Modelos - quase que - inatingíveis são estabelecidos - e se inicia uma busca incessante por sucesso ou "a melhor versão". Ainda, os sujeitos são responsáveis por suas trajetórias, se alcançarem o sucesso ou terem uma vida de insucesso, as realidades desiguais existentes não são consideradas, "já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece" (Dardot; Laval, 2016, p. 345).

Nesse alargamento do modelo empresarial para a vida, articulado à total autorresponsabilização, emerge o empresário de si (Foucault, 2008) como a figura paradigmática dessa lógica. Assim, o *neossujeito* internaliza práticas de gestão e de produtividade, tratando a si como uma empresa em constante desenvolvimento, avaliação e otimização. Ele não apenas cria sua própria empresa, mas também se torna gestor de si, investindo em seu capital humano e não somente no capital material e monetário de seu negócio, já que ele próprio é o negócio. Desta forma, "a empresa é promovida como modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se

SUMÁRIO

gerir e um capital que se deve fazer frutificar" (Dardot; Laval, 2016, p. 378). Somos, então, incentivados a investir constantemente em nós mesmos – seja adquirindo novas competências, aperfeiçoando nossa aparência ou aumentando a produtividade – com o objetivo de nos tornarmos mais competitivos.

As plataformas digitais aprofundam e amplificam a lógica do empresariamento de si, uma vez que redes sociais, como *Instagram, TikTok e YouTube*, oferecem arenas onde os sujeitos podem performar. A visibilidade torna-se um recurso valioso e a curadoria da própria imagem é uma prática central na construção de subjetividades. O sucesso é frequentemente associado ao alcance, às métricas de engajamento e à capacidade de se destacar em um mercado altamente competitivo e gerenciado por algoritmos das plataformas digitais, com pouca transparência de funcionamento.

Desse modo, ao compreender o neoliberalismo como uma racionalidade que atravessa e estrutura as subjetividades contemporâneas, é possível perceber como ele se articula profundamente com os fenômenos da *Sociedade do Espetáculo* e do *Show do Eu*, pois a subjetividade neoliberal se manifesta não apenas na esfera econômica, mas também nas dinâmicas de exposição e consumo do eu, conectando a gestão de si ao espetáculo incessante da vida contemporânea.

DA *SOCIEDADE DO ESPETÁCULO* AO *SHOW DO EU*

A noção de *Sociedade do Espetáculo*, proposta por Guy Debord em sua obra homônima de 1967, constitui uma crítica contundente às dinâmicas sociais, culturais e econômicas que emergiram na modernidade tardia, especialmente sob a influência da

SUMÁRIO

ascensão do neoliberalismo, quando há uma interrelação entre o acúmulo financeiro e a produção de imagens em massa (Coelho, 2024). O espetáculo não é apenas uma coleção de imagens, mas uma percepção de mundo que se materializa por meio de representações visuais, narrativas e performances que moldam as relações humanas e estruturam a experiência social, isto é "o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens" (Debord, 1997, p. 14). Esse conceito evidencia um processo no qual a vida cotidiana é suplantada pela aparência, mas de modo complexo, onde "o espetáculo, compreendido na sua totalidade, é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente" (Debord, 1997, p. 8).

O espetáculo não é um fenômeno isolado; é produto da sociedade contemporânea "tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação" (Debord, 1997, p. 15). O autor argumenta que, na lógica espetacular, a realidade é fragmentada em imagens que carregam uma noção de completude e totalidade, mas que apenas não consideram as contradições subjacentes do sistema. Essa dinâmica é intrinsecamente vinculada à racionalidade neoliberal, que transforma tudo em mercadoria – inclusive as relações humanas, os valores culturais e as experiências cotidianas (Morozov, 2018). O espetáculo fragmenta a realidade ao apresentá-la como um conjunto de imagens desconectadas, mas que se pretendem autossuficientes. Essa fragmentação impede uma compreensão crítica das estruturas sociais e econômicas, criando um ambiente em que as aparências prevalecem e as imagens promovem um afastamento entre os sujeitos. O *parecer* substitui o *ser*, o consumo de representações espetaculares transforma-se no eixo central da vida social e os indivíduos passam a se relacionar mais com as imagens e narrativas mediadas do que com a materialidade das coisas (Debord, 1997).

Para Debord (1997), o espetáculo transforma os indivíduos em espectadores, relegando-os a uma posição de passividade e distanciamento. Embora o conceito de sociedade do espetáculo tenha sido

desenvolvido na década de 1960, sua pertinência permanece, especialmente no contexto das tecnologias digitais e das plataformas de redes sociais (Ward, 2020). A internet e seus desdobramentos aprofundaram e expandiram as dinâmicas espetaculares, permitindo aos sujeitos não apenas consumir ou ficarem numa posição de espectadores, mas serem produtores e disseminadores de si mesmos.

Sendo assim, o espetáculo não está mais restrito aos meios de comunicação, como a televisão e o cinema, e sim está presente nas redes sociais, onde a vida cotidiana é transformada em conteúdo (Morozov, 2018). A noção de *Sociedade do Espetáculo* é atualizada, caracterizada pela participação ativa dos sujeitos na construção de suas próprias imagens espetaculares, ainda que sob os imperativos e as condições estruturais impostos pelas plataformas digitais.

Neste cenário, Paula Sibilia (2008), em sua obra *O Show do Eu*, reflete que "por toda parte, então, os usuários, leitores e espectadores são convocados a participar, compartilhar, opinar e se exibir de um modo considerado 'proativo'" (p. 24).

> A rede mundial de computadores se tornou um grande laboratório, um terreno propício para experimentar e criar novas subjetividades: em seus meandros nascem formas inovadoras de ser e estar no mundo, que por vezes parecem saudavelmente excêntricas e megalomaníacas, mas outras vezes (ou ao mesmo tempo) se atolam na pequenez mais rasa que se pode imaginar. Como quer que seja, não há dúvidas de que esses reluzentes espaços da Web 2.0 são interessantes, nem que seja porque se apresentam como cenários bem adequados para montar um espetáculo cada vez mais estridente: o show do eu (Sibilia, 2008, p. 27).

A noção de *Show do Eu* oferece uma lente para compreender os fenômenos contemporâneos de autoexposição e construção identitária em uma sociedade cada vez mais mediada por tecnologias digitais. Segundo Sibilia (2008), vivemos em uma era em que as fronteiras entre o público e o privado se tornam tênues, e a exibição de si mesmo – em especial nas plataformas digitais – passa a ser uma prática central na

vida cotidiana. Esse processo reflete mudanças culturais profundas que têm se acentuado, em que a construção da identidade se transforma em uma performance contínua, baseada no individualismo e na necessidade de reconhecimento social que necessita ser constantemente avaliada por terceiros e torna-se dependente da aprovação externa, mediada por curtidas, comentários e compartilhamentos. Essa ideia de identidade deixa de ser fixa ou estável e passa a ser fluida, performativa e moldada pelas interações nas plataformas digitais.

Em plataformas como *Instagram, TikTok* e *YouTube*, o "eu" é transformado em conteúdo, projetado para atrair atenção e gerar engajamento. Surge então um deslocamento onde a intimidade e a privacidade, antes preservadas, tornam-se agora bens negociáveis, mercantilizados e monetizados. O sujeito é incentivado a se apresentar como uma marca pessoal, curando cuidadosamente aspectos de sua vida para exibi-los publicamente. Essa curadoria não é apenas um ato de vaidade, mas uma estratégia de validação que responde às expectativas de uma sociedade que valoriza a visibilidade como sinônimo de sucesso e relevância. Isso implica num "culto da *performance* ou do desempenho individual, que deve ser cada vez mais destacado e eficaz" (Sibilia, 2012, p. 27, grifo das autoras).

Sibilia reforça que

> [...] é preciso espetacularizar a própria personalidade com estratégias performáticas e adereços técnicos, recorrendo a métodos compatíveis aos de uma grife pessoal que deve ser bem posicionada no mercado. Pois a imagem de cada um é a sua própria marca, um capital tão valioso que é necessário cuidá-lo e cultivá-lo a fim de encarnar um personagem atraente no competitivo mercado dos olhares (Sibilia, 2008, p. 255).

O competitivo mercado dos olhares apresenta uma cultura da exposição que é incentivada e amplificada e insere o ato de se expor em uma economia da atenção, onde a visibilidade ganha valor monetário real (Olegario, 2021) e essa monetização da visibilidade

está especialmente alinhada à racionalidade neoliberal, uma vez que essa lógica performativa não é neutra e nem mesmo apenas um reflexo de escolhas individuais; ela também responde a razões estruturais e econômicas mais amplas e está profundamente imbricada nas dinâmicas de mercado e nas expectativas da sociedade contemporânea. Deste modo, o sujeito internaliza a lógica de mercado, moldando sua autoapresentação para atender às expectativas de uma audiência virtual e para monetizar essa exposição.

No campo educacional, a lógica espetacular manifesta-se de maneira explícita na midiatização da docência, como observado no *TikTok, Instagram e YouTube* (Olivieri, 2024). Professores que transformam suas práticas pedagógicas em performances para o público digital exemplificam como a espetacularização reconfigura o trabalho e a atuação docente. O ensino, antes limitado ao espaço físico da sala de aula, torna-se uma performance pedagógica amplamente divulgada e consumida, onde a eficácia das práticas muitas vezes é medida pelo alcance e pela popularidade nas redes (Pacheco, 2023).

Essa espetacularização da docência insere-se no contexto da racionalidade neoliberal, que exige do docente não apenas habilidades pedagógicas, mas também competências de marketing, autogestão e empreendedorismo. O professor espetacularizado, nesse sentido, torna-se um "empresário de si" que, além de educador, precisa agir como um comunicador carismático, um criador de conteúdo e, frequentemente, um influenciador digital.

A DOCÊNCIA ESPETACULARIZADA: CASOS BRASILEIROS NO *TIKTOK*

A *Sociedade Disciplinar*, juntamente com suas instituições — como a escola, o hospital, a família, o exército e a fábrica —, entra

SUMÁRIO

em crise a partir da segunda metade do século XX (Foucault, 1987). Nesse contexto, a escola também sofre com esse desgaste, evidenciando um crescente desajuste entre a instituição e seus sujeitos, tanto alunos como professores, algo que se torna cada vez mais evidente ao longo dos anos. Uma das mudanças que contribuem para esse cenário é o choque entre o ambiente escolar e o universo midiático, sobretudo com as novas tecnologias digitais (Sibilia, 2012). Diminui-se a ênfase sobre a disciplina e adentramos a *Sociedade do Controle*, com comunicação instantânea e constante, tornando a vigilância contínua e quase imperceptível por meio de tecnologias inovadoras (Deleuze, 1992). Logo, com o domínio do capital, a constituição dos sujeitos passa a ser regida não só pela comunicação, mas também pelo consumo, pela mídia e pelo neoliberalismo enquanto racionalidade.

Torna-se possível observar as condições de possibilidades para o estabelecimento do controle enquanto poder na sociedade contemporânea. A sala de aula é um espaço forjado na e para a Modernidade, cujo objetivo é docilizar e disciplinar corpos e constituir subjetividades (Foucault, 1987). Ao passo que a disciplina perde força para o controle - mas sem desaparecer - e a empresa torna-se um modelo a ser seguido, não apenas pelo próprio Estado e pelos sujeitos, mas também pela escola, a performance individual e o desempenho viram protagonistas sendo cada vez mais valorizados (Sibilia, 2012). Isso gera uma necessidade constante de atualização, tanto dos indivíduos como das próprias instituições, a fim de se manterem atrativas. Como estratégia, ocorre a fusão do entretenimento, do prazer e da criatividade no espaço laboral e educativo, objetivando ainda originalidade, flexibilidade e velocidade a partir de um perfil empreendedor capaz de "mover mercados e gerar benefícios" (Sibilia, 2012, p. 48).

Assim, a escola encontra-se ainda forjada aos moldes disciplinares, movida pela palavra escrita e pelo texto lido, chocando-se com uma sociedade impregnada pelo audiovisual, pelas plataformas

SUMÁRIO

digitais e pela Inteligência Artificial. Logo, não é de se surpreender que a escola tenha se transformado para muitos num espaço "chato", sem atrativos e que ainda seja obrigatória sua frequência ao longo da vida, gerando apatia e pouco entusiasmo aos alunos (Sibilia, 2012). Para lidar com este cenário, docentes têm recorrido cada vez mais aos recursos midiáticos, sob a forma do espetáculo, para se manterem relevantes e minimamente interessantes ao olhar dos discentes e, inclusive, de outros espectadores.

A prática docente está se transformando sob a influência das plataformas digitais e da lógica do espetáculo. Em outubro de 2023, por exemplo, uma professora de Química ganhou destaque no *TikTok* com um vídeo que ultrapassou sete milhões de visualizações. Na gravação, ela realiza a chamada em sala de aula com o tema "famosos", incentivando os alunos a responderem com o nome de artistas de sua preferência. Ao promover uma dinâmica descrita como "diferente e divertida em suas práticas pedagógicas" (Mota, 2023), sua estratégia de engajar os estudantes na sala de aula também alcança milhões de espectadores. Sua abordagem, marcada por chamadas temáticas e conteúdos de humor, exemplifica a espetacularização da docência, em que o trabalho do professor é performatizado e amplamente midiatizado para um público que vai muito além dos limites da escola.

Outro caso é o de um professor da Bahia que, em 2024, teve seu vídeo difundido rapidamente no *TikTok* após desenvolver um método considerado inovador para solicitar silêncio aos alunos. A prática consiste em utilizar música para promover o silêncio - em um primeiro momento pode parecer contraditório, mas a estratégia deu certo. Em meio ao caos de uma sala de aula, ele começa a cantar *Morena Tropicana*, música de Alceu Valença, direcionando o barulho da turma de quinta série para a melodia. Logo após a cantoria, assume o papel de maestro ao entoar o clássico e lança um 'pedi pra parar, parou', conseguindo, enfim, controlar os adolescentes inquietos (Pécora, 2024). Em entrevista, o professor disse que não

esperava a grande repercussão, mas revelou que cresceu assistindo influenciadores digitais e sonhava em seguir esse caminho. Apesar de considerar que a carreira na docência poderia ser um obstáculo, teria encontrado uma maneira de conciliar ambos os universos (Alô Alô Bahia, 2024). Ainda complementou:

> Na verdade, eu nunca decidi ser professor, nunca tive essa vontade. Quando me formei no colégio, pelo meu desenvolvimento na parte artística da escola, a diretora me chamou para atuar em sala de aula, pra fazer um teste, pra estagiar. Acabou que eu me apaixonei, gostei bastante e caí de paraquedas nessa profissão e estou amando (Alô Alô Bahia, 2024).

Esse docente, hoje, é considerado um caso de sucesso nas redes sociais, pois conta com mais de 185 mil seguidores, considerando seus perfis no *TikTok* e no *Instagram*. Embora não seja incomum que professores tenham grande público nas redes, o tipo de conteúdo que compartilha é o seu diferencial. A escolha de produzir vídeos de humor e conteúdos voltados para a interação afetuosa com os alunos, em vez de ministrar aulas online, revela uma nova configuração do papel docente em tempos de plataformas. O reconhecimento profissional passa a ser medido por métricas de engajamento, como números de curtidas, visualizações e seguidores. Nesse sentido, esse caso ilustra como os efeitos das redes sociais podem ir além da divulgação de práticas pedagógicas, configurando novos modos de ser professor na contemporaneidade, transformando a docência em um espetáculo acessível e consumível pelo público em geral.

Isso reflete uma demanda proveniente da racionalidade neoliberal, a qual exige qualidades e habilidades diferentes das exigidas nas *Sociedades Disciplinares*. Conforme Sibilia (2012, p. 126),

> [...] mais que habilidades associadas ao ensino tradicional, e até em choque com elas, privilegiam-se outras, como o talento ou a criatividade, em algum domínio explorável, somados à dedicação e a vocação empreendedora, que se deveriam desenvolver além - e até apesar - de se frequentar a escola.

Observamos uma busca por desenvolver habilidades como humor, criatividade e performance, que se tornam essenciais diante da exposição nas plataformas digitais. É como se não fosse mais suficiente ser um bom professor. É preciso se destacar, ser engraçado, pensar e agir fora do que é entendido como ser professor pelo senso comum, adotar abordagens "não convencionais" e se conectar com o que há de novo e inovador.

Em uma escola particular no estado da Paraíba, outro professor tornou-se um sucesso no *TikTok*, segundo Portal de Notícias R7. Com meio milhão de seguidores, o docente modificou o formato das aulas ao mostrar um ambiente divertido dentro da sala. Os vídeos começaram a ser publicados em outubro de 2022. Inicialmente, o professor, que não possuía seguidores, não imaginava atrair admiradores, mas sua primeira postagem teve grande repercussão e os números cresceram rapidamente. A inspiração surgiu de um aluno do sexto ano, que sugeriu gravar um colega contando uma piada sem graça para a turma e compartilhar no *TikTok*. Desde então, o professor passou a registrar diariamente momentos descontraídos com os estudantes, seja no início das aulas, na sala ou nos corredores da escola. Após esses momentos de descontração, ele introduz o conteúdo planejado para o dia com a turma já animada. Em um dos vídeos, o professor entrega provas acompanhadas de cartas do famoso jogo *Uno*, criado nos anos 1970. Em outro, ele utiliza sua própria foto, gerando muitas risadas entre os alunos (Pacheco, 2023).

O humor é uma das ferramentas mais utilizadas pelos professores em suas estratégias, ajudando a engajar os alunos em sala de aula, além de promover maior interação online e, por conseguinte, manter o envolvimento nas redes sociais. Há um investimento docente constante em sua criatividade, buscando se reinventar e se manter flexível, adaptando-se a cada dia em sala de aula, a fim de manter seus alunos-espectadores engajados e satisfeitos. Neste processo, segundo Paula Sibilia (2012, p. 123), o aluno deixa de ser este destinatário do saber para se tornar um *prossumidor* ou um

SUMÁRIO

produsuário, isto é, uma confluência entre produtores, usuários e consumidores. Cabe assim, ao professor, atender a demanda desses consumidores exigentes, sejam eles os próprios alunos, sejam os usuários das plataformas digitais.

Em Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, um professor de Educação Física viralizou nas redes sociais com um vídeo descontraído no qual, pressionado, sempre escolhe seus alunos diante de qualquer outra opção apresentada. Em um momento do vídeo, os alunos perguntam se ele prefere "a mãe" ou "os alunos" e a resposta imediata é: "meus alunos!". Com essa resposta, provoca gritos de alegria das crianças. A postagem ultrapassou 18 milhões de visualizações e foi descrita como uma brincadeira que também serve de "tática para passar na entrevista de emprego" (Melo, 2024).

Conforme reportagem do Portal de Notícias G1, a ideia de gravar o vídeo foi de uma aluna de 7 anos, depois de várias brincadeiras semelhantes, em momentos de descontração. O docente leciona há cerca de oito anos na escola, onde trabalha com turmas do 1º ao 5º ano. Ele acredita que o diálogo e a interação são fundamentais para construir laços com os alunos, ressaltando que as crianças buscam não apenas aprender, mas também se conectar e criar vínculos. O sucesso do vídeo foi tão grande que gerou uma animação feita por uma ilustradora conhecida na internet, ampliando o alcance da postagem e ultrapassando 20 milhões de visualizações em outra rede social. A viralização exemplifica como momentos simples e afetivos podem alcançar milhões de pessoas, celebrando o vínculo especial entre professor e alunos (Melo, 2024).

Em uma sociedade espetacularizada e midiatizada, os papeis antes fixos, fluem e se transformam: o jovem deixa de ser apenas um aluno e se converte em usuário e consumidor ativo. Isso faz com que a escola precise "entrar no jogo", como um produto para capturar a atenção (Sibilia, 2012). E parece que a maneira mais eficiente tem sido por meio dos docentes, os quais estão em contato direto com

os alunos. Aqui, o professor entra numa dupla disputa por atenção: compete com outros indivíduos que criam conteúdos nas plataformas digitais e com os próprios dispositivos móveis em uso pelos alunos dentro da sala de aula. Ao mesmo tempo em que o docente obedece a uma prática disciplinar, do espaço escolar, ele deve simultaneamente adaptar-se à performance midiática, com intuito de driblar o tédio e apatia discente pelo ensino.

CONCLUSÃO

Em tempos de plataformas digitais, a escola enfrenta o desafio de manter os alunos engajados e atentos em sala de aula. Para se adaptarem a essa realidade, os professores estão incorporando elementos do entretenimento em suas aulas, como criatividade e, principalmente, bom humor para tornar o ensino mais atrativo. A viralização de vídeos produzidos por professores no *TikTok*, como os que mostramos nesse texto, demonstra essa tendência.

Influenciada pela lógica do espetáculo e pela racionalidade neoliberal, o aluno se transforma em consumidor e usuário, o que leva à ideia de que o professor, ao ser visto também como um criador de conteúdo, passa a fazer parte da indústria do entretenimento contemporâneo (como no *show business*). Nesse contexto, o professor precisa adotar uma postura performática, quase como um artista. Logo, a docência é reconfigurada, exigindo que os professores não apenas dominem um conteúdo, mas também acompanhem as tendências das redes sociais utilizadas por seus alunos. Isso implica em desenvolver ou treinar habilidades comuns aos influenciadores digitais, como criatividade, produção e edição de vídeos, performance e engajamento com seu público, a fim de competir por atenção - em sala de aula e no ambiente online.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

ALÔ ALÔ BAHIA. Professor de Salvador viraliza após criar método inovador para alunos fazerem silêncio. **Alô Alô Bahia**, 22 ago. 2024. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/entretenimento/professor-de-salvador-viraliza-apos-criar-metodo-inovador-para-alunos-fazerem-silencio-0824. Acesso em: 8 jan. 2025.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia**: Fabricando cidadãos felizes. São Paulo: Ubu, 2022.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. **Mídia e poder na sociedade do espetáculo.** Disponível em: https://revistacult.uol.com.br/home/midia-e-poder-na-sociedade-do-espetaculo/. Acesso em: 8 jan. 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34, 1992.

FELIX, Victor Hugo. O que é TikTok? **Tecnoblog**, 8 maio 2020. Disponível em: https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-tiktok. Acesso em: 8 jan. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica:** o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: ÂYINÉ, 2018.

MELO, Amanda. 'Sua mãe ou seus alunos? Ficar rico ou seus alunos?': professor viraliza na web ao responder estudantes em 'entrevista' na escola. **G1**, 2 set. 2024. Disponível em: https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2024/09/02/meus-alunos-professor-viraliza-na-web-ao-responder-estudantes-em-entrevista-na-escola.ghtml. Acesso em: 8 jan. 2025.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

MOTA, Carolina. Professora viraliza ao fazer chamadas de alunos de forma diferente e divertida. **O Liberal,** 27 out. 2023. Disponível em: https://www.oliberal.com/brasil/professora-viraliza-ao-fazer-chamadas-de-alunos-de-formas-diferentes-e-divertidas-1.742306. Acesso em: 8 jan. 2025.

OLEGARIO, Aldrey. Economia da Atenção e universo das telas: entenda por que é tão difícil se desconectar. **AUN - Agência Universitária de Notícias da USP**, 2 set. 2021. Disponível em: https://aun.webhostusp.sti.usp.br/index.php/2021/09/02/economia-da-atencao-e-universo-das-telas-entenda-por-que-e-tao-dificil-se-desconectar/. Acesso em: 8 jan. 2025.

OLIVIERI, Fernando. No TikTok, professores gastam até mil dólares para decorar suas salas de aula. **Revista Exame**, 18 set. 2024. Disponível em: https://exame.com/casual/no-tiktok-professores-gastam-ate-mil-dolares-para-decorar-suas-salas-de-aula/. Acesso em: 8 jan. 2025.

PACETE, Luis Gustavo. TikTok toma o lugar do Google e é o site mais visitado em 2021 - **Forbes**, [*S. l.*], 2021. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/12/tiktok-toma-o-lugar-do-google-e-e-o-site-mais-visitado-em-2021/. Acesso em: 12 ago. 2022.

PACHECO, Mariana. Saiba como professor virou hit do Tik Tok com vídeos para melhorar as notas dos alunos. **Notícias R7**, 06 maio 2023. Disponível em: https://noticias.r7.com/educacao/saiba-como-professor-virou-hit-do-tik-tok-com-videos-para-melhorar-as-notas-dos-alunos-06052023/. Acesso em: 8 jan. 2025.

PÉCORA, Giovanna. Vídeo: veja o que um professor baiano fez para silenciar seus alunos. **Metrópoles**, 22 ago. 2024. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/veja-o-que-um-professor-baiano-fez-para-silenciar-seus-alunos. Acesso em: 8 jan. 2025.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes:** a escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SIBILIA, Paula. **O show do eu:** a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WARD, Rodolfo. A sociedade do espetáculo na contemporaneidade. **UnB Notícias**, 7 out. 2020. Disponível em: https://noticias.unb.br/artigos-main/4484-a-sociedade-do-espetaculo-na-contemporaneidade. Acesso em: 8 jan. 2025.

5

Flavia Feron Luiz
Tanisa Brito Lanzarini
Liciane da Silva Costa Dresch

MODOS DE SER ENFERMEIR@ NA CONTEMPORANEIDADE:

O EMPRESÁRIO DE SI E OS DESAFIOS PARA ALÉM DO CUIDADO

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.5

A contemporaneidade é caracterizada por uma exaltação da individualidade, em um contexto amplamente descrito como cita Guy Debord (2007): a "cultura do narcisismo" e a "sociedade do espetáculo". Nesse cenário, observa-se uma ruptura com os referenciais românticos que marcaram a modernidade, notadamente influenciados pela Revolução Francesa. Sem os marcos que orientavam o sujeito moderno, o homem contemporâneo enfrenta um estado de desamparo, percebendo-se sozinho em uma sociedade que valoriza a exterioridade e a performatividade. A essência do sujeito contemporâneo é deslocada para a aparência, e a performance de si sobrepõe-se às demais formas de construção identitária (Birman, 2007).

Segundo Jorge Forbes (2005), esse contexto transforma a condição de ser sujeito, diferenciando-a do que foi descrito em gerações passadas, moldadas por discursos religiosos ou políticos que regulavam a existência. Hoje, essa mutação transcende a simples oposição às normas vigentes, configurando uma transformação real nos modos de ser em si e ser com o outro. Essa transformação é fundamentada em valores mais flexíveis, na experimentação de novas possibilidades, desvinculadas das regras que orientavam as gerações anteriores. A antiga moralidade isolada é insuficiente para lidar com as complexidades e desafios impostos pela sociedade contemporânea.

As transformações sociais e econômicas decorrentes da globalização, de uma sociedade contemporânea e da modernização tecnológica impactam diretamente a formação e o exercício da Enfermagem. O mundo do trabalho passa por reorganizações que exigem novas formas de construção do conhecimento e a adaptação do perfil dos profissionais de saúde, exigindo que os enfermeiros desenvolvam competências transdisciplinares, capazes de atender às demandas da sociedade globalizada (Silva *et al.*, 2010).

Nesse contexto, o empreendedorismo emerge como uma estratégia de resposta às mudanças nas configurações do mercado

SUMÁRIO

profissional. Laisi Patriota, Jaquelinne Santos e Renata Rosa (2018) destacam que o empreendedorismo na Enfermagem oferece uma perspectiva renovada, permitindo que os enfermeiros e enfermeiras transcendam os limites tradicionais do ambiente hospitalar. Esse movimento possibilita a criação de serviços diversificados e qualificados, promovendo a valorização da profissão e o aumento da satisfação pessoal. Como aponta Rafael Polakiewicz (2013), o empreendedorismo é um instrumento que não apenas amplia as oportunidades profissionais, mas também melhora a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários.

Ao que parece, é fundamental o investimento da Enfermagem em atitudes proativas, tanto a nível profissional, quanto a nível social para o desenvolvimento de enfermeiros e enfermeiras empreendedores. Na contemporaneidade, exige-se tais profissionais desenvolvam uma cultura empreendedora, explorando novos espaços que estimulem a participação cidadã pelo desenvolvimento de metodologias de cuidado proativas focadas no indivíduo como sujeito e atores da própria história (Backes; Backes; Erdmann, 2009).

Ao mesmo tempo, a formação dos enfermeiros e enfermeiras contemporâneos enfrenta desafios significativos. Prevalece ainda um modelo pedagógico reducionista, com conteúdos fragmentados e uma transmissão de conhecimento tradicional e mecânica. José Moya e Maria Esteban (2006) criticam as práticas pedagógicas que oferecem um conceito de ser humano integral e multidimensional, mas não oportunizam aos estudantes condições de estabelecerem relações críticas com o ambiente em que estão inseridos.

Essa fragmentação do saber reflete-se na dificuldade dos profissionais em desenvolverem uma compreensão holística e analítica das situações cotidianas da prática de Enfermagem. Nesse sentido, Mary Silva *et al.* (2010) destacam a necessidade de uma ruptura com as práticas pedagógicas tradicionais, favorecendo metodologias que integrem teoria e prática. Essa abordagem possibilita

SUMÁRIO

o desenvolvimento de competências essenciais para lidar com a complexidade e os desafios da área da saúde.

O trabalho de Enfermagem, em si, apresenta desafios únicos, tanto no campo cognitivo quanto no físico. Os enfermeiros e enfermeiras lidam com cobranças excessivas, sobrecarga de trabalho e pressões emocionais. Como apontam Rafael Fontenele *et al.* (2020), a sensação de realização e heroísmo, advinda do salvamento de vidas, frequentemente contrasta com sentimento de impotência, diante de perdas e mortes em grande escala. Essa dicotomia, aliada à alta exposição ao estresse e aos riscos de infecção, impacta significativamente a saúde mental dos profissionais, aumentando os índices de depressão e da Síndrome de Burnout (Nascimento, 2020).

A desvalorização do trabalho do enfermeiro e a baixa remuneração também contribuem para um cenário de insatisfação profissional. Frente a esses desafios, é imprescindível reavaliar as condições de trabalho e implementar estratégias que promovam a saúde e o bem-estar desses profissionais, garantindo uma assistência de qualidade à população.

Além disso tudo, a contemporaneidade impõe ao enfermeiro não apenas a necessidade de se adaptar às transformações do mundo do trabalho, mas também de assumir um papel ativo como sujeito social. Isso inclui o compromisso com a integralidade da atenção, a equidade e a humanização das inovações tecnológicas e científicas (Silva *et al.*, 2010). Para isso, é fundamental uma formação que articule teoria e prática, promovendo o diálogo entre saberes e a construção de um conhecimento que capacite os profissionais a atuarem de maneira eficaz e humanizada.

Portanto, o processo de formação do enfermeiro na contemporaneidade deve refletir tanto a continuidade das transformações sociais quanto a ruptura com práticas pedagógicas ultrapassadas, preparando profissionais capazes de enfrentar os desafios de um mundo neoliberal e em constante evolução.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

DESAFIOS DA ENFERMAGEM NA CONTEMPORANEIDADE:
NEOLIBERALISMO E O "EMPRESÁRIO DE SI"

O neoliberalismo, caracterizado pela ênfase no mercado como regulador central das relações sociais e econômicas, exerce influência significativa nas políticas de saúde e nas práticas da Enfermagem. As reformas neoliberais, pautadas pela redução do Estado e pela privatização, resultaram em cortes orçamentários, precarização do trabalho e terceirização dos serviços de saúde ao longo das últimas décadas (Dardot; Laval, 2017). No campo da Enfermagem, tais transformações promovem uma gestão orientada pela eficiência e pela produtividade, desafiando os princípios éticos e humanísticos que fundamentam a profissão.

Destaca-se, assim, o impacto na desregulamentação de serviços essenciais, como a saúde, promovendo uma lógica de mercado que frequentemente coloca a eficiência econômica acima das necessidades humanas (Harvey, 2005). O neoliberalismo vai além de uma ideologia, configurando-se como uma racionalidade, um modo de vida que se impõe e orienta práticas sociais. Como ideologia, refere-se a uma representação do mundo que molda o ser social em sua vivência cotidiana, algo historicamente evidenciado por práticas de poder. O êxito do neoliberalismo foi condicionado por sua materialidade histórica, sendo estruturado pela identificação com a lógica da concorrência, tanto no âmbito do pensamento social que sustenta essa forma de sociedade quanto na justificativa de sua necessidade (Dardot; Laval, 2017).

Estudos recentes (Dall alba *et al.*, 2021; Jones, 2020) reforçam que a austeridade e os cortes no financiamento público na saúde, nas últimas décadas, ampliaram as desigualdades no acesso aos serviços, prejudicando especialmente comunidades menos favorecidas.

A austeridade, enquanto uma política econômica focada na redução de déficits fiscais, tem gerado um impacto significativo nas áreas de saúde e bem-estar social, incluindo a Enfermagem. Através da redução de custos e do rigor no controle de gastos, busca-se a maximização dos resultados, geralmente a partir da desvalorização da força de trabalho e da precarização das condições laborais.

Desta forma, o discurso neoliberal não apenas influencia as estruturas de trabalho, como também molda a identidade profissional dos enfermeiros. Foucault (2008) sugere que o neoliberalismo atua por meio da produção de subjetividades, promovendo a ideia de que os indivíduos são responsáveis pelo seu próprio sucesso ou fracasso. Nesse contexto, enfermeiras e enfermeiros são incentivados a adotar posturas empreendedoras, frequentemente em detrimento da ética coletiva. Através da lógica neoliberal do "empresário de si" (Dardot; Laval, 2017), há a transformação dos trabalhadores de saúde em gestores de sua própria performance, exigindo adaptações constantes a métricas de produtividade.

Estas novas formas de atuação de enfermeiras e enfermeiros na contemporaneidade estão intrinsicamente relacionadas à reconfiguração do trabalho em saúde e à crescente demanda por eficiência, produtividade e adaptação a novas tecnologias. A ênfase no mercado, na privatização e na flexibilidade laboral promove e tensiona a ampliação das competências dos profissionais para além do cuidado prestado. Para Marina Peduzzi (2023), a fragmentação dos sistemas de saúde e a introdução de práticas baseadas no empreendedorismo criam um ambiente onde o enfermeiro é acionado a assumir papeis gerenciais e técnicos que, muitas vezes, descolam o cuidado das subjetividades envolvidas.

A subjetividade dos profissionais de Enfermagem, nesse contexto, sofre impactos significativos. Como apontam Manoel Silva e Maria Machado (2020), enfermeiros e enfermeiras, ao serem constantemente pressionados por metas e indicadores de desempenho,

SUMÁRIO

SUMÁRIO

podem experimentar uma dissociação entre seu ideal profissional e as demandas do mercado. Essa tensão repercute em sobrecarga emocional, dificultando a manutenção de vínculos autênticos com os pacientes e reduzindo o cuidado a um produto ou mercadoria, comprometendo a essência relacional e humanística da profissão (Fraser, 2019). Na prática, significa explorar competências técnicas e relacionais, ao mesmo tempo em os trabalhadores convivem com a pressão por resultados, inovação e eficiência, desafiando por vezes os limites éticos e pessoais da profissão.

Assim, a construção da identidade profissional no contexto neoliberal é atravessada por uma reinvenção de novos modos de ser e estar enfermeiros e enfermeiras em um contexto laboral que exige alta performance em processos de trabalho precarizados. Ricardo Antunes (2018) observa que a flexibilização e precarização das relações laborais intensifica a vulnerabilidade emocional dos profissionais de saúde, gerando maior insegurança e menor estabilidade no emprego.

O ideal de atingir metas cada vez mais complexas, alicerçadas no ideal meritocrático, gera um ambiente competitivo que impacta negativamente as relações colaborativas nos setores da saúde. De acordo com Byung-Chul Han (2015), a obsessão pelo desempenho gera um estado de autoexploração, onde o indivíduo é tanto o explorador quanto o explorado. No caso de enfermeiros e enfermeiras, essa dinâmica pode levar a dilemas éticos e à perda de conexão com os valores fundamentais da profissão, como o cuidado, a empatia e os processos colaborativos. O foco em estratégias que mitigam o cuidado humanizado e valorizam sobremaneira a tecnologia e o individualismo na profissão podem impulsionar estes processos.

Embora as inovações tecnológicas e organizacionais prometam aumentar a eficiência no setor da saúde, também trazem novas dificuldades para enfermeiros e enfermeiras "empresário de si". Conforme David Harvey (2007), a racionalidade neoliberal impõe

SUMÁRIO

um ritmo de mudanças que frequentemente excede a capacidade de adaptação dos indivíduos, especialmente em profissões em que o cuidado está no centro das práticas. Esse cenário exige que enfermeiras e enfermeiros desenvolvam habilidades gerenciais, empreendedoras e tecnológicas para se destacarem. A luta por inovação tecnológica e performance, embora necessária, deve ser equilibrada prioritariamente com práticas que valorizem o bem-estar do profissional e a qualidade do cuidado prestado.

NOVAS NUANCES DO SUJEITO ENFERMEIRO: O INFLUENCIADOR, O COACH, O VIRTUAL...

O surgimento da tecnologia proporcionou aos sujeitos uma modalidade de exposição mais veloz e com um maior alcance mundial. O advento da internet permitiu uma aparição dos mais variados profissionais em formatos anteriormente não pensados para algumas categorias, como por exemplo, a Enfermagem. Não se pensava nesse profissional fora dos ambientes de assistência à saúde, porventura em ramos da auditoria, gestão ou controle de infecção, mas nunca como um influenciador digital, um *coach* ou um produtor de conteúdo virtual.

Essa ideia de múltiplas realidades acaba por permitir aos sujeitos uma sensação de liberdade onde se pode criar mundos próprios, no entanto, trata-se de uma ilusão, visto que os seres humanos estão limitados a se encaixar em mundos criados pelo próprio sistema capitalista (Mian, 2021). No contexto contemporâneo, as redes *online* se reconfiguram em uma dinâmica de sociedade que necessita estar dentro de uma nova organização social, tangenciada por relações de poder, em que todos os sujeitos precisam estar inseridos para ter sucesso. E essa é uma nova lógica de operação do poder.

SUMÁRIO

Nesse novo modo de exercício de poder, modulador, diferentemente do poder disciplinar que tenta corrigir o comportamento dos indivíduos, confinando corpos, o objetivo é antecipar o comportamento, em um campo da informação no qual cria possibilidades, em um processo que dá a falsa liberdade de que tudo é possível, qualquer perfil pode ser construído e todo usuário também pode ser um produtor de conteúdo (Machado, 2021).

A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) vem propiciando e operacionalizando uma das importantes mudanças econômicas e comunicacionais ocorridas no início do século XXI (Martins; Franco; Vasques, 2023). Manifesta-se em uma vasta gama de atividades sociais e econômicas realizadas através dos meios tecnológicos de informação, produzindo uma profunda e duradoura transformação nos mais diversos âmbitos da vida social e subjetiva, afetando nosso comportamento e o modo como nos relacionamos e comunicamos.

As TICs, bem como o acentuado uso de equipamentos como *smartphones*, têm modificado subjetividades e o modo como as relações interpessoais ocorrem. Formam-se indivíduos narcisistas, que expõem suas vidas na rede, esperando reconhecimentos, elogios, curtidas, compartilhamentos e, inclusive, a monetização por meio do número de seguidores e elogios que a pessoa recebe (Levy; Monteiro, 2019). Porém, o que se destaca nesse contexto da internet é a busca por uma satisfação plena e imediata, assim como o idealismo de uma constituição de ser humano "evoluído", atualizado e bem-sucedido.

É recorrente na literatura o reconhecimento de que o advento da internet é uma revolução só comparável à invenção da escrita e à da imprensa. Mais do que uma nova tecnologia, estamos diante de uma mudança de paradigma em nossa relação com o mundo (Alves, 2020). Os enfermeiros e enfermeiras também estão tomando esses espaços midiáticos e se constituindo em sujeitos empresários

de si mesmos. Estes, subjetivados por uma lógica neoliberal, não são vistos como força de trabalho com preço de mercado, mas, sim, como gestores de sua própria força de trabalho, como uma empresa conduzida segundo uma racionalidade de maximização de seus próprios investimentos intelectuais (Laval, 2020).

Ser empresário de si mesmo, em um mundo capitalista, predispõe a obtenção de lucros e, na maioria das vezes, ao reconhecimento profissional. É a partir destas consequências da fama, as quais acontecem praticamente com os recursos da mídia, que acabam por conduzir um novo modo de ser enfermeiro e enfermeira, um influenciador de condutas inserido em uma lógica de racionalidade específica de mercado.

Esse novo sujeito enfermeiro e enfermeira do mundo tecnológico, midiático e da internet acaba perpassando por diversas nuances enquanto profissional. Ele deixa de ser reconhecido apenas como um trabalhador da área da saúde, e passa a ser, também, um influenciador de conteúdo digital, um produtor de *marketing* pessoal e profissional, um *coach* da saúde, ou seja, um empreendedor virtual.

Nos últimos anos, há um empenho em buscar formas de produzir uma maior visibilidade da Enfermagem. O direito a empreender e ter o próprio negócio é respaldado pela Lei do Exercício Profissional (Brasil, 1986), que assegura a autonomia de enfermeiros e enfermeiras, e por resoluções, as quais surgem na Enfermagem como gerador de novas possibilidades de emprego e renda, trazendo um olhar inovador em relação à prestação de serviços, proporcionando o reconhecimento profissional e a satisfação financeira (Dias, 2022).

E é pela busca de melhores condições monetárias que o neoliberalismo se utiliza, como mecanismo, para produzir sujeitos que criam suas próprias oportunidades, na lógica neoliberal de auto empreendedorismo, em que todos podem ser também produtores

de conteúdo digital. Na Enfermagem não é diferente. Diariamente, encontramos na internet – mais especificamente, nas redes sociais - esses profissionais elaborando variados conteúdos: informações sobre saúde, tratamento de feridas, aplicação de terapia com *laser*, dicas de trabalho na área e até humoristas profissionais.

Nesta transformação de atividades midiáticas, percebemos variações naquilo que é (ou era) ser enfermeiro(a). Ele não é apenas o sujeito trabalhador da área da saúde, agora ele pode ser blogueiro, *coach*, produtor de vídeos, áudios, ou qualquer outro conteúdo que envolva a atenção e exerça comunicação com certo público. O neoliberalismo redefine, assim, um sujeito que deve adaptar-se às variáveis do mercado, sobreinvestido por técnicas comportamentais que afetam até o mais íntimo do indivíduo (Laval, 2020).

Uma pesquisa de 2024, a qual objetivava conhecer o perfil dos influenciadores digitais na Enfermagem do Brasil, identificou 234 influenciadores digitais da Enfermagem, cuja maioria está na plataforma *Instagram* e possui entre 10 mil e 100 mil seguidores (Freire *et al.*, 2024). Observa-se que a maioria absoluta dos perfis é de caráter pessoal e os assuntos abordados são diversos, vão desde as especialidades da profissão, passam por sátiras e comédias e alcançam até a luta por direitos e em defesa das prerrogativas profissionais da categoria (Freire *et al.*, 2024).

Outro estudo que procurou analisar perfis de enfermeiros também na plataforma *Instagram*, encontrou, nos perfis analisados, que a maioria dos conteúdos produzidos eram de caráter educativo voltado para os profissionais da categoria, seja no âmbito de dicas de estudos, rotina ou motivação a buscarem melhores oportunidades de emprego (Oliveira *et al.*, 2022).

O grande número de influenciadores digitais na Enfermagem, atualmente, demonstra a tendência de crescimento desta nova categoria, neste segmento de atuação. Uma constatação desta

SUMÁRIO

nova nuance dos enfermeiros e enfermeiras foi o próprio evento, de âmbito nacional, promovido pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN, 2019), que tinha por objetivo debater os "desafios para a era digital", contando com a presença de dez influenciadores digitais da Enfermagem.

Os assuntos abordados pelos influenciadores da Enfermagem são diversos, assim como a diversidade de maneiras como vai se constituindo esse sujeito adaptado à realidade do mercado neoliberal. A amplitude temática que vai desde as especialidades da profissão, passando por fofocas e críticas sociais, chama a atenção por uma nova realidade na profissão, bem como a distinção de modos de educar e informar, que agora passam a ser com características de produção de conteúdo digital.

O que está em jogo para esse novo sujeito enfermeiro(a) digital é a capacidade de despertar reações emocionais e ações significativas por parte dos usuários. A maneira como se alcança o desejado depende da disposição deste profissional para exposição na internet, das condições de conhecimento para usar as ferramentas digitais e, por fim, da capacidade de comunicação efetiva e cativante que permita, fundamentalmente, influenciar condutas.

Por fim, os desafios da contemporaneidade decorrentes das transformações sociais, econômicas e da racionalidade neoliberal tem gerado profundas transformações na prática e na identidade de enfermeiras e enfermeiros, promovendo desafios à autonomia e à ética do cuidado. Trata-se de um processo em curso, pautado tanto na precarização de recursos quanto no advento da inovação tecnológica e de performance meritocrática. Na Enfermagem, o trabalhador empresário de si impulsionará outros modos de ser e existir na profissão, desvelando diferentes facetas profissionais que acompanharão e seguirão alinhadas aos novos modos de viver e existir contemporâneos.

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

ALVES, William Selau. **Uma análise do Eu em tempos de virtualidade:** reflexões psicanalíticas. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ALVES, Jacy Maria. O que é o Coaching de Saúde e Estilo de Vida? **Blog Dra Jacy Alves**. 2023. Disponível em: https://jacyalves.com.br/blog/. Acesso em: 11 jan. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BACKES, Dirce Stein; BACKES, Marli Stein; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. Promoting citizenship through nursing care. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 62, p. 430-434, 2009.

BIRMAN, Joel. Laços e desenlaces na contemporaneidade. **Jornal de psicanálise**, v. 40, n. 72, p. 47-62, 2007.

BRASIL. **Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986.** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7498.htm. Acesso em: 25 jan. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Cofen promove 4º Seminário de Comunicação.** 2019. Disponível em: https://www.cofen.gov.br/cofen-promove-4o-seminario-de-comunicacao/. Acesso em: 13 jan. 2025.

DALL'ALBA, Rafael *et al.* COVID-19 in Brazil: far beyond biopolitics. **The Lancet**, v. 397, n. 10274, p. 579-580, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DIAS, Leonardo. O crescimento do Empreendedorismo na Enfermagem no Brasil. **Revista Nursing,** v. 25, n. 285, p. 7118-7119, 2022.

FONTENELE, Rafael Mondego *et al.* Vivência de prazer e sofrimento na equipe técnica em Enfermagem do centro de terapia intensiva. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 1, p. 158-163, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes. 2008.

FORBES, Jorge. A psicanálise do homem desbussolado: as reações ao futuro e o seu tratamento. **Opção lacaniana**, v. 42, p. 30-33, 2005.

FRASER, Nancy. **The old is dying and the new cannot be born:** from progressive neoliberalism to Trump and beyond. New York: Verso Books, 2019.

FREIRE, Neyson Pinheiro *et al.* Credibilidade e persuasão na era da desinformação: influenciadores digitais da Enfermagem no Brasil. **Revista Acta Paulista de Enfermagem,** n. 37, eAPE02886, setembro de 2024.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo-história e implicações**: o Estado neoliberal. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press, 2007.

JONES, Terry *et al.* Systems, economics, and neoliberal politics: theories to understand missed nursing care. **Nursing & health sciences**, v. 22, n. 3, p. 586-592, 2020.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal.** São Paulo: Elefante, 2020.

LEVY, Elizabeth Samuel; MONTEIRO, Louise Freitas. Internet e psicanálise: considerações sobre seus efeitos na forma de subjetivação da criança. **Estudos de Psicanálise**. v. 52, p. 59-67, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n52/n52a07.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

MACHADO, Débora. A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais. *In:* SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; AVELINO, Rodolfo (Org). **A sociedade de controle:** manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2021, p. 49-69.

MOYA, José Luis Medina; ESTEBAN, Maria Paz Sandín. La complejidad del cuidado y el cuidado de la complejidad: un tránsito pedagógico de los reduccionismos fragmentantes a las lógicas no lineales de la complejidad. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 15, n. 2, p. 312-319, 2006**.**

MARTINS, Araceli de Souza; FRANCO, Bruno Fiuza; VASQUES, Ana Tereza Dias. Os impactos das redes e mídias sociais na subjetividade: uma leitura psicanalítica. **Revista Psicologias em Movimento**, v. 3, n. 1, p. 108-128, 2023.

MIAN, Mariella Batarra. Existe resistência nas sociedades de controle? A reação social diante da apropriação da rede pela lógica do capital. *In:* SOUZA, Joyce; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; AVELINO, Rodolfo (Org). **A sociedade de controle:** manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2021, p. 125-151.

NASCIMENTO, Maria Naiane Rolim *et al.* Cuidados de enfermagem na proteção e prevenção de riscos para o enfermeiro: revisão da literatura/Nursing care in the protection and prevention of risks for nurse: literature review. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 5, p. 1-17, 2020.

OLIVEIRA, Lídia Rocha de *et al.* Análise de conteúdo geral dos perfis gerenciados por enfermeiros no Instagram®. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, e12211225888, 2022.

PATRIOTA, Laisi Lopes; SANTOS, Jaquelinne Lopes dos; ROSA, Renata Fernandes do Nascimento. A importância do empreendedorismo para o profissional enfermeiro. **Revista Científica da FASETE**, v. 2, p. 125-140, 2018.

PEDUZZI, Marina. Barreiras da racionalidade neoliberal para a interprofissionalidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 27, p. e230365, 2023.

POLAKIEWICZ, Rafael Rodrigues. Potencialidades e vulnerabilidades do enfermeiro empreendedor: uma revisão integrativa. **Perspectivas online**, v. 11, n. 3, p. 53-79, 2013.

SILVA, Mary Gomes *et al.* Processo de formação da (o) enfermeira (o) na contemporaneidade: desafios e perspectivas. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 19, n. 1, p. 176-184, 2010.

SILVA, Manoel Carlos Neri da; MACHADO, Maria Helena. Sistema de Saúde e Trabalho: desafios para a Enfermagem no Brasil. **Ciência Saúde Coletiva**, v. 25, n. 1, p. 7-13, 2020.

SUMÁRIO

6

Ana Villarroel Márquez

EXISTENCIA DE UN RAP FEMINISTA COMO MANIFESTACIÓN ARTÍSTICO-ACTIVISTA QUE SE DESARROLLA DENTRO DEL *HIP HOP* PARA HACER FRENTE A LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.6

PRIMERAS PALABRAS

Hablar hoy de un rap feminista en español dado en territorios urbanizados de lo que hoy conocemos como México, es tratar de una nueva herramienta discursiva, epistemológica y política hecha entre mujeres, que se está dando no sólo en el país, sino a nivel mundial, para luchar contra las violencias machistas que sufren en sociedades marcadas todavía por patrones patriarcales.

Conocer los orígenes del *Hip Hop*, nos lleva a entender como al interior de esta contracultura, surgen diversas manifestaciones artísticas, entre las cuales se encuentra el rap, y dentro de éste las mujeres han estado presentes desde el inicio. Sin embargo, es desde los últimos veinte años que ha surgido lo que hoy podemos nombrar ya como un rap feminista, el cual ha marcado dentro del *Hip Hop* un posicionamiento crítico ante las diferenciaciones y discriminaciones por género, ya que al interior de esta contracultura todavía existen prácticas patriarcales como las que se dan en el resto de la cultura en general. Pero antes de hablar de este rap en específico, vámonos atrás en el tiempo, para entender el contexto que lleva a su paulatina aparición.

EVOLUCIÓN DEL *HIP HOP* COMO CULTURA ALTERNATIVA O CONTRACULTURA

Entre finales de los años 60 e inicios de los 70 los movimientos sociales a nivel mundial tenían gran fuerza, debido entre otros factores, a los procesos de liberalización dados en África, a las guerras imperialistas dadas entre Estados Unidos y la Unión Soviética en el contexto de la Guerra Fría y concretamente en el

caso latinoamericano, a las dictaduras y guerras de guerrillas dadas en la región. En medio de este panorama sabemos que surgió la cultura *Hip Hop*, la cual venía de todo un contexto de violencia y discriminación racial, del cual ya hemos hablado anteriormente.

Como sostiene Lara Chávez (2018), según estudios realizados, el *Hip Hop* refiere al nombre comercial de lo que en sus orígenes se conoció como *Planet Rock*, el cual era todo ese espíritu de goce y disfrute que se vivía en las fiestas de barrio del *Bronx*, en las que las pandillas ya no peleaban, sino que se retaban a través de la música y el baile. El origen de la denominación al parecer la da Áfrika Bambaataa, quien presenta a *Planet Rock* como una "cultura en movimiento que acepta (...) lo diferente para construir un mundo mejor (Lara Chávez, p. 68, 2018). Dentro de esta propuesta, cuatro principios básicos tomados de la Zulu Nation, organización liderada por Bambaataa, son los que la rigen: la paz, el amor, la unidad y "el sano esparcimiento" (Lara Chávez, p. 71, 2018).

Teniendo como base estos elementos, una de las características del *Planet Rock* es ver el trabajo comunitario como una acción necesaria para la transformación social, ya que si se trabaja para la comunidad, el beneficio es para todas y todos. Por tanto, como sostiene Lara Chávez (p. 72, 2018): "ser *Hip Hop* es una postura ante la vida y ante el mundo. Es portar una actitud constructiva que se refleja en actos concretos para el beneficio de la comunidad".

Lara Chávez (2018) toma el concepto de Michel Foucault de heterotopía a la hora de hablar de esta cultura, ya que sostiene que ésta no sólo se queda en la idea utópica de un mundo mejor, sino que la lleva a la práctica para, en su momento, sacar de la violencia a un grupo determinado, la juventud, que se encontraba condenada a las guerras de pandillas. Esta forma de hacer funcionar un deseo de mejora y trabajar colectivamente para lograrlo y ponerlo en marcha, es la filosofía de lo que en sus inicios se llamó *Planet Rock* y hoy conocemos como *Hip Hop*.

No se sabe con exactitud en que momento se pasó de la denominación *Planet Rock* a *Hip Hop*, aunque las fuentes que he leído y visto indican a Áfrika Bambaataa como su inventor, pero lo que sí queda claro es que la esencia de la cultura se mantuvo a pesar de su comercialización, la cual empezó a mediados de los años 80 del siglo pasado. Esta expansión se hizo desde varios frentes, como por ejemplo, desde la industria cultural y los medios de comunicación masivos, como la radio y la televisión, pero también a través del cine y el deporte, siendo estos años, pero sobre todo la década siguiente los de mayor difusión de la cultura *Hip Hop* en occidente.

EL *HIP HOP* EN MATERIALES AUDIOVISUALES PARA SU DIFUSIÓN CULTURAL

En la revisión de materiales audiovisuales, Lara Chávez (2018) encontró que entre los años 80 y 90 hubo variedad de referentes provenientes de Estados Unidos que difundían la cultura *Hip Hop*, popularizándola en América Latina y haciendo de ésta una nueva forma de socialización. Así por ejemplo, Lara destaca nombres como *The Warriors* (1979), película que habla sobre las pandillas de finales de los años 70; *Wild Style* (1983), film que habla sobre una graffitera y cómo es su relación con sus compañeros varones; *Breakdance* (1984) que se centra en la vida de una bailarina de géneros urbanos; o *Flyin Cut Sleeves* (1993), documental dirigido por Rita Fecher, quien se dedicó a "rescatar la cultura del Bronx en la década de los 70" (Lara Chávez, p. 98, 2018). Quitando el último caso, en el que Lara aprecia un cambio de perspectiva, al haber un mayor protagonismo de mujeres, en los demás la visión masculina es la que predomina y eso se ve reflejado en la poca presencia de mujeres con papeles protagónicos, así como en los grados de dependencia que tienen ellas hacia ellos.

Hacia los años 2000, siguen apareciendo materiales audiovisuales que tratan sobre el *Hip Hop*, pero sigue predominando la perspectiva androcéntrica como lo es el caso de la película *8 Mile* (2002), en la que el protagonista es un rapero blanco, Eminem, que intenta brillar en el mundo del rap y ganarse el respeto de los raperos negros, o el documental *Rubble King* (2015) el cual narra la vida en el *Bronx* en los años 70 y los testimonios que aparecen es en su mayoría de ex miembros de las pandillas más importantes de la época, casi no apareciendo testimonios de mujeres.

Sólo en los últimos años han ido apareciendo algunos materiales con una visión femenina como pequeños regalos en medio de una narrativa masculina que nos recuerda la importancia de hablar de ellas en esta contracultura, como es la película *Sonita* (2015), la cual narra la historia de una rapera afgana refugiada en Irán, o *Roxanne Roxanne* (2017) que habla sobre una de las primeras raperas en la escena Hip- hop de Estados Unidos. Esto tiene que ver con quienes dirigen dichos materiales y qué perspectiva quieren dar al público. Por ejemplo, *Sonita* cuenta como directora a Roksareh Maghni, quien plantea "la propuesta epistémica impulsada desde ahí: las mujeres están en el centro" de la narrativa (Lara Chávez, p. 101, 2018). Y aunque *Roxanne Roxanne* es dirigida por Michael Larnell, la producción está a cargo de Nina Yang Bongiovi.

EL RAP Y SU EVOLUCIÓN DENTRO DEL *HIP HOP*

El rap desde que empezó a comercializarse, entró a formar parte de esta gran empresa y la diferenciación por género empezó a marcarse por el número de discos sacados y vendidos, la repercusión en radio y televisión, las nominaciones a premios nacionales e

internacionales y un largo etcétera. Todo esto generó que fueran más los raperos varones los que destacaron, que las mujeres raperas.

Aunque el *Hip Hop* surge a inicios de los años 70, el rap se viene desarrollando con él durante estos años y es hasta finales de la década que se puede decir que aparece ya como un género musical diferenciado. Sin embargo, hay que aclarar, que al igual que el *Hip Hop,* que viene de la combinación de varias herencias culturales caribeñas y africanas, el rap como expresión lírica acompañada de ritmos o música, tiene sus orígenes en la tradición oral africana de los *griots*, narradores tradicionales que tenían como meta transmitir a través del arte de las palabras, las tradiciones de sus pueblos (Feal, 2020). Según Laura Feal (2020), estos cronistas tienen la responsabilidad no sólo de contar las historias familiares, sino también de dar consejos para evitar caer en los mismos errores que sus antepasados.

LA NECESIDAD DE UN RAP FEMINISTA

Teniendo en cuenta los orígenes del *Hip Hop* y del rap, cabe decir que como la mayoría de prácticas culturales, ambos cuentan todavía con acciones machistas y androcéntricas que inevitablemente están determinadas por la cultura general que domina y como sucede en otros casos, cuando se habla de la lucha general de una comunidad, las peticiones de las mujeres suelen quedar en un segundo plano, porque se pone por delante la lucha de "todos" y se tacha de egoísta a las que sólo quieren hablar de las necesidades específicas de un grupo, y más aún, si es de mujeres.

En la música rap, nos damos cuenta de estas diferenciaciones entre hombres y mujeres, ya que el porcentaje de ellas es sólo del 12.3 % (Statista, 2024). El mundo musical es competitivo y voraz, por tanto no es tarea fácil mantenerse en él y menos si eres mujer, ya

que sabemos que como el resto de la cultura, la industria musical es androcéntrica y patriarcal.

Por eso cuando hacia inicios del siglo XXI empieza a surgir un rap feminista, se debe a la necesidad de hablar desde ahí y hacerle ver a los compañeros que sí es importante la lucha comunitaria, pero también lo es la lucha de y por las mujeres, quienes siguen viviendo diferenciaciones y discriminaciones por género, las cuales están marcadas por el capitalismo y el patriarcado dominantes.

En el caso del rap mexicano, aunque ha habido mujeres desde sus inicios, como suele ocurrir, son los hombres los que se han llevado el protagonismo y de una forma misógina, ya que en la mayoría de sus canciones, el trato hacia las mujeres es de una manera hipersexualizada desde una mirada masculina que sólo busca someterlas físicamente. Son varios los casos de raperos que en sus canciones reproducen estereotipos por género, y aunque muchas tienen contenido de crítica social, lo que les falta precisamente es su crítica al sistema patriarcal. Pero esto no sólo se ve en las canciones, sino que también la moda es un reflejo claro de las diferenciaciones entre hombres y mujeres.

Desde la década de los 90, debido como mencionaba antes, a su comercialización, el *Hip Hop* y el rap se desviaron de sus principios originales y ya sea a través de las canciones o de la vestimenta, siguió reproduciendo entre otras cosas, unos roles de género marcados por la cultura general dominante. La capitalización de este género musical hizo que las mujeres fueran mostradas como objetos sexuales y los hombres como los dominantes, desvirtuando la esencia de comunidad y unidad defendida por el *Hip Hop* inicial.

Este ambiente es el que haga que aparezca un rap feminista, ya que éste busca poner sobre la mesa todas estas diferenciaciones y discriminaciones por género, y a la vez actúa a través de un activismo firme y constante que teje redes entre mujeres, además que como artistas demuestran que sí es posible reconstruir y reescribir la

sociedad, la historia y el arte, ya que éstas han sido lineales, racistas, colonialistas, androcéntricas y heteropatriarcales.

A través del uso de las palabras, estas *raptivistas* - así denomino a aquellas artistas que a través de prácticas artísticas/ culturales basadas en el rap y en el *Hip Hop*, actúan en sus entornos para generar transformaciones reales, basadas en la comunidad y la horizontalidad, buscando con sus canciones la deconstrucción de discursos hegemónicos, porque la escritura es otra forma de resistencia y de re-existencia, sobre todo para las mujeres, que históricamente han sido silenciadas y violentadas de mil maneras. Por tanto, no hay que perder de vista el contenido literario de las canciones de estas artistas y analizarlas no sólo como una herramienta de acción política para la transformación social, sino también desde la crítica literaria con perspectivas feministas.

Por lo general se ha obviado al rap como un tipo de lírica que tiene características propias y esto tiene que ver con sus orígenes orales africanos, los cuales no son vistos como fuentes de conocimiento desde los ámbitos académicos, desde la literatura o desde la llamada alta cultura. Si a lo anterior le sumamos el factor del "género", el interés por su estudio y divulgación se reduce considerablemente y se deja al rap feminista a los márgenes de la poesía.

EL CONTEXTO QUE LLEVA A LA APARICIÓN DE UN RAP FEMINISTA EN MÉXICO

Partiendo del contexto dado arriba, sabemos que el rap, como parte de la cultura *Hip Hop,* llega a la región latinoamericana allá por la década de los ochenta, pero es hasta entrados los 2000 que se empieza a dar un género dentro de éste, al que hoy llamamos

rap feminista. Esto se da en medio de unas condiciones específicas que genera disconformidad entre la población, como lo fue entre otras cosas la famosa "guerra contra el narco" iniciada en 2010 por el ex presidente Felipe Calderón. Esta situación provocó un incremento desmesurado de la violencia hacia las mujeres, así como una descarada impunidad hacia la misma, que llevó a la aparición de lo que hoy se denomina como la cuarta ola del feminismo contemporáneo.

Esta nueva generación de feministas, caracterizada por su garra y fuerza, ha sabido valerse de las redes sociales y de la globalización para difundir sus luchas y sus alianzas y así lograr llevar a cabo la transformación social, poniendo sobre la mesa nuevas formas de lucha para la marea violeta. La difusión en redes sociales de campañas y denuncias contra agresores, como el movimiento "Ni una menos" de 2015 o el "MeToo" de 2017 son algunos de los ejemplos más destacados que podemos dar para situar al rap feminista como parte de las diversas expresiones artístico-culturales aparecidas con esta nueva oleada feminista, no sólo en México sino en toda la región latinoamericana.

Lara Chávez (2018) nos habla de una cronología que es interesante tener en cuenta, ya que ella hace una primera delimitación desde 1996 a 2006 como una década en la empezó a manifestarse la presencia de mujeres en el Hip Hop mexicano, pero sin posicionarse como feministas. Y otra que, va desde 2006 a 2016, en la cual el discurso de las mujeres en el rap evoluciona hacia una postura claramente feminista.

Aunque tenemos como referencia contextual el año 2015 como inicio de la nueva oleada de feministas en México, sabemos que antes de esta fecha, en torno a los primeros años de la década del 2000, ya había mujeres que hacían rap con un claro discurso y posicionamiento feministas, tales como Mare Advertencia Lírika, que aparece en la escena del rap en el año 2005, en Audry Funk que aparece como solista en el 2006, la agrupación Batallones Femeninos,

que surgen en 2009 en Ciudad Juárez, o Masta Quba en lo hace en 2007. Esta primera generación de raperas feministas a nivel nacional marcaron un cambio dentro de la escena *Hip Hop* del país, ya que, teniendo en cuenta la cronología de Lara Chávez (2018), si entre 1996 y 2006 podemos hablar de la primera generación de mujeres en el rap mexicano, sin embargo no todas se posicionaban como feministas.

Pasados ya veinte años desde las primeras expresiones de mujeres feministas en el rap mexicano, lo positivo es que estas primeras raperas siguen vivas, de hecho todavía están activas ya que empezaron a rapear desde muy jóvenes. La elección del rap significó para ellas dejar sus zonas de confort, ya que implicó apostarle a un proyecto de vida y de estar en el mundo que va más allá de los escenarios, ya que éste lo han transformado en diversas formas de resistencia que a través de sus trabajos, han ido creando acciones individuales y colectivas que fomentan entre otras cosas, la autodefensa, la autogestión, el conocimiento de nuestros cuerpos y nuestros derechos y en definitiva, la creación de una serie de escenarios con realidades y formas de vida diferentes a las impuestas y normalizadas por el patriarcado, que nos han hecho ver que otro mundo sí es posible.

Las raperas y en general las mujeres involucradas en el mundo del *Hip Hop* entran en ese grupo que yo llamo las "sabias populares" que la academia y otros patrones culturales hegemónicos han querido dejar fuera una y otra vez de lo que se conoce por cultura y por tanto, hay que tenerlas en cuenta como una fuente más de conocimiento no hegemónico, que habla desde los márgenes y hay que conocerlo y reconocerlo como tal. Como sostiene Lara Chávez (p. 40, 2018), tenemos que "conocer las bases filosóficas y políticas del *Hip Hop* y el accionar feminista" para entender no tanto el porqué sino sobre todo el cómo al interior de una cultura llamada de paz y comunidad, tuvo que surgir una variante de rap específicamente feminista.

Sabemos que la invisibilidad de las mujeres en la cultura *Hip Hop* forma parte de ese *continuum* de invisibilización de nosotras en la cultura y en la historia en general. Así que resignificar el rap desde posicionamientos feministas es una forma de situarse en el mundo, es una manera de pensar, de sentir y de actuar en esta sociedad que aún sigue siendo patriarcal, colonialista, clasista y racista, por tanto es una apuesta no sólo política sino personal, o más bien es hacer político lo personal. Es no sólo hacer una reescritura, sino un cambio de perspectiva que responda a las preguntas: ¿quiénes han hablado hasta ahora?, ¿desde qué posicionamiento lo han hecho?, ¿a quiénes ha llegado el discurso difundido? ¿a quiénes ha dejado fuera y por qué? Estas preguntas se pueden plantear para cualquier producción humana, pero para el caso del *Hip Hop* y del rap aplica con la misma validez, ya que hasta la fecha son escasos los estudios que hablen de raperas feministas o de un rap específicamente feminista, ya que como sostiene la misma Lara, esto es algo que apenas estamos construyendo.

A través del *Hip Hop* y del rap, las mujeres buscan llevar a cabo acciones artísticas de subversión feminista, en las cuales el arte y la denuncia social van de la mano y se han convertido en poderosas armas de transformación. Esto es algo que comparten el *Hip Hop* y el movimiento feminista, ya que ambos surgen desde la colectividad y no sólo la utopía, sino la heterotopía de hacer las cosas bien para un cambio real. Además, tanto uno como otro va más allá de ser una ideología, un discurso o un movimiento, ya que son más bien un estilo de vida, una forma diferente de ver el mundo y de actuar en él. La vinculación de ambos, es algo necesario y aquí me atrevería a decir que lo que le hacía falta al *Hip Hop*, era precisamente una perspectiva crítica feminista.

Lara Chávez (p. 131, 2018) sostiene que "la participación de las mujeres en la cultura *Hip Hop* está modificando la enunciación al interior de esta propuesta juvenil" y considero que tendríamos ya

que dejar de pensar ésta como una apuesta sólo para la juventud, ya que como mencionaba arriba, el *Hip Hop* y sus expresiones "son para todo el mundo" como diría bell hooks (p. 46, 2020), refiriéndose a los saberes aportados por el feminismo.

Al interior del *Hip Hop* se han presentado por tanto, variaciones que eran necesarias y que con el contexto social y la vinculación con la academia y el feminismo teórico, han dado lugar a reivindicaciones feministas que antes no se veían, o al menos no se expresaban de esa manera. Son muchos los factores que ha llevado a este fenómeno, pero para mí los más destacados son, por un lado, el complejo y violento contexto histórico de inicios de los 2000, que ya venía arrastrando problemas de todo tipo desde la década de los 90, y por el otro, la organización de las mujeres, que hartas de la ineficiencia y corrupción de las entidades públicas, deciden actuar y auto organizarse desde diversos frentes para combatir la violencia machista y patriarcal.

En el caso que nos compete, las raperas a través de sus rimas buscan evidenciar muchas de las injusticias sociales que existen hoy a nivel mundial y a través de su lírica pueden llegar por medio de un lenguaje estético, a realizar críticas sociales que conservan el espíritu revolucionario y orgullosamente panfletario de los años setenta del siglo XX, momento en el cual no sólo surgía el *Hip Hop*, sino que el movimiento feminista pasaba por un momento álgido, en el cual se generaron nuevas reflexiones y accionares para erradicar las violencias patriarcales.

A pesar de que es hasta hace unos veinte años que se puede hablar de un rap feminista con características propias, la vinculación histórica- social que tienen el *Hip Hop* y el feminismo es mucho más cercana de lo que se puede llegar a pensar. Quizás porque ambos surgen en el contexto de los movimientos civiles de la década de los 70, por apostar a un sistema social alternativo, por

SUMÁRIO

su pensamiento en colectividad y horizontalidad, o quizás porque más allá de todo lo anterior, es un estilo de vida que no puedes negar una vez que perteneces a ellos.

Como sostenía anteriormente, al interior del *Hip Hop* las prácticas discursivas han cambiado en los últimos años, y esto tiene que ver con la mayor participación de las mujeres en él, quienes han tenido que ir haciéndose un espacio para demostrar que son tan buenas o más que los hombres. Y no, no se trata de competencia contra los hombres o revancha hembrista, son simplemente acciones de libertad, autoreconocimiento y compromiso, que a través del arte, mujeres con diversas posturas políticas, tendencias sexuales, corporalidades, clase social, etcétera, han decidido expresarse y manifestar lo que les desagrada y de lo que están hartas de esta realidad.

Lara Chávez (2018) advierte varias causas para este incremento de participación de las mujeres, las cuales divide de la siguiente manera: la primera tiene que ver con "la participación de las mujeres en la cultura *Hip Hop*" ya que ellas están cambiando las formas de expresión a su interior. La segunda tiene que ver con las aportaciones que el feminismo teórico y académico han dejado. La tercera causa está relacionada con el "contexto violento del país", haciendo que ésta sea denunciada a través del rap. La cuarta viene de la mano de la anterior, ya que "el debilitamiento del Estado-nación" es una razón de peso para el accionar de las mujeres. La quinta responde a un cambio generacional, en el que ellas deciden que su carrera artística-profesional, no la van a abandonar por las obligaciones familiares. La sexta es la "nueva forma de concebir la feminidad" que esta nueva generación de feministas toma como una alternativa a las ideas sufrimiento y sacrificios que sus mamás o abuelas les inculcaron. Y la última es que se ha dejado de ver a las mujeres involucradas en el *Hip Hop* como malas o malandras (Todas las citas textuales son de la p. 131).

CONCLUSIONES

Para concluir, son varias las ideas a declarar sobre los orígenes del *Hip Hop*, la participación de las mujeres en él y la aparición de un rap feminista dentro de esta contracultura.

Empezando por la primera, sin afán de ser repetitiva, el *Hip Hop* al nacer bajo un contexto de pobreza, discriminaciones e injusticias sociales, siempre va a apelar a la heterotopía de una realidad mejor, la cual debe ser construida en comunidad y en paz, para luchar contra el individualismo competitivo que el capitalismo ha marcado como normal en nuestras sociedades.

En cuanto a la participación de las mujeres en el *Hip Hop*, esto es algo que desde los trabajos de las últimas décadas, que se han encargado de recuperar las aportaciones y experiencias de las mujeres, se ha sabido que ellas estuvieron allí desde sus orígenes, pero como ocurre en el resto de la cultura y sociedad, la narración androcéntrica se encargó de reducirlas a las sombras al no nombrarlas.

Y por último, la aparición de un rap feminista dentro del mundo *Hip Hop* lo veo como una necesidad casi natural, que tarde o temprano tenía que darse, ya que como en toda comunidad, movimiento o cultura, llega un momento en el cual las mujeres se dan cuenta que su situación y necesidades no son tratadas de la misma manera que las de los hombres y por tanto, hay un punto de inflexión en el que empiezan a organizarse para cambiar eso.

El *Hip Hop* da pie a eso, a expresarte libremente, desde donde sea, cómo sea y con quien quieras, ya que más que una cultura, es una forma de vida que busca la interculturalidad como una forma de aceptar a todas las culturas, todas las razas, todas las corporalidades. Claro que ha habido y desgraciadamente hoy todavía hay gente que se aprovecha del *Hip Hop* y del rap para lucrar con ellos, pero cuánto

más los comercializan en la industria, más auténticos son en las calles. Por eso, como dice Salvador Alejandro (p. 85, 2014) en *Hiphoplogía*, "si más simplista y prefabricada era la poesía urbana de los Grammy, más compleja, abigarrada y comprometida era la no comercial".

REFERENCIAS

ALEJANDRO, Salvador. **Hiphoplogía**: prevalencia del ejercicio poético urbano en la era de la imagen. Hermosillo: Instituto Sonorense de Cultura, 2014.

FEAL, Laura. Los juglares africanos se llaman 'griots' y aún ejercen un oficio milenario. **El País**, 8 ene. 2020. Disponível em: https://bit.ly/3CmU7t9.

HOOKS, Bell. **El feminismo es para todo el mundo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

LARA CHÁVEZ, Nelly Lucero. **Las mujeres y sus prácticas discursivas en la cultura hip hop en México**: un estudio en torno a las manifestaciones de agencia y resistencia genéricas. 2018. Tesis (Doctorado en Ciencias Políticas y Sociales). UNAM, 2018.

STATISTA. Tasa de mujeres y hombres en la industria musical por género musical. **Statista**, mayo 2024. Disponível em: https://es.statista.com/estadisticas/1172425/tasa-de-mujeres-y-hombres-en-la-industria-musical-por-genero-musical/.

7

Carolina Araujo Londero
Júlia Gomes Bragante Commiato
Luiza Viriato Borges
Thiago Perez Jorge
Tiago Amaral Sales

MODOS DE SER E DE SE ALIMENTAR NO CONTEMPORÂNEO:

COMER, RESISTIR E RE-EXISTIR NO CONTEXTO DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.7

SUMÁRIO

Comer, verbo transitivo direto que precisa de complemento, no caso, objeto direto. O que implica – e agora estamos além do campo da transitividade verbal – que comer é sempre um ato, uma ação tal que demanda outro *diretamente vinculado*. Não tem desvios, pois o ato que nos direciona algo deve ser certeiro, preciso, lógica, unívoca, isto é, não comporta ambiguidades. Só que não.

Comer é ato complexo: é biológico ao passo que é atravessado por afetos, memórias (sejam elas voluntárias e involuntárias), histórias, sociedades e culturas. A comida é justamente o encontro dessas dimensões, já que "[...] pela comida nos encontramos – encontros consigo, com outros sujeitos, espaços, lugares, alimentos, territórios, políticas – e construímos relações" (Sales; Carvalho, 2020, p. 159).

Como ensinou Claude Fischler (1979, p. 1), importante referência do campo da sociologia da alimentação, "o homem é um onívoro que se alimenta de carne, de vegetais [...] de imaginário. A alimentação nos remete à biologia, mas não fica aí, o simbólico e o onírico, os signos, os mitos, as fantasias alimentam-nos, eles também, e concorrem para normatizar a nossa alimentação". Aqui chegamos à figura do comedor.

O comedor, do francês *le mangeur*, envolve uma dada relação eu-outro, nem sempre perceptível ao nível da consciência, embora sempre sensível corporalmente. Dito de outro modo, os conteúdos do *outro* no comer ultrapassam sua imediata aparência e palatabilidade. Parafraseando Paolo Rossi (2014) comer é *necessidade*, *desejo* e *obsessão*. Seguiremos por essa tríade – necessidade, desejo e obsessão.

O comedor se alimenta por *necessidade:* de natureza biológica e nutricional, mas também de ordem sociocultural – porque nem tudo biologicamente comestível se torna alimento perante uma dada cultura (plantas, animais, fungos), ao passo que se inscreve numa dada relação entre ética, saber e poder. Em certa medida, somos

governados pelos saberes, pelas práticas e também pelas representações que envolvem a alimentação.

Retornando a tríade, come-se também por *desejo*: no mais das vezes, inconsciente ao comedor, e por isso há mais na relação prazer-desprazer no ato alimentar do que ousa compreender nossa vã razão. Finalmente, comer é *obsessão.* Remetemo-nos aqui à definição de alimentação adequada e saudável, surgida no contexto da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea, 2007, p. 20), entendida como:

> A realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo da vida e as necessidades alimentares especiais, pautada pelo referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados[1].

Ora, se por um lado tal definição na busca pela alimentação adequada e saudável ultrapassou a mera visão biologicista e sanitária, de outro lado implicou no alargamento das dimensões para a "segurança" e a "saúde" da relação *comedor-alimento* de tal modo que a *obsessão* para se atingir essa alimentação adequada, saudável, sustentável e justa (social, cultural e ambiental) aparentemente, ficou ainda mais longe de ser atingida. Utopicamente irrealizável numa sociedade como a brasileira, que esteve apenas quatro anos

1 O conceito de alimentação adequada e saudável se alinha à definição brasileira de segurança alimentar e nutricional (SAN), disposta no artigo 3º da Lei 11.346 de 2006. A SAN, portanto, consiste na "realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (Brasil, 2006).

fora do Mapa da Fome da ONU, retornando desde 2019. Em 2022, mais de 33 milhões de pessoas no país não tinham o que comer! (Rede PENSSAN, 2022).

Ademais, do contexto do atual modelo hegemônico alimentar brasileiro, pautado na monocultura e *commodities* agrícolas com uso desmedido de recursos naturais, reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais no acesso à terra, água, energia e renda, e, que produz alimentos com componentes não alimentares como agrotóxicos, antibióticos, conservantes e realçadores de sabor com efeitos nefastos para a saúde do comedor (Rugani, 2015), chegamos ao conceito da Sindemia Global (The Lancet, 2019). Este manifesta a combinação sinérgica entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, e indica como interagem entre si, compartilham determinantes, e exercem mútua carga para a sociedade.

A rigor, enquanto a relação *comedor-alimento* for pautada por interesses comerciais e políticos que orientam o modelo hegemônico do sistema agroalimentar na sociedade neoliberal, seguiremos cozinhando pandemias. Eis que urge em nós a seguinte provocação: como escapar a estes perversos emaranhados que permeiam a nossa alimentação, a nossa constituição enquanto sujeitos e a nossa vida como um todo?

Comer: necessidade, desejo, obsessão. Verbo transitivo diretamente vinculado às representações e práticas alimentares, que constituem os sujeitos comedores na sociedade neoliberal. Em suma, *como* o que comemos nos define, nos produz e nos alimenta?

Eis que chegamos aos propósitos deste capítulo. Partindo da premissa de que comer sempre envolve uma dada relação, buscamos elaborar aqui um texto coletivo, refletido à luz das vivências, percepções e inquietações perante a tríade do comedor que se alimenta

SUMÁRIO

entre necessidade, desejo e obsessão, ao que ousamos acrescentar o elemento da possibilidade.

Texto que nasce, entre idas e vindas, como fruto da própria relação das autoras e dos autores, (re)criado por memórias e afetos de pessoas inseridas no cenário alimentar de nosso tempo, ávidos em desmembrar nos atos da escrita os sentidos e os significados que as práticas de comer ecoam em suas mentes e corpos. Potência para se perseguir com obsessão à reflexão da alimentação como resistência e re-existência ao neoliberalismo alimentar.

Como escapar? Como resistir? Como criar modos de ser e de se alimentar no contemporâneo? Quiçá, escrever narrativas, estórias, notas autobiográficas e autoficcionais seja um caminho possível, brincando o vivido com o sonhado, o que acontece e o que pode se criar. Essa é uma aposta nossa.

COMER, SIGNIFICADOS FRAGMENTADOS

O que o alimento representa atualmente? Um produto, um meio para conseguir atingir objetivos estéticos, uma válvula de escape para momentos de angústia, um carinho, uma memória, uma recompensa? Uma fonte de nutrição? Seria ele resultado de um trabalho produtivo - de transformação da matéria prima em produtos com valor (material e imaterial) agregado - e também do reprodutivo, de manutenção da vida? Algo que nos é tão elementar e natural foi distanciado de nós. Hoje para comer, necessariamente temos que comprar, e ao interpretarmos o alimento enquanto produto, a relação entre nós e a comida torna-se ainda mais complexa e cheia de camadas ligadas aos hábitos de consumo.

A comida, objeto de desejo, necessidade e obsessão, ao se tornar uma mercadoria, coloca-se em permanente contradição aos

SUMÁRIO

conceitos já citados de segurança alimentar e nutricional, e de alimentação adequada e saudável.

A história da alimentação caminha em paralelo com a história da humanidade e durante este percurso o alimento assume diferentes papéis. Ao longo do desenvolvimento humano, nossa forma de nos alimentar se transformou conforme as condições, possibilidades, conexões, tecnologias, entre outros fatores que se impuseram.

Neste caminhar o alimento se transmudou, entre outras coisas, em mecanismo de dominação cultural, política e individual. O que durante um tempo se manifestou, por exemplo, em expedições ultramarinas para dominação de territórios, matérias-primas e culturas, atualmente se manifesta num contexto em que o controle chega aos níveis mais íntimos do sujeito, de modo que o mesmo se autorregula, seguindo, até mesmo inconscientemente, a cartilha de necessidades produzida pela sociedade capitalista neoliberal.

As necessidades são (re)inventadas no decorrer da história global e o que se vive hoje é uma alimentação globalizada homogeneizante, redutora das diversidades e conveniente ao mercado. É, ou deveria ser, intrigante.

Durante este percurso histórico, o ser humano é cada vez mais alienado do organismo natural do qual faz parte e o alimento se torna uma propriedade privada, em que o preço passa a ser o principal fator decisivo sobre quem terá acesso. Ou seja, o alimento torna-se mercadoria, um objeto de satisfação de necessidades forjadas na mentalidade do sujeito neoliberal. Nós, enquanto indivíduos, não mais produzimos o que comemos e o alimento passa a ser uma grande abstração que misteriosamente aparece nas prateleiras dos mercados, mas quem é que pode pagar o preço? O preço único global para alimentos e outros produtos indispensáveis para a sua produção só beneficia aqueles que são os "donos do jogo" e os chamados países de segundo e terceiro mundo, como é o caso do Brasil, sofrem as consequências.

SUMÁRIO

No modo de produção capitalista existe, portanto, um fundamento em que os alimentos, enquanto produto, servem à lógica do valor de troca e não à satisfação das necessidades das pessoas. Inclusive, a construção das "preferências" e necessidades alimentares não é tão pessoal quanto se possa imaginar, pois é igualmente resultado de um percurso histórico em que sabores e saberes são intercambiados no decorrer de interações e disputas pela hegemonia cultural, política e econômica em proporção global. E, no que se refere aos alimentos no contexto neoliberal, em que os mercados agroalimentares são ligados internacionalmente, essa hegemonia se expressa por meio dos países imperialistas que assumem o protagonismo.

Com base nesses princípios, os territórios e os recursos que nos são disponíveis não são utilizados para potencializar a vida, mas em benefício de poucos, que produzem e acumulam riquezas. Por vezes, esses territórios são as comunidades, o espaço/tempo em que vivemos e, por fim, os nossos corpos, que no contexto do capital são interpretados enquanto máquina (re)produtiva e neste quadro a lógica da abundância (disponibilidade de alimentos) é substituída pela lógica da eficiência (alimentação correta).

Entre outros discursos, a ciência da nutrição, que insere os alimentos em uma chave quantitativa e científica, no quadro do capitalismo neoliberal, por vezes favorece o discurso de que a má nutrição e a fome são fruto de más escolhas individuais e não da pobreza e da desigualdade geradas pelo sistema. Assim sendo, o foco das autoridades responsáveis pela garantia da reprodução da vida e da alimentação adequada e saudável, deixa de ser a produção e distribuição dos alimentos e passa a ser o seu consumo, transformando uma questão coletiva e social em um problema de escolha individual e moral.

Nestas circunstâncias é que os indivíduos se perdem na obsessão de atingir o inatingível. Há os que contam calorias, os que não tem tempo para comer, os que pagam alguém para cozinhar,

os que comem restos do lixo, os que não comem glúten, os que só comem orgânicos, os que não comem nada... A fome é um princípio de organização social, é uma possibilidade aceita e reconhecida e as políticas de combate à fome visam lidar, mas não acabar com ela, pois isso implicaria acabar com outros mecanismos que favorecem a expansão, o "desenvolvimento" e o acúmulo de capital.

Muitos já não consomem aquele bolo quentinho que traz a lembrança de alguém querido ou qualquer outra coisa de que simplesmente sinta vontade, há uma cartilha a ser seguida e, para muitos, o prato do dia são as calorias e a sobremesa os macronutrientes. No contexto neoliberal, tudo deve ser subjetivamente controlado e o fiscal de nós somos nós mesmos. Nesse cenário, há espaço para o desejo? E as necessidades, são autênticas? São nossas? Ou seriam elas produzidas para satisfazer não a nós, mas a expectativas alheias, ao mercado global e grandes empresas?

A comida, em alguns contextos, foi subtraída a categorias que a descaracterizam do seu sentido original de alimento, do corpo e da subjetividade do sujeito, sob uma lógica de produção de resultados. Inclusive, já bateu a sua meta hoje?

Se tudo sair do controle, se eu não conseguir consumir minhas frutas e verduras, não puder comprar aquele queijo cottage pro café da manhã e não beber café sem açúcar, não foi porque eu nunca tive a oportunidade de aprender como preparar legumes de uma maneira saborosa, porque estava muitíssimo ocupado me formando enquanto mão de obra barata, nem porque o salário mínimo que eu recebo não é o suficiente pra pagar as contas do mês ou porque o café que fica pro brasileiro é aquele queimado. Isso são só detalhes que quem quer ser saudável de verdade vai conseguir driblar. Agrotóxicos? Não sei nada sobre isso, meus inimigos de verdade são os carboidratos e o glúten. Já pensou... Comer um pão?! Sim, eu sei que acho gostoso, mas não quero ficar inflamada.

SUMÁRIO

A culpa é minha e eu engordei, sim, tal como você reparou, tenho comido culpa demais, mesmo que ela não esteja na dieta, porque tudo que é proibido, é mais gostoso. Vamos matar a culpa e salvar o desejo!

É necessário botar o dedo na ferida das contradições. Fazer as (in)devidas perguntas, procurar as respostas em lugares e práticas fora do comum, driblar a individualização e nos reconectar com nós mesmos e com o ambiente em que habitamos. Fugir das lógicas uniformizantes.

> O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (Krenak, 2019, p. 16).

COMER...? E SE?

E se o nosso corpo funcionasse diferente, como seria? E se não comêssemos, de que forma a nossa sociedade se organizaria? A nossa carne, a nossa matéria, a nossa vida?

Um corpo utópico em meio às heterotopias? Uma maneira a menos de nos capturar?

E se, mesmo nos alimentando, pudéssemos comer de tudo? Um pouco disso, outro tanto daquilo... e assim, variar.

Nutrir os nossos corpos, experimentar. Energizar a nossa vida, poder saborear.

SUMÁRIO

Parece distante, e para tantas pessoas realmente é. Em tempos de neoliberalismo, quantos sequer têm o que comer.

Comer ultraprocessados, que violência. Dormir com fome, tamanha perversidade.

E se pudesse ser diferente? Será que daria certo?

Sabemos que já temos condições para produzir comida suficiente a todas as pessoas do mundo. A fome e desnutrição são condições políticas, racistas, desiguais.

Um sonho de mundo diferente nos anima. Quem sabe... e se...

E se tivéssemos políticas públicas sérias, comprometidas com a comida de qualidade como direito de todos E se tivéssemos escolas culinárias gratuitas, restaurantes populares em todas as cidades, frutas e verduras sem agrotóxicos acessíveis a todo mundo, como seria? E se vislumbrarmos, ao invés do fim do mundo, o fim do capitalismo, como seria? E se nossas relações afetivas com o alimento que frutifica em nossas culturas fossem levadas a sério? E se, dentro das macropolíticas necessárias ao cuidado coletivo da população também houvesse espaço ao desejo, à vontade, à experimentação? E se, mais do que devorar por necessidade, pudéssemos sentir cada gosto com tamanha vontade que nos preenchesse por inteiro?

São tantos "[...] e se?" a se cultivar. Que possam nos animar e movimentar a seguir a lutar. E se fosse diferente? Quiçá?

COMER ENTRE IMAGENS E SONS

A comida e os modos como nos alimentamos permeiam nossas relações culturais, materializam símbolos, se manifestam em diferentes produções artísticas localizadas em tempos e espaços.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

O cinema é uma ferramenta poderosa para contar histórias que atravessam memórias, que podem ser de dor, alegria e resistência, especialmente no que diz respeito às experiências da juventude, que são principalmente atravessadas por questões corporais. E no cinema, muitas produções exploram as camadas complexas que envolvem a relação com o corpo, desde a infância até a vida adulta. Nessa perspectiva, discutiremos com filmes disponíveis em *streaming* e *YouTube* (para facilitar o acesso caso interesse do leitor), mas também destacamos que essas produções atravessaram minha adolescência.

Produções como *O Mínimo para Viver* (2017) refletem a obsessão pela magreza e os desafios emocionais associados a transtornos alimentares. A obra acompanha Ellen, uma jovem que luta contra a anorexia, mostrando como pressões sociais, traumas e experiências familiares moldam sua relação com o corpo. Por outro lado, *Preciosa* (2009) aborda a vida de Claireece, uma jovem negra que enfrenta uma infância e adolescência marcadas por violências (físicas, verbais e sexuais), pobreza e gordofobia. Enquanto o filme explora questões como abuso e racismo, ele também reflete sobre os desafios de crescer como uma criança gorda em um ambiente que marginaliza corpos fora do padrão.

Já em *Cisne Negro* (2010), o foco recai sobre a compulsão alimentar e suas consequências. A protagonista, Nina, enfrenta uma busca obsessiva pela perfeição no balé, e o filme reflete como pressões externas, como as expectativas em relação ao corpo, podem levar a comportamentos autodestrutivos, incluindo transtornos alimentares e mentais. *A Baleia* (2022) retrata a vida de Charlie, um homem obeso, que enfrenta a compulsão alimentar severa como forma de lidar com traumas profundos e isolamento emocional, explorando a conexão entre dor emocional e a relação com a comida, além de expor como a sociedade marginaliza corpos que não se encaixam nos padrões de beleza.

Esses padrões estéticos opressivos e irreais são profundamente enraizados nas dinâmicas do capitalismo e do neoliberalismo, sistemas que lucram com a insatisfação, e aqui coloca-se a corporal e a busca incessante por corpos perfeitos. A indústria cultural, incluindo o cinema, muitas vezes reforça ideais de beleza que promovem o consumo desenfreado de produtos e serviços voltados para a estética, como dietas, cirurgias plásticas e produtos de beleza "milagrosos".

No neoliberalismo, a responsabilidade pelo corpo ideal é individualizada, desconsiderando os impactos sociais e estruturais dessas imposições. Resistir a esses padrões é, portanto, um ato político e necessário, diante as diversas desigualdades sociais do Brasil, assim sendo, afirma-se que "não há uma solução simples, para problemas complexos", e aqui é inegável que uma das faces deste problema complexo é a produção dos corpos irreais pelo capitalismo e neoliberalismo.

DESAFIOS DE SE ALIMENTAR EM TEMPOS NEOLIBERAIS

No contexto da racionalidade neoliberal, as práticas alimentares contemporâneas são profundamente moldadas pelos determinantes comerciais da saúde, que envolvem estratégias corporativas voltadas à maximização de lucros, frequentemente em detrimento da saúde pública (OPAS, 2020). Sob essa lógica, a desregulamentação dos mercados, a promoção de alimentos ultraprocessados e a responsabilização individual pelo consumo alimentam um sistema que prioriza o lucro em detrimento da equidade e do bem-estar coletivo (Mariath; Martins, 2020). Assim, as escolhas alimentares não são apenas um reflexo da vontade individual, mas sim o resultado de estruturas comerciais e políticas que moldam as opções disponíveis,

exacerbando desigualdades e perpetuando inseguranças alimentares (Pereira *et al.*, 2021).

A necropolítica alimentar emerge nesse cenário como uma manifestação das práticas econômicas e políticas que negligenciam ou deliberadamente sacrificam a saúde e a vida de populações vulneráveis. Esse conceito, inspirado pela teoria de Achille Mbembe, revela como a indústria alimentícia, ao promover alimentos ultraprocessados e prejudiciais, contribui para a criação de ambientes obesogênicos que perpetuam doenças crônicas como obesidade e diabetes (Mariath; Martins, 2020). As populações marginalizadas, frequentemente confinadas a desertos alimentares ou expostas a pântanos alimentares, são as mais impactadas, enfrentando barreiras significativas para acessar alimentos frescos e nutritivos[2] (Pereira *et al.*, 2021). Nesse sentido, as práticas comerciais refletem um modelo de exclusão que associa o acesso à alimentação saudável a um privilégio, não a um direito universal (OPAS, 2020).

A insegurança alimentar, intensificada pela racionalidade neoliberal, é uma consequência direta desse sistema que precariza tanto a produção quanto o consumo de alimentos. A globalização dos mercados alimentares, associada à desregulamentação e à concentração de poder em grandes corporações, reduz a diversidade alimentar e enfraquece economias locais (Pereira *et al.*, 2021). Essa dinâmica afeta especialmente os trabalhadores agrícolas e industriais, que, além de serem explorados em condições precárias, enfrentam dificuldades para adquirir alimentos saudáveis. Ao mesmo tempo, a lógica neoliberal transfere para o indivíduo a responsabilidade por

2 De forma resumida, o conceito de *desertos alimentares* trata sobre locais onde o acesso a alimentos *in natura* ou minimamente processados é escasso ou impossível, obrigando as pessoas se locomoverem para outras regiões a fim de obtenção desses itens, necessários para uma alimentação saudável. Diferentemente do conceito de *pântanos alimentares*, que seria o oposto, isto é, locais em que há grande oferta de alimentos não saudáveis, como os ultraprocessados. Para maiores considerações recomendamos leitura dos textos que compõem os Cadernos do Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (OBHA), publicados em setembro de 2023 e disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Q2HfVUfDYL4l0gYOh1TW4ZVBAuHguYRh/view.

suas escolhas alimentares, ignorando os determinantes estruturais que restringem essas opções (Mariath; Martins, 2020).

Os determinantes comerciais da saúde conectam-se diretamente à necropolítica alimentar ao legitimar práticas que priorizam o consumo de produtos não saudáveis, muitas vezes mascarados como opções convenientes ou "nutritivas" por meio de marketing agressivo (Araujo; Matos; Horta, 2022). As empresas alimentícias financiam pesquisas enviesadas, influenciam regulações e promovem uma cultura de consumo baseada na conveniência e na acessibilidade financeira, que frequentemente resulta em dietas desequilibradas (Mariath; Martins, 2020). A priorização do lucro sobre a saúde pública reforça desigualdades estruturais, perpetuando a exclusão de grupos sociais que não dispõem de recursos para escapar desse ciclo (OPAS, 2020).

Resistir e re-existir nesse contexto implica repensar práticas alimentares e políticas públicas que enfrentem a lógica mercantilizada da alimentação. Isso exige uma abordagem que priorize a equidade no acesso aos alimentos, promova a soberania alimentar e regule as práticas corporativas prejudiciais (Pereira *et al.*, 2021). Ao questionar as narrativas neoliberais que individualizam a responsabilidade pela saúde, é possível construir sistemas alimentares mais justos, inclusivos e sustentáveis, que respeitem a diversidade cultural e atendam às necessidades de todas as populações, sobretudo as mais vulneráveis (Mariath; Martins, 2020).

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve texto percorremos diferentes nuances para pensar nos atravessamentos da comida e do ato coletivo de nos alimentarmos, de nutrirmos o corpo, instâncias permeadas pela cultura, pelo desejo, por símbolos. As dimensões do sistema capitalista e do

neoliberalismo instauram dinâmicas perversas que levam a diferentes epidemias que convivem entre si, como a fome, a desnutrição e a obesidade, assim como as mudanças climáticas, cenárias que colocam em xeque a vida desta sociedade no mundo.

Insegurança alimentar e nutricional e violações ao direito humano à alimentação adequada, saudável e sustentável, perspectivas de um futuro fragmentado entre tragédias climáticas e necropolíticas... Reflexo, como espelho das dimensões que envolvem d*esejo, necessidade e obsessão* da relação comedor-comida, refletida, aqui, entre sabores, imagens, sons e escritas... que vão se compondo e decompondo, num movimento elíptico que salta aos olhos, aos pensamentos, afetando a todos/as/es.

Apostamos que o ato de produzirmos coletivamente este texto é, em si, uma resistência às perversas engrenagens capitalistas neoliberais. Porque no limite, comer é ato político, é ato de amor, é ato de coragem cujas intersecções (gênero, cultura, etnia, histórias) carregam possibilidades infinitas para a potência de ser, estar, criar e modificar o mundo de relações alimentares.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Larissa Cardoso de Miranda; MATOS, Juliana de Paula; HORTA, Paula Martins. Patrocínio por empresas de alimentos e bebidas no futebol: análise da Copa América 2019. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, p. 41, 2022.

BRASIL, Casa Civil. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 11 dez. 2024.

Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares. **Desertos, Pântanos e Oásis Alimentares**: reflexões, experiências e políticas públicas. Revista Bimestral, v. 1 n. 4, set. 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Q2HfVUfDYL4l0gY0h1TW4ZVBAuHguYRh/view. Acesso em: 11 dez. 2024.

CASTRO, Inês Rugani Ribeiro. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 7-9, jan, 2015.

CONSEA. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**: Documento base. 2007. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_III/texto_base_3_conferencia_seguranca_alimentar.pdf. Acesso 11. dez. 2024.

FLISCHLER, Claude (org). La nourriture, pour une anthropologie culturelle de lálimentation. **Communications**, n. 31, 1979.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Schwarcz, 2019.

MARIATH, Aline Brandão; MARTINS, Ana Paula Bortoletto. Atuação da indústria de produtos ultraprocessados como um grupo de interesse. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 107, 2020.

OPAS. **Marco de referência sobre a dimensão comercial dos determinantes sociais da saúde:** articulação com a agenda de enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2020.

PEREIRA, Tatiane Nunes *et al.* Medidas regulatórias de proteção da alimentação adequada e saudável no Brasil: uma análise de 20 anos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, p. 1-20, 2021.

THE LANCET. **A Sindemia Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas:** relatório da Comissão The Lancet. Trad. IDEC. Ago. 2019.

ROSSI, Paolo. **Comer**: necessidade, desejo, obsessão. Trad. Esperança Rocha. São Paulo: Unesp, 2014.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**: II VIGISAN: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/Rede PENSSAN, 2022.

SALES, T. A.; CARVALHO, D. F. Comidas e encontros: conexões entre políticas, histórias, culturas e afetos. **Revista Contraponto**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, 2020.

SUMÁRIO

8

Elsa Franke Roso
Priscila Tadei Nakata Zago

O ENFRENTAMENTO DA TUBERCULOSE NA CONTEMPORANEIDADE:

QUAIS AS POSSIBILIDADES PARA AQUELES QUE NÃO CAMINHAM NA LINHA?

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.8

> Mas um sonho pode ser vislumbrado nessa liberdade: caminhar, como expressão da recusa de uma civilização putrefata, contaminada, alienante, miserável (Gros, 2023, p. 12).

Era uma sexta-feira quente de março de 2021, perto do meio-dia. Queimado do sol, de bermuda e regata, chorando – o que era comum quando estava alcoolizado – Anderson (nome fictício)[1] carregava uma pequena mochila entreaberta nas costas, onde se via o bico transparente de uma garrafa. Mais uma vez, interpelava a equipe de saúde do Hospital do Santo no Jardim (nome fictício) para ser atendido *fora do seu território.*

> *Trabalhador 1 – Anderson, teu atendimento não é aqui. Tu é de Gravataí (município da região metropolitana de Porto Alegre), precisa procurar tua unidade de saúde para retomar o tratamento.*

Poucas semanas antes, tinha passado por breve internação no mesmo hospital com a intenção de reiniciar o tratamento. Apesar de clinicamente estável, a internação – solicitada pelo município de origem – se deu por razões psicossociais[2], justificativa

1 Nesse texto se misturam ficção e realidade. Compartilhamos da ideia de que o real é ficcionalizado o tempo inteiro, porque a criação de narrativas é intrínseco ao ser humano. E essa ficcionalização do real se dá a partir da leitura/escrita de histórias, pois em toda história há uma organização de ideias que dão sentido à vida, que não tem sentido (Casa do Saber, 2019). A história de Jorge visa destacar mais um ponto de vista sobre o enfrentamento da TB na contemporaneidade, destacando a potencialidade de termos diferentes compreensões sobre algo. É justamente o embate com outros pontos de vistas, que possibilitam o combate à polarização de ideias. Cada ponto de vista diferente é um caminho que leva ao encontro do humano, por que defender uma ideia única desumaniza e apaga o potencial de vida (Casa do Saber, 2019). Nesse sentido, os nomes do Hospital e do usuário são fictícios e da mesma forma os nomes dos profissionais de saúde da equipe multidisciplinar foram substituídos por trabalhador 1, trabalhador 2, trabalhador 3 com vista a destacar a atuação coletiva da equipe.

2 O Hospital do Santo no Jardim, onde Jorge internou várias vezes, onde se vinculou para tratamento ambulatorial e onde realizou o tratamento supervisionado, é conhecido por admitir "internações sociais", expressão popularizada na rede de saúde e assistência social para se referir a internações para tratamento de TB motivadas por situações de vulnerabilidade ou risco social vivenciadas pelas pessoas acometidas pela doença, comumente associadas ao uso problemático de álcool e outras drogas, e não necessariamente por razões clínicas. São comuns as solicitações de leito por profissionais da rede com justificativas do tipo: "a casa pegou fogo", "está em situação de rua", "não tem o que comer", entre tantas outras.

recorrente nos pedidos de internação realizados pelos serviços de saúde quando esgotam suas possibilidades de manejo do caso. Mas, apesar de inicialmente motivado, Anderson pedira alta três dias após o ingresso. Naquela manhã de março de sol a pino, retornou ao ambulatório de TB do hospital pensando que pudesse facilmente reinternar. Assim começava uma relação de cuidado que terminaria somente em agosto de 2024.

> *Anderson – Mas eu não moro mais em Gravataí.*
>
> *Trabalhadora 1 – Onde é que tu moras?*
>
> *Anderson – Em lugar nenhum! Eu tô na rua...*
>
> *Trabalhadora 1 – Mas em que lugar na rua? Onde tu ficas? Onde tu dormes?*
>
> *Anderson – Eu não tenho lugar... caminho durante o dia e de noite durmo debaixo de qualquer aba.*
>
> *Trabalhadora 1 – Então tu vais ter que ter um lugar pra poder organizar teu tratamento!*

Sentado na recepção do serviço, com os cotovelos apoiados nos joelhos, parece desconectar-se do diálogo por alguns segundos. O olhar perdido parece alcançar longe... funga e enxuga os olhos. O trabalhador 2 aguarda que ele defina minimamente um rumo para então seguir com as orientações de retomada do tratamento.

> *– Tá bom... Então me dá um chinelo. Olha aqui o meu como é que tá* – apontou para a sola do calçado que, de tão gasta, parecia um pedaço de papelão – *gastei este que tô usando caminhando.*

Anderson tem 29 anos. Alto, pele de um tom marrom que é intensificado pelo excesso de exposição ao sol e cabelos pretos e lisos, possivelmente mestiço de branco, negro e indígena. Ele não sabe. – *Dizem que pareço um baiano* – refere, para não deixar sem resposta. É um homem bonito e com o corpo preservado, apesar dos anos de TB sem tratamento e da ausência dos incisivos centrais,

os quais, segundo ele, perdeu durante uma briga na saída de um baile funk. Lê e escreve pouco. Diferentemente da grande maioria das pessoas que atendemos, Anderson não passou pelo sistema prisional. Relata, com certa ingenuidade, que trabalhou em troca de comida e alojamento por quatro anos em uma olaria, sem cogitar que possivelmente esteve submetido a uma relação de trabalho injusta e degradante. Filho de pais separados, cresceu pensando que o padrasto era o pai biológico. Aos nove anos, recebeu da mãe, Irene, a notícia de que seu pai era outro e, mais do que isso, precisava entregá-lo aos cuidados dessa pessoa estranha. Sozinha, com quatro filhos em idade escolar, Irene não teve outra alternativa a não ser chamar à responsabilidade o pai do filho mais velho, colocando o menino literalmente na porta da sua casa, com uma mala e sem passagem de volta.

> *Fiquei com ele um ano, mas não deu certo. Me devolveu pra Irene com um pouco de dinheiro, que dava pra ajudar nas contas da casa por uns três meses* (Relato de Anderson para a assistente social, outubro/2022).

Há quatro anos uma tragédia empurrou Anderson definitivamente para a rua: a morte da companheira, Rosimari, por TB (é possível que o óbito tenha sido causado pela coinfecção tuberculose-HIV/AIDS sem tratamento, ou com tratamento tardio ou irregular). Anderson e Rosimari se conheceram em uma casa noturna onde ambos eram dançarinos. Apaixonaram-se e imediatamente foram viver juntos numa casa de dois cômodos, em área de ocupação irregular, na periferia do município de Gravataí. O óbito da companheira deixou Anderson desorientado. Em pouco tempo, perdeu a moradia por dívidas e foi viver na rua. A casa da mãe, em Gravataí, que até então servia de referência para eventuais refeições e pedidos de dinheiro, passou a ser lembrada apenas eventualmente para comunicar a família que ainda estava vivo.

– A Rosimari tinha AIDS e eu nunca peguei. Acredita?

Foram dez internações no período de três anos e meio, intercaladas com tratamento ambulatorial e diferentes arranjos para que fosse possível realizar o Tratamento Diretamente Observado (TDO). O TDO é uma estratégia programática para o controle da TB fortemente recomendada pelo Ministério da Saúde (MS) e prevê a construção de um vínculo com a pessoa em tratamento a fim de que um profissional de saúde administre os medicamentos (ingesta supervisionada da medicação preferencialmente todos os dias). Anderson foi então encaminhado ao serviço de TDO ofertado no Hospital do Santo do Jardim, com o cuidado compartilhado com o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPs AD) III[3] do território. Quando reaparecia nos serviços – normalmente emagrecido, queixando-se de fortes dores nos pés e, por vezes, com escabiose – pedia logo para internar sempre tendo essas duas instituições como referência. Permanecia acolhido por alguns dias onde primeiro houvesse disponibilidade de leito. Se o ingresso ocorresse antes no CAPS, as equipes combinavam a manutenção da administração dos medicamentos da TB naquele local. A proximidade geográfica entre os dois pontos de cuidado da rede de apoio de Anderson possibilitava a circulação dos medicamentos de um local a outro em tempo adequado. Ao contrário, se o leito no hospital fosse disponibilizado primeiro, o arranjo para garantir o cuidado integral de Anderson abrangia retaguarda assistencial da equipe do CAPS para manejo em saúde mental e visitas periódicas.

O estreitamento do vínculo terapêutico com as equipes do CAPS AD III e do Hospital do Santo no Jardim para o cuidado da TB fez com que Anderson reduzisse suas caminhadas, permanecendo, portanto, maior parte do tempo na área de abrangência desses serviços. Quanto não estava internado, com frequência, passava as noites no portão de acesso de um ou de outro serviço, uma vez que não tolerava conviver com outras pessoas em albergues.

3 Os CAPS III não ofertam a modalidade de internação, mas sim a de acolhimento noturno. Trata-se de cuidado emergencial e integral em saúde mental para sujeitos em sofrimento psíquico (Silva *et al.*; 2020).

– Eu preciso internar. Não aguento mais, to me matando.

Refere dor nos pés (caminhadas) (Registro médico no prontuário do paciente. sexta internação).

Sentia-se aliviado ao ser acolhido em local protegido, com alimentação disponível, os medicamentos necessários para o tratamento da TB e descanso. Mas logo os dias tornavam-se iguais e intermináveis, suportados graças aos ansiolíticos e à prática incessante de colorir desenhos de personagens da Disney e de super-heróis, que fazia a partir de modelos prontos, impressos por qualquer pessoa de jaleco branco que passasse por ele no pátio. Cada desenho colorido logo era colado nas paredes em torno do seu leito ou enrolado como um pergaminho e dado de presente a alguma trabalhadora do serviço de nutrição, as mais queridas pelos pacientes. Interagia pouco com seus companheiros de jornada de tratamento. Não tolerava ajuntamento, bate-papo, roda de chimarrão. Quase sempre estava com cara de enfado, lutando contra a agonia do confinamento sabendo que, na rua, poderia estar fazendo longas caminhadas, vivendo paixões, mesmo que breves, e intensas bebedeiras. Apesar disso, nunca deixou de ser afável com a equipe de referência.

No grupo de arteterapia, criava vasos de plantas a partir de caixas de leite vazias, decorados como se fossem pequenos carros alegóricos, com cores vibrantes e lantejoulas fixadas, pacientemente, uma ao lado da outra. A profusão de cores e brilhos não deixava vestígio algum de que aquele objeto um dia fora uma caixa de leite. Na costura, Anderson era igualmente paciente e detalhista, dizia que aprendeu a fazer bainhas e pregar botões com sua mãe. Costumava frequentar o espaço fora dos horários estipulados para o trabalho em grupo, pois se desentendia facilmente com os demais quando era perturbado em seus processos criativos. Quando isto acontecia, sem alterar o tom de voz e o temperamento, repreendia:

– Meu, cala a boca e trabalha. Qual é o teu problema?

– Avisa minha mãe que eu estou bem, que eu estou conseguindo ficar aqui.

SUMÁRIO

O empenho em preencher espaços vazios com cores e lantejoulas era insuficiente para evitar o semblante desesperançado, e as respostas lacônicas comunicavam aos seus interlocutores que a tolerância estava se esgotando antes do décimo dia de internação. Justificativas para seguir em tratamento ambulatorial, normalmente, eram as mais honestas possíveis, como proximidade do dia de pagamento do bolsa-família e, principalmente, o desejo de estar na rua. Em uma das internações conheceu Lavínia, mulher trans em tratamento para tuberculose drogaressistente (TBDR)[4] que, assim como Anderson fez diversas vezes o circuito de internação hospitalar para TB – TDO ambulatorial – CAPS AD III até a alta por cura. Flagrados em momento de intimidade por uma técnica de enfermagem plantonista do turno da noite, sentiu-se constrangido e pediu alta. Internados ou não, Anderson e Lavínia apoiavam-se no tratamento, na sobrevivência na rua, no suporte afetivo essencial para enfrentar condições adversas. Porém, nada apaziguava a ânsia por estar na rua.

> *– Tu não entendes o que é isso. Andar até ficar cansado, se encostar numa árvore e olhar quem passa, olhar a cara das pessoas e imaginar por que caminham rápido, porque estão com cara de preocupação* (fala do Anderson para a um trabalhador).

Numa manhã de sexta-feira o vimos encostado na parede da rampa da internação que dá acesso à recepção do hospital e à rua, com uma perna dobrada e apoiada na parede, braços cruzados, sob o olhar atento do vigilante. Estava de banho tomado, calça jeans de cintura baixa, chinelo, e uma jaqueta preta justa, imitando couro, sem camisa por baixo. Usava óculos escuros, comprado por dez reais de um paciente que foi embora no dia anterior.

4 Por Tuberculose drogarresistente (TBDR) entende-se os casos da doença causados por bacilos resistentes a algumas das drogas que compõem o esquema de tratamento para TB sensível, bem como de outras drogas testadas conforme fluxo laboratorial para realização de Teste de Sensibilidade Antimicrobiano (Brasil, 2019).

Trabalhador 2 – Tá bonito, Anderson. Onde tu vais arrumado assim?

– Olha só... não tá dando mais. Hoje entrou o dinheiro. Vou passar no banco, comprar umas roupas e alugar um quarto no Rubem Berta [populoso bairro da periferia de Porto Alegre].

Trabalhador 2 – Não quer esperar o médico para sair com o boletim de alta?

– Não. Tenho que sair agora pra dar tempo de fazer tudo. Amanhã eu venho pra continuar no TDO lá embaixo.

Trabalhador 2 – Espera um pouco... vou te dar a passagem de ônibus.

Não precisa, vou caminhando.

Seus pedidos de alta se davam sempre pela manhã, sob o mesmo argumento de que precisava sair logo para ter tempo de fazer tudo o que precisava. Pedia desculpas por mais uma frustração de tratamento e partia com seus poucos pertences. Retornava ao hospital sempre à tardinha, com calça, boné e tênis novos, geralmente alcoolizado, com cocadas ou barras de chocolate para as trabalhadoras com quem preservava vínculo terapêutico.

– Isso é por eu ter ido embora hoje de manhã.

A presença daquela figura autoconfiante e desinibida, sem camisa, com a pele úmida e o peito depilado, desafiava os vigilantes da portaria do hospital, que o conheciam pelo nome e rapidamente colocavam em alerta todos os demais.

Vigilante – QAP na escuta: Anderson na portaria insistindo para se deslocar ao TDO. Pede para alguém da equipe vir aqui ajudar.

Rapidamente alguém postava no grupo de *WhatsApp* "Equipe TDO" a seguinte mensagem: Anderson *tá* lá na portaria, alcoolizado. Quem é que pode subir para ajudar o manejo?

A orientação seguida pela equipe de vigilância patrimonial era não permitir o acesso às dependências do hospital aos pacientes que tiveram alta recentemente, o que eventualmente dificultava o retorno de egressos da internação para seguir tratamento no TDO. O rígido esquema de segurança da instituição remete ao seu histórico como palco de tentativas cinematográficas de resgate de presos levados até lá sob escolta para atendimento ambulatorial, mas também pela ameaça permanente – por vezes real, muitas vezes imaginária – de entrada de substâncias ilícitas, o que pode colocar em risco a política de abstinência total vigente no regime de internação.

Ao contrário, o TDO realizado no Hospital do Santo no Jardim[5] para o cuidado da TB inclui a redução de danos como estratégia de cuidado necessária à adesão ao tratamento. Busca-se evitar a exposição desnecessária de usuários que chegam ao serviço sob efeito de drogas, mas nem sempre isso funciona.

> *Trabalhadora 3 – Oi, Anderson! Tudo bem? Conseguiu resolver tuas coisas?*
>
> *Anderson – Só vim trazer uns presentes pra vocês...*
>
> *Trabalhadora 3 – Vai para onde agora?*
>
> *Anderson – Vou ali para o CAPS e volto amanhã para tomar meus remédios lá embaixo. Guarda almoço pra mim.*

5 O TDO no qual Jorge realizava o tratamento está localizado dentro do Hospital do Santo no Jardim, mais especificamente na parte dos fundos, onde estão localizadas as salas de alguns núcleos profissionais, como Fisioterapia, Educação Física e Terapia Ocupacional e Serviço Social, além de um amplo espaço onde historicamente ocorrem parte das atividades de recreação. Desde 2021 o local foi adaptado para a estrutura necessária para a implantação de um TDO mais acolhedor e flexível às necessidades de saúde da PSR, menos normativo e prescritivo. A criação do TDO foi idealizada por uma equipe multidisciplinar, que pensou esse serviço como uma estratégia para ampliar chances de adesão ao tratamento ao ofertar incentivos, tais como: espaço para descanso e higiene pessoal, alimentação e suporte para acesso a direitos sociais, além da ingesta supervisionada dos medicamentos para TB e outros agravos como HIV/Aids, diabetes e psicotrópicos. Há espaço para refeições, sofás-cama, sala de convivência e salas de atendimento e atividades coletivas. Os usuários acessam também banheiro com chuveiro, jardim terapêutico e local para lavar e estender roupas.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Anderson estava bem vinculado ao TDO e raramente faltava. Frequentemente passava a noite na entrada da instituição e antes das 08 horas – horário de abertura dos serviços ambulatoriais – já estava abraçado às grades do portão de acesso ao serviço. Se chegasse sóbrio, organizava seu armário (cada usuário vinculado ao TDO tinha acesso a um módulo com chave de um armário de aço para uso pessoal) dobrando e guardando lenta e cuidadosamente roupas e produtos de higiene pessoal, no mesmo ritmo em que pintava super-heróis e confeccionava vasos de plantas com lantejoulas. Vez ou outra demandava uma intervenção coordenada da equipe com algumas medidas de conforto para aliviar os efeitos do consumo excessivo de álcool, como convencimento para o banho, café e descanso, além de manejo verbal, a fim de receber as medicações em melhores condições. Passava um tempo no serviço, mas no fim do dia saía com o passo lento e gingado. Pedia cigarro pra algum desavisado que estivesse na calçada esperando transporte e seguia seu rumo pela avenida movimentada, dando risada.

Anderson é uma pessoa em situação de rua, dentre tantas, com TB. A alta proporção de interrupção de tratamento na PSR (Brasil, 2024) reflete as inúmeras barreiras de acesso aos serviços de saúde. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), essa população aumentou dez vezes em dez anos. A aproximação com a linguagem literária utilizada para mostrar um fragmento da trajetória de vida de Anderson, com ênfase em seu processo de saúde, doença e cuidado relacionado à TB, teve como objetivo colocar lupa sobre uma biografia que, no contexto brasileiro de profunda desigualdade social, normalmente só existe como número em estatísticas de violência. Ao dar forma e visibilidade a esse enredo, buscamos problematizar questões importantes sobre as subjetividades que podem colocar em funcionamento diversas formas de cuidado na contemporaneidade.

Linha reta a caminhar
Sem saber onde vai dar
No breu, sigo só
E o corpo no espaço é pó
Me alimento desse breu
Já nem sinto quem sou eu
Noturno, fugaz?
Já não sei se sou capaz de parar
Bifurcação, entroncamento, contramão
São ruas sem fim, vias de fato aos pés de quem
Desrespeitou sinais e atravessou ileso
Decidiu flutuar que se plantar de peso
Quando a noite cansar e a luz brotar à esmo
Sigo o meu caminhar, nunca amanheço o mesmo[6]

LINHA DE CUIDADO DA TUBERCULOSE. QUAL O CAMINHO PRECONIZADO?

O cuidado no contexto de enfrentamento da TB se dá em consonância com a Linha de Cuidado da Tuberculose estabelecida pelo Ministério da Saúde (MS) para o enfrentamento da doença no Brasil. Embora muitas pessoas pensem tratar-se de uma doença do passado, a TB é a primeira causa de morte por doença

6 Canção *Vias de Fato*, escrita por Douglas Germano, Eduardo Luiz Ferreira e Kiko Dinucci, produzida e interpretada pela banda *Metá Metá*. Fundado em 2008, o grupo é formado por Juçara Marçal (voz), Thiago França (sax) e Kiko Dinucci (guitarra) e, junto com músicos como Romulo Fróes, Rodrigo Campos, Marcelo Cabral entre outros, têm recebido atenção da crítica e do público como vanguarda na cena musical paulistana ao fundirem elementos da canção brasileira com música africana, jazz e rock. A canção integra o álbum de estreia da banda, intitulado *Metá Metá*, de 2011, que conta ainda com a colaboração dos músicos Marcelo Cabral (baixo) e Sergio Machado (bateria) na execução e criação dos arranjos e apresenta outras canções em parceria com compositores como Rodrigo Campos e Siba. Maiores informações podem ser obtidas em: www.metametaoficial.com.br.

infectocontagiosa no mundo, superando os números de óbitos causados pela pandemia de Covid-19 (WHO, 2024).

O Brasil apresenta os casos de TB concentrados nas populações mais vulneráveis ao risco de adoecimento: população em situação de rua (PSR), pessoas privadas de liberdade (PPL), pessoas que vivem com HIV/Aids, indígenas e pessoas vivendo em extrema pobreza (Brasil, 2021b). O risco de morte por TB, portanto, é maior em quem tem fome e não tem onde morar, é maior em quem é homem negro em idade produtiva. Também morre mais quem tem dificuldade de acessar os serviços de saúde (Barreto *et al.*; 2018; WHO, 2021; Mansour *et al.*; 2021). Dentre essas populações, a PSR apresenta o menor percentual de cura, – 33,9% considerando os dados analisados em 2021 (Brasil, 2023) e isso faz de Anderson um forte candidato a um desfecho desfavorável. Considerando que a TB é uma doença de forte determinação social, a morte dessas populações pode ser pensada como um importante marcador de pobreza (Souza; Medeiros, 2017), de racismo institucional[7] (Lages *et al.*; 2017), de vulnerabilidade em saúde (Ayres, 2006) e violação de direitos humanos (Maffacciolli; Oliveira; Brand, 2017).

A Linha de Cuidado da TB prevê ações de controle organizadas a partir de diretrizes da instância federal de forma articulada ao planejamento e execução dos Programas de Controle da TB, a nível estadual e municipal. Tais instâncias atuam em conjunto para que os objetivos e metas previstos nos Planos de Enfrentamento da doença, em consonância com as estratégias preconizadas globalmente sejam atingidos (WHO, 2023). Uma Linha de Cuidado, pode ser definida como uma rede de ações e serviços em diferentes pontos da

7 Racismo institucional pode ser entendido como aspectos da vida do sujeito que acabam por colocá-lo como alvo de um gerenciamento a partir de determinadas relações de poder sob um olhar racial. Tal aspecto na área da saúde se faz presente através das inúmeras situações em que, durante a busca por atendimento nas instituições de cuidado, é possível identificar uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial (López, 2012).

atenção à saúde, que funcionam como instrumentos de gestão e de assistência (Malta; Merhy, 2010). Tomamos, portanto, nesse texto a Linha de Cuidado como um caminho, construído não apenas pelos serviços, mas também, e principalmente pelos profissionais, cujos modos de operar o cuidado podem se refletir como uma rede viva de produção de saúde ou podem agregar dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

No Brasil, a linha de Cuidado da TB inclui diversas atribuições aos três níveis de atenção à saúde em uma rede de assistência hierarquizada e regionalizada operante em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1990): no primeiro nível, estão as unidades de saúde da Atenção Básica, que devem ter estrutura e recursos humanos para realizar o diagnóstico e tratamento dos casos bacilíferos de TB[8]; no nível secundário, onde atuam os Centros de Referências para o Tratamento da TB ou os ambulatórios de Serviços de Atendimento Especializado; e, no nível terciário, os hospitais gerais ou hospitais de longa permanência para o tratamento da TB (BRASIL, 2019). Apesar do caminho a ser seguido já estar bastante organizado (já temos planos de enfrentamento, pactuação de metas, capacitação dos profissionais que atuam no cuidado das pessoas doentes, dentre outros) (Brasil, 2021a) a PSR parece caminhar por um itinerário muito particular, que se a aspectos do seu entorno, às suas próprias compreensões sobre o enfrentamento de uma doença, bem como da dimensão de diversos acontecimentos na sua própria vida. O que nos leva a refletir que, embora a organização dos serviços de saúde seja de fundamental importância, ainda mais considerando contextos de vulnerabilidade, ela não é a garantia de que todos sejam atendidos da melhor forma.

8 Indivíduos bacilíferos são aqueles em que o exame chamado de baciloscopia apresenta resultado positivo, isto é, são estes os transmissores da doença. Por ser as Unidades de Saúde da Atenção Básica, o primeiro nível de atenção com potencial para maior vínculo com o usuário, o MS preconiza a descentralização do tratamento da TB, de forma que o tratamento precoce possa reduzir a transmissão da doença (Brasil, 2019).

SUMÁRIO

Como profissionais que atuam em uma instituição referência no cuidado às pessoas em vulnerabilidade com TB já a um tempo, identificamos que dificuldades inerentes aos efeitos do neoliberalismo conservador na saúde pública (Mattioni; Rocha, 2023) e à desvalorização dos servidores públicos que atuam no enfrentamento da TB (Roso; Oliveira, 2021) têm nos exigido a construção de outras formas de cuidado. Ou seja, é preciso um olhar mais atento aos acontecimentos do cotidiano, ao modo de vida daqueles que sobrevivem "fora", parafraseando Gros (2023), dos que não se moldam às exigências de autorresponsabilização pelo cuidado e adoção de "estilos de vida mais saudáveis". É preciso considerar que ter um serviço organizado para o atendimento integral no enfrentamento da TB[9], de certa forma, tranquiliza mais os gestores e profissionais do que realmente parece dar alguma garantia de que a PSR consiga acessar os cuidados necessários. Isto porque, um cuidado a partir da priorização dos aspectos individuais da promoção da saúde, como autonomia do sujeito para uma consciência do risco da doença de forma desarticulada dos aspectos coletivos e de forma descontextualizada do contexto de vida da pessoa que enfrenta a TB (Zago *et al.*; 2023) não produz saúde. O discurso de que um modelo ideal de saúde possa ser atingido a partir da força de vontade e empenho de um sujeito contemporâneo, provido de capacidades para mensurar os riscos de uma doença (Mattioni *et al.*, 2022a; Merhy *et al.*, 2023) não traz benefícios à PSR.

Nesse sentido, destaca-se que os sujeitos em situação de rua que, hoje, se constituem como pessoas em vulnerabilidade em saúde (Ayres, 2006) e seu adoecimento por TB se relaciona a determinadas situações, que ao longo de suas vidas, contribuem para uma menor capacidade de resposta frente à necessidade de proteger seus interesses, devido a déficits de poder, educação e recursos financeiros

9 O cuidado integral à pessoa com TB contempla várias etapas: identificação dos casos, coleta de exames, diagnóstico e tratamento precoce, construção de estratégias programáticas para o controle da doença, vacinação, avaliação de contatos, fortalecimento da Adesão Terapêutica, medidas de controle de infecção da TB em unidades de saúde (Brasil, 2019).

SUMÁRIO

(Rodrigues; Neri, 2012). O que nos faz pensar que apesar dos pressupostos da promoção da saúde incluírem a ideia de que todas as ações de cuidado sejam capazes de trazer melhoria da saúde de todos de forma igualitária, é preciso considerar que elas são construídas por meio de concepções de saúde e doença que não estão livres de um "jogo de sentidos" entre as diferentes racionalidades nas quais emergem (Mattioni *et al.*; 2022; Merhy *et al.*; 2023).

O fato da PSR não se enquadrar no modelo ideal de sujeito a quem o *modus operandi* de promoção da saúde pode produzir algum benefício não pode nos paralisar, pelo contrário, deve servir como um motor do pensamento para a construção de novas estratégias mais condizentes com o perfil do usuário que segue caminhando em busca de sobrevivência. Mas então, qual seria o melhor caminho para o enfrentamento da TB na PSR? Em relação a isso não temos uma resposta universal, pois acreditar que possa haver uma resposta pronta a essa pergunta é se opor ao que tencionamos nesse texto, – privilegiar as subjetividades que colocam em funcionamento outros pontos de vista possíveis para o cuidado na contemporaneidade, subjacentes às estratégias de promoção da saúde na vertente neoliberal. Por subjetividades (modos de subjetivação) podemos compreender as formas pelas quais discursos enquanto práticas vividas constituem e mediam certas relações da pessoa com os outros e consigo mesma. A constituição do sujeito quando pensada a partir do *modus operandi* na saúde hoje, se dá mediante processos que:

> [...] constituem o indivíduo como alguém juridicamente correto, psicologicamente capaz e saudável, religiosamente fiel seguidor de proibições de caráter meramente prático (como não fumar ou não ingerir álcool), parentalmente obediente em tudo, politicamente um cidadão eleitor, socialmente concorde com padrões de aceitação e rejeição, [que] criam uma identidade legitimada e posta em discurso (Candiotto, 2017, p. 31).

Sendo assim, o que pretendemos responder é como Anderson teve acesso a um cuidado, que pareceu fazer sentido para

SUMÁRIO

ele, e que pode lhe trazer a cura da TB. No entanto, essa é a história de Anderson e de um grupo muito específico de trabalhadores, em um serviço de saúde muito singular no qual seguir caminhando tem sido uma forma de resistência e contraconduta em tempos difíceis. Essa história, portanto, não é uma verdade universal.

RESISTÊNCIA E CONTRACONDUTA EM TEMPOS DIFÍCEIS:
DESVIOS DA ROTA POSSIBILITARAM ENCONTROS COM OUTROS CAMINHANTES

Com a narrativa de Anderson aqui apresentada não temos a intenção de naturalizar um modo de vida impregnado de sofrimento, tampouco afetar o leitor a partir do sentimento de comiseração. Não descartamos, ademais, que o texto provoque reações descontentes com a visibilidade dada a um sujeito em situação de rua que, para muitos, não precisaria sequer estar vivo. O aumento impressionante de pessoas vivendo em situação de rua em um país extremamente desigual como o Brasil é uma das muitas expressões do fracasso absoluto da gestão neoliberal do Estado. Não sem tensionamento, conseguimos manter a seguridade social como política pública inscrita na Constituição Federal, apesar da precarização e do subfinanciamento e dos constantes ataques, oriundos, principalmente das diferentes frações do capital representadas no congresso nacional.

Com esta reflexão, procuramos mostrar que somos – trabalhadores e usuários do SUS – parte de uma paisagem em que, parafraseando Mark Fisher, a catástrofe não é iminente e tampouco já aconteceu, mas está sendo vivida no agora. Contudo, entendemos que este cenário nos provoca a articular estratégias de resistência e contracondutas no cuidado de pessoas com TB. Utilizamos as

noções de resistência e contracondutas nesse texto como balizadores para problematizar questões do cuidado na contemporaneidade da seguinte forma: Quando no TDO do Hospital do Santo no Jardim, um grupo de trabalhadores se reúne para construir uma abordagem de cuidado mais condizente com o contexto de vida do Anderson, estão, de certa forma, tensionando outras possibilidades, para além da modulação de comportamentos do usuário em direção a um modelo ideal de saúde. Nesse sentido, podemos pensar as práticas de resistência como ações que se opõem e inviabilizam práticas que se colocam com o propósito de autorresponsabilizar o sujeito pelo seu estado de saúde e que acabam por tensionar e transformar os próprios mecanismos da governamentalidade neoliberal[10] (Mattioni *et al.*; 2022a; 2022b; 2023). Práticas de resistência não se dão dissociadas das relações de poder que as constituem, pois são essas relações uma forma de contestação da própria condição de existência desse poder. (Castro, 2016). As práticas de contraconduta, por sua vez, seriam aquelas que, mesmo que operadas a partir das práticas inscritas na atual governamentalidade neoliberal e que sigam por um caminho diferente do imposto, podem se mostrar eficazes na produção de saúde. Elas podem ser relacionadas a uma ação, comportamento, racionalidade divergente da produzida a partir dos modos de subjetivação hegemônicos (Castro, 2016).

Entendemos que a abordagem de cuidado proposta pelo TDO do Hospital do Santo no Jardim se constitui como uma prática de resistência por múltiplas razões: se opõe à lógica produtivista que é hegemônica na concepção neoliberal de saúde como mercadoria; pela abordagem de cuidado processual – porque se consolida

10 Governamentalidade pode ser compreendida a partir do referencial foucaultiano (Foucault, 2008) como um jeito muito específico de se exercer o poder – circular, relacional – ou uma forma complexa de poder, que tem por alvo a população de maneira a dirigir a condutas das pessoas a um objetivo fim. Nesse texto, governamentalidade neoliberal emerge como uma forma de se compreender que, apesar da circulação de discursos que se alicerçam em aspectos naturalmente promotores da saúde para todos, eles acabam por colocar em funcionamento aspectos regulatórios da vida que passam a controlar e validar as regras de saber e poder de determinados grupos em direção a um modelo ideal de saúde a ser seguido.

com sucessivas aproximações – a partir do vínculo de confiança construído artesanalmente no convívio cotidiano; pelo cuidado em saúde que é indissociável do acesso aos direitos sociais; no atendimento do Anderson, cujo plano de cuidado incluiu as necessidades por ele verbalizadas. Todas essas ações de cuidado, apesar de confrontar o *modus operandi* de promoção da saúde na vertente neoliberal, não impediram a realização do tratamento supervisionado da TB e também possibilitou o compartilhamento do cuidado com outros setores como: projetos realizados com um grupo de trabalho da área técnica da população de rua; aproximação com profissionais que atuam no Ação Rua, serviço ligado à assistência social de Porto Alegre, que trabalha com a abordagem da população em situação de rua; cuidado compartilhado com o CAPs. Todas essas ações também seguem alimentando o desejo de que outras iniciativas de projetos que visam o desenvolvimento de ações intersetoriais possam ser realizadas.

Tomando esse texto como uma problematização/reflexão destacamos que ser profissional de saúde que atua no enfrentamento da TB na contemporaneidade é se permitir experimentar outros caminhos, entendendo que atuamos com pessoas que formam o alvo preferencial das tecnologias de produção da morte engendradas pelo Estado neoliberal no contexto brasileiro (Miranda, 2021)[11] e que a sobrevivência da PSR por si só, já é uma forma de resistência. Não reivindicamos voluntarismo e sacrifício pessoal de trabalhadores do SUS abnegados, que muitas vezes lutam sozinhos contra a precarização das condições e das relações de trabalho ao custo de sua saúde física e mental, mas defendemos como movimento imediato romper com o imobilismo generalizado do pensamento e da ação imposto pelo realismo capitalista, assentado no

11 "(...) destaco um outro elemento que diz respeito às mortes evitáveis produzidas pelo avanço do ideário neoliberal: tanto aquelas que ocorrem pela redução das políticas sociais e consequentes desmontes nos sistemas públicos de saúde e assistência social quanto as produzidas pelo endurecimento de ações de segurança revelam o caráter máximo de atuação do Estado no neoliberalismo" (Miranda, 2021, p. 56).

ideário de que todo anseio de mudança radical não passa de utopia ingênua (Fisher, 2009).

Apesar de todas as dificuldades seguimos juntos – profissionais e usuários – e entendemos que os caminhos são construídos coletivamente, pois admitimos que novas possibilidades de cuidado possam emergir a partir de uma caminhada ao lado do usuário (e não somente na frente), isto é, não somente apontando a única direção correta, mas facilitando e admitindo que desvios da rota traçada inicialmente possam também levar por caminhos mais promissores. Pretendeu-se, a partir de aspectos da trajetória de vida do Anderson apresentados, uma vida geralmente desumanizada/invisibilizada e reconhecida apenas como um número, tornar visível, o momento em que o mesmo teve acesso a um cuidado a partir de outro ponto de vista.

> Caminhar é pôr-se de lado: à margem dos que trabalham, à margem das estradas de alta velocidade, à margem dos produtores de lucro e de miséria, dos exploradores, dos laboriosos, à margem das pessoas sérias que sempre têm algo melhor a fazer do que acolher a doçura pálida de um sol de inverno ou o frescor de uma brisa de primavera (Gros, 2023, p. 86).

Anderson caminha e segue caminhando. Motivado pelo que? isso dificilmente saberemos, talvez uma mistura de muitas vontades, pois conforme nos apresenta Gros (2023): há quem caminhe como se trabalha como Nietzsche; há quem caminhe para subverter o "fora" e o "dentro"; há quem caminhe para simplesmente alimentar uma fúria de fugir como Rimbaud; se caminha para poder ficar em silêncio; se caminha para se dar conta de algo e ser senhor de sua própria imaginação como Rousseau; Caminha-se para se reinventar como Thoureau; Se caminha em peregrinação de forma a tender a um chamado. Caminha-se simplesmente por caminhar. E pode ser, simplesmente que, a busca pela sobrevivência de alguns sujeitos, apenas lhes convidem a caminhar.

REFERÊNCIAS

AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita *et al.* Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. *In:* CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa *et al.* (org.). **Tratado de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 375–417.

BARRETO, Flávia Melo *et al.* Avaliação das condições socioeconômicas e epidemiológicas dos pacientes com tuberculose no Brasil entre 2012 a 2016. **Jornal Interdisciplinar de Biociências**, Teresina, v. 3, n. 2, p. 35–38, 2018.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil.** [Brasília]: Ministério do Planejamento e Orçamento, 08 dez 2022. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil.** Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis, 2019.

BRASIL. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** Brasília, ano 128, n. 182, p. 18055, 19 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico – Tuberculose (2024)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Brasil Livre da Tuberculose:** Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública: estratégias para 2021-2025. Brasília. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, 2021a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Linha de cuidado da tuberculose:** orientações para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2021b.

CASA DO SABER. **Há diferença entre o real e a ficção?** Patrícia Gontijo. Youtube, 1 out. 2019. Disponível em: https://www.youtube.comhttps://www.youtube.com/watch?v=0dv7Sg3fHhk/. Acesso em: 8 jan. 2025.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault:** um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GERMANO, Douglas; FERREIRA, Eduardo Luis; DINUCCI, Kiko. **Vias de Fato**. São Paulo, YB Music, 2010. 1 vinil. Faixa 6.

GROS, Frédéric. **Caminhar, uma filosofia.** Tradução: Célia Euvaldo. 2. ed. São Paulo: Ubu, 2023.

LAGES, Sônia Regina Corrêa *et al.* O preconceito racial como determinante social da saúde – a invisibilidade da anemia falciforme. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**. Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 109–122, 2017.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação,** Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-34, Mar. 2012.

MAFFACCIOLLI, Rosana; OLIVEIRA, Dora Lúcia Leidens Corrêa de; BRAND, Évelin Maria. Vulnerabilidade e direitos humanos na compreensão de trajetórias de internação por tuberculose. **Saúde e Sociedade,** São Paulo, v. 26, n. 1, p. 286–299, Mar. 2017.

MALTA, Deborah Carvalho; MERHY, Emerson Elias. O percurso da linha do cuidado sob a perspectiva das doenças crônicas não transmissíveis. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação,** Botucatu, v. 14, n. 34, p. 593-605, Set. 2010.

MANSOUR, Greyce Khoury *et al.* Fatores associados à não adesão ao tratamento para tuberculose pulmonar. **Medicina,** Ribeirão Preto, v. 54, n. 2, Out. 2021.

MATTIONI, Fernanda Carlise *et al.* A Atenção Primária em Saúde como cenário de práticas de promoção da saúde: Revisão integrativa. **Revista Contexto & Saúde**, São Geraldo, v. 22, n. 45, 2022a.

MATTIONI, Fernanda Carlise *et al.* Práticas de promoção da saúde como resistência e contraconduta à governamentalidade neoliberal. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 3273–3281, 2022b.

MATTIONI, Fernanda Carlise; ROCHA, Cristianne Maria Famer. Promoção da saúde na atenção primária: efeitos e limitações em tempos de neoliberalismo conservador. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 8, p. 2173–2182, 2023.

MERHY, Emerson Elias *et al.* A promoção da saúde vista genealogicamente como prática discursiva em sua produção de mundos e uma leitura micropolítica dos determinantes sociais da saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação,** Botucatu, v. 27, p. e220231, 2023.

MIRANDA, Gabriel. **Necrocapitalismo:** Ensaio sobre como nos matam. 1. ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

RODRIGUES, Natália Oliveira; NERI, Anita Liberalesso. Vulnerabilidade social, individual e programática em idosos da comunidade: dados do estudo FIBRA, Campinas, SP, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 2129–2139, 2012.

ROSO, Elsa Franke; OLIVEIRA, Paulo Antonio Barros. Participação política nas relações interpessoais em um hospital público. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 3, p. 148–157, 2021.

SILVA, Thuany Cristine Santos da, *et al.* Acolhimento noturno em um Centro de Atenção Psicossocial III. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, v. 73, n. 1, p. 01-07, 2020.

WHO, World Health Organization. **Global tuberculosis report 2021**. Geneva, 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications-detail-redirect/9789240037021. Acesso em: 10 jan. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Tuberculosis report 2023.** Geneva, 2023. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/373828/9789240083851-eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jan. 2025.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Tuberculosis report 2024**. Geneva, 2024. 51 p. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/379339/9789240101531-eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 10 jan. 2025.

ZAGO, Priscila Taddei Nakata *et al.* Adesão ao tratamento da Tuberculose: Estratégias biopolíticas de promoção da saúde na vertente neoliberal. **REME - Revista Mineira de Enfermagem,** Belo Horizonte, v. 27, p. e-1528, 2023.

9

Vinícius Barbosa Cannavô
Adilson Cristiano Habowski
Leonei Braun
Francine Carlete Groth Eichler
Milena Ribeiro Lopes
Jara María Romero Luque
Brice Gaelfie N Gouaka Bouaha

A ORDEM GLOBAL E O REFÚGIO NO SUL GLOBAL:

COLONIALIDADE, GEOPOLÍTICA E A CRÍTICA AFRICANA AO REGIME INTERNACIONAL DE REFUGIADOS

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.9

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão das dinâmicas que envolvem o refúgio em uma perspectiva global exige a análise crítica das estruturas de poder, produção de conhecimento e relações geopolíticas que moldaram os Estados-nação contemporâneos. Historicamente, o Norte Global estabeleceu uma hegemonia epistêmica e política, projetando valores e soluções universais que desconsideram as especificidades locais e reproduzem lógicas de exclusão e subalternização. No cerne dessas estruturas, está a colonialidade do poder, uma lógica que conecta a construção racial, o controle econômico e a marginalização de populações não europeias (Quijano, 2005).

Nesse contexto, a definição e o reconhecimento do "refugiado" carregam as marcas dessa colonialidade, operando como categorias que afirmam a centralidade do Norte Global enquanto ignoram as complexidades e motivações dos deslocamentos forçados no Sul Global. A África, como palco de intensas experiências coloniais, surge como protagonista na crítica a essas estruturas, trazendo contribuições significativas para a ampliação do conceito de refúgio, especialmente por meio da Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) de 1969.

Este texto explora as raízes coloniais das noções de Estado-nação e refúgio, questiona a hegemonia epistêmica eurocêntrica e destaca as contribuições africanas para a revisão das restrições do regime internacional de refugiados. Ao fazê-lo, busca evidenciar como os contextos históricos, políticos e econômicos do Sul Global desafiam e ressignificam as narrativas dominantes sobre deslocamento e proteção.

SUMÁRIO

A ORDEM DO NORTE GLOBAL PARA REFUGIADOS:
COLONIALIDADE, GEOPOLÍTICA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Com o advento do novo padrão de poder mundial, o norte global firmou sua hegemonia no domínio das estruturas de poder, da subjetividade, da cultura e da produção do conhecimento. Essa centralização facilitou a construção de projetos globais que integraram dimensões políticas, religiosas, econômicas, sociais e epistêmicas. Assim, respostas a necessidades locais foram transformadas em valores universais, perpetuando-se no tempo e no espaço (Quijano, 2005; Mignolo, 2020).

Os Estados-nação foram configurados com base em práticas coloniais e dinâmicas violentas, resultando, em grande medida, na homogeneização nacional das populações. Em certos contextos, no entanto, a heterogeneidade foi preservada, desde que contribuísse para reforçar a homogeneidade em outros níveis. Esse processo foi orientado pela lógica da colonialidade do poder, estruturada na ideia de raça ou pureza de sangue como eixo central. O objetivo era consolidar uma nação que servisse como fundamento de sua própria legitimação (Butler; Spivak, 2018; Quijano, 2005). Fanon (2010) observa que os conceitos de cultura nacional e nação foram apropriados pelo processo colonizador como ferramentas para deslegitimar e descaracterizar o passado pré-colonial dos povos colonizados.

Assim, a ideia de nação é construída a partir de conceitos como soberania, territorialidade, pertencimento e identidade, sendo constantemente ressignificada e disputada por diferentes atores sociais. Embora o Estado promova uma visão hegemônica

da nação, suas ações frequentemente fragmentam, excluem e marginalizam (Butler; Spivak, 2018). O nacionalismo, com raízes eurocêntricas, reforça a colonialidade interna nos Estados-nação, ignorando conflitos globais e locais, e consolidando-os como parte de um sistema capitalista, patriarcal, colonial e moderno. A colonialidade do poder configura-se como um modelo moderno que articula construção racial, controle do trabalho, estrutura estatal e produção de conhecimento. Em escala global, reforça a centralidade europeia e euro-americana, subordinando povos não europeus, com uma hierarquia étnico-racial atrelada à divisão internacional do trabalho no sistema capitalista (Grosfoguel, 2008).

A nação não se limita às fronteiras geográficas e materiais, abrangendo principalmente fronteiras imaginárias que se revelam nas interações entre as dimensões subjetivas e materiais da vida social e da organização societal. Assim, o Estado-nação não pode ser tratado como a única unidade para ações políticas, considerando que o sistema/mundo colonial/moderno opera por meio da sobreposição de processos hierárquicos, heterogêneos por natureza, conectando escalas locais e globais (Grosfoguel, 2008). O processo de formação dos Estados-nação na América Latina foi marcado por hierarquias baseadas em interesses raciais, com o capitalismo na região sendo caracterizado por uma dependência histórico-estrutural. Teóricos da dependência acreditavam que o controle estatal poderia assegurar o desenvolvimento e a organização racional, com o ideal de um desenvolvimento nacional autônomo sendo central na agenda ideológica da época (Grosfoguel, 2008).

Ao se analisar o processo de independência dos Estados na América Latina, é possível perceber uma dinâmica que vincula uma comunidade de interesses raciais à construção da dependência dos Estados, resultando, por consequência, na subalternização na divisão do trabalho e na economia global. Esse quadro impede que o processo conduza ao desenvolvimento dos Estados modernos, redirecionando-o, de fato, para uma reconfiguração da colonialidade

SUMÁRIO

do poder, agora sustentada por novas bases institucionais (Quijano, 2005). Um exemplo é a interpretação de Walter Mignolo (2020) sobre Aníbal Quijano, que identifica a América Latina e o Caribe como os locais onde um movimento duplo caracteriza suas histórias: um processo contínuo e necessário de re-originalização, que ocorre simultaneamente à repressão dessas regiões. Esse duplo movimento, conforme Quijano (2005), mostra a marca da diferença colonial e a consequente colonialidade do poder.

Assim, argumenta-se que, sem a decolonização da sociedade, as revoluções de independência que deram origem às nações latino-americanas refletem a reorganização dessas nações e evidenciam a perpetuação da colonialidade. A estrutura de poder na América Latina permaneceu centrada no eixo colonial, com a construção da nação e do Estado-nação sendo idealizadas contra a maioria da população, composta por indígenas, negros e pessoas de ascendência mista (Quijano, 2005).

Embora o colonialismo tenha sido gradualmente superado em diferentes ondas de descolonização, a colonialidade permanece enraizada nas estruturas da globalização. Apesar da visão eurocêntrica associar a formação dos Estados-nação à homogeneização histórica das populações europeias, a colonialidade do poder, baseada na noção de raça, é um elemento central nas questões relacionadas ao nacionalismo e ao Estado-nação (Mignolo, 2020). Nos últimos cinquenta anos, os Estados periféricos, embora formalmente independentes, foram moldados por sua posição subordinada no sistema-mundo capitalista. Essa estrutura, sustentada pela colonialidade e uma divisão internacional do trabalho hierarquizada, levou à criação de ideologias centradas em identidade, desenvolvimento e soberania nacional, produzindo uma ilusão de independência e progresso (Grosfoguel, 2008).

Esses discursos tiveram um papel determinante no imaginário social, moldando a construção da categoria “refugiado” e

direcionando os fluxos migratórios, o que resultou em diferentes formas de visibilidade, tratamento e reconhecimento. Contudo, é fundamental destacar que, ao caracterizar o "outro" como subdesenvolvido e atrasado, a exploração e a dominação passaram a ser justificadas sob a alegação de uma missão civilizadora (Grosfoguel, 2008). Reducionismos, genocídios e processos de subalternização foram estrategicamente forjados para apagar o protagonismo, as experiências e aos diversos modos de subjetivação de outras populações. As estratégias ideológicas de dominação, alicerçadas na colonialidade do ser, como o nacionalismo, fazem surgir o ser-colonizado, quando o poder e o pensamento se transformam em mecanismos de exclusão (Maldonado-Torres, 2009; Alves, 2023).

O término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), junto com a Revolução Russa e a queda do Império Otomano, deixou cerca de 1,5 milhão de pessoas deslocadas e refugiadas. Para enfrentar essa situação, a Liga das Nações foi criada, assumindo também o papel de buscar soluções para essa crise. Foi nesse contexto que começou a ser estruturado o instituto jurídico do refúgio em nível internacional. No entanto, inicialmente, a Liga não contava com um mandato específico para tratar do tema e respondia aos casos de refúgio de forma reativa, conforme as demandas surgiam.

Em 1921, diante da crise político-social na Rússia e da revolução bolchevique, foi criado o Alto Comissariado para Refugiados Russos, com a função de oferecer assistência jurídica, repatriar e reassentar refugiados, além de implementar medidas de proteção (Bartelega, 2007). No mesmo ano, a Liga das Nações autorizou a formação de um Alto Comissariado para Refugiados, focado em grupos específicos (Ramos, 2011). Em 1933, a Liga das Nações criou o Alto Comissariado para os Refugiados da Alemanha. Com a Segunda Guerra Mundial, a ONU substituiu a Liga e, em 1946, estabeleceu diretrizes para proteger refugiados, incluindo reconhecimento internacional, criação de um órgão específico, estímulo ao retorno voluntário quando possível e proibição de retorno forçado em caso de

SUMÁRIO

risco (Barreto, 2010; Alves, 2023). Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Organização Internacional de Refugiados (OIR) para lidar com os refugiados da Segunda Guerra Mundial. Contudo, disputas ideológicas entre o Bloco do Leste, que defendia a repatriação forçada, e o Ocidente, favorável ao reassentamento, refletiram as tensões da Guerra Fria. Apesar de seus objetivos humanitários, a OIR foi marcada por forte influência política, culminando em sua dissolução (Andrade, 2005; Alves, 2023).

A oposição soviética levou a OIR a optar pela seletividade em vez da universalidade, adotando uma abordagem majoritariamente ocidental para garantir maior eficiência em suas ações. Devido à defesa da repatriação forçada pelo Bloco do Leste, os EUA retiraram apoio à OIR, resultando em sua substituição pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (Andrade, 2005). Nesse contexto, é relevante destacar que a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 reforçou a proteção internacional aos refugiados, garantindo no artigo XIV o direito de buscar asilo. Esse princípio foi aprofundado em 1951 com a substituição da OIR pelo ACNUR, instituído em 1950 (Ramos, 2011).

Conforme o parágrafo 1º do Capítulo I de seu Estatuto, o ACNUR é responsável por garantir a proteção internacional, sob a autoridade das Nações Unidas, aos refugiados que atendam aos critérios estabelecidos pelo Estatuto. Sua missão também inclui a busca por soluções permanentes para o problema dos refugiados, oferecendo assistência aos governos e, com sua autorização, a organizações privadas, a fim de facilitar tanto a repatriação voluntária quanto a integração dos refugiados em novas comunidades nacionais.

O parágrafo 2º do Capítulo I do Estatuto do ACNUR ressalta que suas atividades devem ser estritamente apolíticas, com um enfoque humanitário e social, voltadas prioritariamente para grupos e categorias de refugiados. Nesse contexto, a Convenção de Genebra sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, que representa o primeiro

tratado internacional abrangente sobre a condição de refúgio, seus direitos e deveres, reafirma o papel do ACNUR em promover a aplicação de convenções internacionais voltadas à proteção dos refugiados. A Convenção também reconhece que a solução desse problema exige a cooperação entre os Estados e o Alto Comissariado. Ademais, enfatiza-se o apelo para que os Estados, entendendo o caráter humanitário e social da questão, tomem todas as medidas possíveis para evitar que ela se transforme em fonte de tensões entre nações.

A Convenção de Genebra de 1951, marco na proteção dos refugiados, reflete o compromisso da Organização das Nações Unidas em garantir a esses indivíduos o exercício dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Em seu artigo 1º, A, § 2º, define-se como refugiado qualquer pessoa que, devido a eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, tenha fundado temor de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opiniões políticas, encontrando-se fora de seu país de origem e sendo incapaz ou, por medo, relutante em buscar a proteção desse país. A definição também se aplica a apátridas que, em razão desses eventos, estejam fora de seu local de residência habitual e não possam ou não desejem retornar devido ao mesmo temor.

O artigo 33 da Convenção de 1951 também estabelece o princípio da *não-repulsão*, que impede os Estados Contratantes de expulsar ou devolver refugiados para territórios onde corram risco de vida ou de liberdade devido à sua raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opiniões políticas. Entretanto, a Convenção apresentou limitações como reserva geográfica e reserva temporal, que restringem sua aplicação a eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951. Os Estados podem optar por aplicar a Convenção exclusivamente à Europa ou a qualquer parte do mundo. Fundamentado nisso, no momento da assinatura, ratificação ou adesão, cada Estado deve declarar formalmente a extensão territorial e temporal que adotará em sua aplicação.

O Estatuto do ACNUR e a Convenção de Genebra ressaltam a importância de lidar com os efeitos derivados da estrutura dos Estados-nação e suas relações. Esses efeitos envolvem a criação de papéis, relações e hierarquias na cooperação internacional, além das persistências da colonialidade, evidenciadas pela noção de "origem", fortemente ligada à perspectiva eurocêntrica das definições (Alves, 2023). De acordo com Chimni (1998), é fundamental compreender que as disposições da Convenção de 1951 foram formuladas no contexto da Guerra Fria, um período que favoreceu a adoção de uma interpretação despolitizada e consolidou o caráter apolítico do mandato do ACNUR. Assim, a linguagem humanitária ganhou autonomia e se expandiu para outras regiões, incluindo os refugiados do que viria a ser chamado de Terceiro Mundo. Essa estratégia visava, de forma sistemática, evitar a linguagem política, utilizando a alegada neutralidade do humanitarismo como resposta às críticas soviéticas à legislação sobre refugiados e ao próprio ACNUR (Alves, 2023).

Ainda de acordo com Chimni (1998), o discurso que desvincula a política do aspecto humanitário reflete o legado da abordagem positivista que prevaleceu no direito internacional dos refugiados nas décadas passadas, destacando a separação entre as esferas jurídica e política. Essa tradição positivista, que distingue o direito da política, foi adotada pelo ACNUR, a entidade responsável pela promoção e difusão do direito internacional dos refugiados.

Os paradigmas eurocêntricos hegemônicos, que moldam a filosofia e as ciências ocidentais há quinhentos anos dentro do sistema colonial/moderno, adotam uma perspectiva universalista, neutra e objetiva. Nesse contexto, até a aparente neutralidade do humanitarismo pode mascarar disputas e, em certos casos, revelar uma cartografia colonial implícita que conecta conceitos como espaço e raça, com diferentes intensidades dependendo do contexto (Maldonado-Torres, 2009; Alves, 2023). No caso da Convenção de Genebra de 1951, a delimitação geográfica voltada para os europeus

SUMÁRIO

parece estar ligada a projetos históricos, econômicos e políticos, evidenciando um lócus de enunciação específico – o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que se manifesta (Alves, 2023).

Reis e Moreira (2010) argumentam que é impossível separar as dimensões humanitária e política do refúgio, mesmo quando se tenta ocultar a política. A dimensão humanitária diz respeito às pessoas cujas vidas ou direitos estão ameaçados, exigindo proteção imediata, com decisões influenciadas por interesses de Estados e instituições. Não se trata de reduzir o direito ao político ou social, mas de promover uma interpretação jurídica alinhada a uma política inclusiva (Chimni, 1998). No entanto, as divisões disciplinares do positivismo dificultam essa abordagem, enfraquecendo-a diante do poder.

Não existem soluções humanitárias dissociadas da política para lidar com os deslocamentos humanos, pois esses são fenômenos intrinsecamente políticos. O humanitarismo é um processo politizado que tenta equilibrar as necessidades dos deslocados com os interesses estratégicos dos Estados. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção de 1951 reconhecem o direito de asilo, mas não obrigam os Estados a concedê-lo, tornando essa decisão uma expressão da soberania estatal, ligada ao controle territorial e fronteiriço, sendo uma escolha política influenciada por interesses diversos. A limitação da ONU decorre da sua dependência da cooperação entre nações, cujos interesses muitas vezes divergem. Sua capacidade de agir de forma independente é condicionada pelos acordos entre os Estados, que influenciam as relações de poder, motivações e concepções político-ideológicas. Isso destaca a importância do papel dos Estados na definição da categoria "refugiado".

O Estado exerce controle sobre indivíduos em seu território, admitindo, rejeitando ou expulsando conforme seus interesses, o que reflete sua intenção de monitorar e intervir. Embora ofereça proteção, também pode ameaçar, utilizando critérios de cidadania e

SUMÁRIO

violência seletiva para manipular e imobilizar a população, levando à sua expropriação. A dinâmica do refúgio reflete a tensão entre o poder conferido aos refugiados e a negação de seus direitos jurídicos. Os enquadramentos funcionam como mecanismos de exclusão, delimitando quem tem acesso à cidadania. Assim, ser rotulado como "refugiado" submete o indivíduo a uma posição de busca por reconhecimento e privação de direitos de cidadania (Butler; Spivak, 2018; Butler, 2015).

O ato do Estado em reconhecer o status de refugiado evidencia um exercício de poder e coerção que perpetua a condição de destituição e a situação dos sem-estado. Mesmo aqueles que se encontram nessa posição permanecem sob a influência do poder estatal, uma vez que essa condição é moldada por uma dinâmica de poder que tenta impor uma união forçada entre nação e estado, como uma entidade coerente (Butler, 2015). Categorias como cidadão, refugiado e sem-estado são moldadas por contextos específicos de poder, identidade e conhecimento (Maldonado-Torres, 2018). Elas envolvem esquemas epistemológicos e ontológicos que funcionam como mecanismos de poder, atuando tanto na afirmação quanto na negação da condição de refugiado (Butler, 2015; Butler; Spivak, 2018).

Não se trata, de modo algum, de rejeitar a definição de refúgio no sistema internacional, mas revelar as continuidades históricas e políticas que perpetuam as contradições da modernidade/colonialidade. Ao examinar o contexto do Estatuto do ACNUR e da Convenção de Genebra, tornam-se evidentes tanto os interesses políticos dos Estados quanto às marcas persistentes da diferença colonial.

Reis e Moreira (2010) destacam que a Convenção de 1951 foi influenciada por debates entre a perspectiva eurocêntrica, que restringia o status de refugiado aos europeus, e a visão universalista, que defendia sua ampliação para pessoas de qualquer origem. O consenso final foi determinado pela adesão de cada Estado ao

SUMÁRIO

tratado. Jubilut (2007) destaca que a limitação geográfica do reconhecimento de refugiados é resultado da pressão de Estados europeus, que procuravam redistribuir refugiados em seus territórios e restringiam a inclusão, especialmente de refugiados de países em desenvolvimento. Além disso, aponta que o status de refugiado é reconhecido apenas em casos de perseguição por violação de direitos civis e políticos, excluindo direitos econômicos, sociais e culturais, frequentemente violados em países em desenvolvimento, evidenciando o viés eurocêntrico dessa legislação (Alves, 2023).

A soberania do Estado no contexto do refúgio e a hegemonia europeia reforçam as relações históricas e políticas entre os países, refletindo os interesses dos Estados no capitalismo. Essa dinâmica de exterioridade não se refere a um "exterior" literal, mas a um espaço de tensões criado quando o capitalismo, como sistema dominante, exclui o que não está sob sua influência. Esse espaço, marcado pela diferença colonial, é mantido oculto e serve como território para a expansão violenta do capitalismo, tanto de maneira física quanto epistêmica (Mignolo, 2020).

Assim, o termo "colonial" na categoria sistema-mundo moderno/colonial desafia a narrativa linear, oferecendo uma visão espacial dos locais de enunciação. Ele destaca a produção crítica vinda da exterioridade, ou seja, dos espaços e tempos que a modernidade marginalizou para justificar sua lógica de colonialidade. Esse conceito enfatiza que as áreas subdesenvolvidas ou marginalizadas só são reconhecidas a partir da perspectiva do 'centro' (Mignolo, 2020). Dessa forma, a hegemonia epistêmica eurocêntrica na definição do reconhecimento da pessoa refugiada negligencia as implicações da expansão capitalista como fator gerador dos deslocamentos forçados, excluindo indivíduos e contextos de outras regiões que, sob uma perspectiva mais abrangente, poderiam ser incluídos na definição jurídica de refúgio (Alves, 2023).

SUMÁRIO

A CRÍTICA AFRICANA ÀS RESTRIÇÕES DO REGIME INTERNACIONAL DE REFUGIADOS

Após a II Guerra Mundial, pressões internacionais, apoiadas pela ONU, impulsionaram o fim da colonização e a autodeterminação dos povos africanos e asiáticos. O V Congresso Pan-Africano foi um marco, reunindo intelectuais africanos para discutir questões como divisões coloniais, exploração econômica e ocupação de terras. Apesar de limitado a representantes da África Ocidental, excluindo colônias francesas e portuguesas, o evento estimulou importantes movimentos culturais, como a revista *Présence Africaine*, fundada em 1947. A publicação reuniu escritores africanos e europeus, promovendo debates sobre negritude, pan-africanismo e emancipação (Langa, 2020; Alves, 2023).

Em 1953, durante o VI Congresso Pan-Africano, realizado pela primeira vez em solo africano, em Gana, apenas a Libéria e o Egito eram países independentes. O congresso destacou diferentes visões do pan-africanismo, que deram origem aos blocos de Casablanca e Monróvia. O Bloco de Casablanca defendia a eliminação das fronteiras coloniais da Conferência de Berlim, a criação dos Estados Unidos da África, e a unificação político-econômica do continente por meio de uma organização para combater a colonização europeia. O bloco de Monróvia, por sua vez, defendia uma unidade africana que respeitasse as fronteiras coloniais, promovendo a soberania dos Estados independentes, a não intervenção interna e a cooperação com potências coloniais. Por isso, foi acusado pelo bloco de Casablanca de submissão aos interesses neocoloniais europeus e norte-americanos (Langa, 2020; Alves, 2023).

A Conferência de Bandung[1], realizada em 1955, representou um marco na consolidação do conceito de Terceiro Mundo como categoria política, destacando-se como um desdobramento importante do movimento pan-africanista. A conferência surgiu do receio de países africanos e asiáticos em serem excluídos das principais deliberações internacionais, como aconteceu na Conferência de San Francisco de 1945 (Anghie, 2017). Esse temor estava vinculado às prerrogativas das grandes potências, que asseguraram assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC), reforçando a exclusão das nações periféricas na condução de questões globais. Em Bandung, os debates concentraram-se em temas como racismo, pobreza e colonialismo, além da defesa de princípios que priorizavam a não intervenção e a não interferência externa. Essa postura refletia a preocupação dos Estados presentes com diferentes formas de agressão, sejam elas diretas ou indiretas. Yazbek (2010) pontua que Bandung simbolizou a solidariedade entre os países do Terceiro Mundo, reafirmando o direito à soberania nacional e à autodeterminação. A conferência também fortaleceu o espírito de resistência ao imperialismo, contribuindo para acelerar os movimentos de libertação nacional em diversas partes do mundo.

A carta final da Conferência expressava a rejeição a todas as formas de colonialismo e racismo, afirmando que a subjugação, dominação e exploração estrangeiras eram uma violação dos

1 Além de Bandung, é importante destacar a I Conferência de Estados Africanos Independentes de 1958, organizada por iniciativa de Nkrumah, que sublinhou a necessidade de estabelecer um novo status quo diante dos processos de independência em curso, com o objetivo de articular uma política unificada para os países recém-independentes. Também merecem destaque a Conferência de Belgrado de 1961 e a subsequente I Conferência dos Países Não Alinhados, onde os "Não Alinhados" se opuseram ao domínio das grandes potências e defenderam a criação de uma nova ordem política e econômica mundial. Os países não alinhados são aqueles novos Estados que, embora fora da esfera de influência soviética, também não pertenciam ao bloco liderado pelos Estados Unidos, adotando, assim, uma postura "não alinhada" no que se refere aos assuntos internacionais. Esse contexto geopolítico e internacional impulsionou o questionamento das estruturas de dominação existentes e a busca por alternativas aos padrões estabelecidos pelos países do Norte, como ficou evidente na Convenção da OUA (Visentini; Pereira; Ribeiro, 2014).

SUMÁRIO

direitos humanos fundamentais e um entrave à promoção da paz e cooperação global. Também destacava que muitos Estados ainda não haviam sido admitidos nas Nações Unidas e afirmava que uma cooperação efetiva para a adesão à paz mundial deveria ser universal. Por isso, fazia um apelo ao Conselho de Segurança para apoiar a adesão de todos os Estados que atendessem aos critérios estabelecidos pela Carta.

Desta forma, a Conferência destacou-se por condenar todas as formas de colonialismo e as doutrinas internacionais baseadas no uso da força, infiltração ou subversão, reafirmando o compromisso com a resolução pacífica de conflitos internacionais. Além disso, fortaleceu as lutas por independência na África e na Ásia, sendo organizada por um movimento de solidariedade entre países desses continentes que passaram pela colonização europeia (Langa, 2020). Foi também um marco para a formulação de um conceito crítico e de uma agenda política do Terceiro Mundo, que posteriormente influenciaria debates na América Latina.

A Conferência de Bandung retoma as raízes da decolonialidade ao procurar alternativas ao capitalismo e ao comunismo, sem se configurar como uma terceira via conforme os padrões ocidentais. A descolonização emerge como uma tentativa de quebrar as grandes narrativas ocidentais, uma vez que o Terceiro Mundo foi moldado por categorias e instituições do Primeiro Mundo. Dessa forma, a crítica de Bandung representa uma visão de fronteira, centrada no descolamento e na ressignificação subjetiva (Mignolo, 2017; Alves, 2023).

Após a conferência, a Inglaterra reconheceu a independência do Sudão em 1956, seguida por Gana em 1957 e Guiné Conakry em 1958. Esses eventos impulsionaram a descolonização e fortaleceram as lutas anticolonialistas e anti-imperialistas. Wallerstein (2017) enfatiza que 1957 foi um ano marcante para a história política africana, pois Gana se tornou o primeiro país ao sul do Saara a conquistar sua independência. No entanto, o ano de 1960 é frequentemente

SUMÁRIO

referido como "o ano africano", pois, em apenas doze meses, 17 colônias alcançaram a independência. A partir de 1960, várias colônias britânicas e francesas na África, além de dezenas de outros países africanos, declararam suas independências (Langa, 2020).

Em novembro de 1961, a Assembleia Geral da ONU criou o Comitê Especial sobre a Descolonização (CD) pela Resolução 1654 (XVI) com a missão de implementar a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, adotada em 1960. Essa Declaração demandava ações para eliminar o colonialismo e garantir o direito à autodeterminação de todos os povos. O Comitê inicialmente tinha 17 países e aumentou para 24 membros até o final de 1962 (Alves, 2023).

Em maio de 1963, representantes de países africanos independentes e territórios colonizados se reuniram na Etiópia na Conferência da Cúpula dos Estados Africanos Independentes, com o objetivo de intensificar a luta pela liberdade e reafirmar o compromisso com a descolonização. Foi proclamado o dia 25 de maio como o Dia da Libertação da África, e a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) foi formalizada. A OUA tinha como metas erradicar a colonização, promover a solidariedade entre os povos africanos, garantir a autonomia africana e fortalecer a presença internacional do continente. Nos anos seguintes, a bipolarização entre EUA e URSS afetou diretamente os conflitos de independência dos países africanos. A OUA enfrentou grandes dificuldades para fortalecer os territórios africanos nacional e internacionalmente, o que comprometeu a consolidação da independência política e econômica. Além disso, a organização teve que lidar com desafios como o neocolonialismo, secessões, golpes de Estado, violações de direitos humanos e falta de recursos financeiros (Langa, 2020).

Esses processos refletiam a resistência dos povos colonizados frente à dominação, que não se resumia à ocupação externa e à presença de potências estrangeiras, mas também envolvia a violência,

SUMÁRIO

uma constante ao longo de todo o período colonial. Dessa forma, grande parte dos processos de descolonização foi marcada por episódios violentos, algo que, como adverte Fanon (2010), é inerente a esses fenômenos, uma vez que envolvem dois grupos antagônicos: o colonizado e o colonizador. Assim, não se alteram apenas as estruturas políticas e institucionais, mas também as relações entre os envolvidos. Esse contexto resultou no aumento do número de deslocados no continente. Não foram somente os conflitos que impulsionaram o aumento dos fluxos migratórios, mas também as práticas coloniais de dominação, como a negação de direitos, a violência sistemática, os recrutamentos forçados e as consequências do subdesenvolvimento imposto durante e após a descolonização.

De acordo com Langa (2020), quase todas as nações africanas passaram por crises cíclicas de diversas naturezas, incluindo crises alimentares, energéticas, de abastecimento, socioeconômicas e de caráter político-militar. Esses desafios se traduziram em conflitos de origem militar, étnica e religiosa, muitas vezes provocados pela distribuição desigual das riquezas nacionais. Além disso, disputas territoriais, de fronteiras e de recursos como florestas, minerais e água, que têm suas raízes na colonização europeia, contribuíram para a instabilidade. Também houve golpes de Estado, guerras internas, movimentos separatistas, massacres, genocídios e fragmentação de países. Nesse contexto, parte dos conflitos é atribuída a causas externas, como as tensões ideológicas entre os EUA e a URSS (Alves, 2023).

Durante a década de 1960, muitos dos atuais Estados africanos conquistaram sua independência, enfrentando ao mesmo tempo os desafios provocados pelo aumento dos fluxos migratórios. No final desse período, cerca de 1 milhão de pessoas buscavam assistência e proteção fora de seus países de origem. A chegada de refugiados gerou inicialmente desacertos entre os Estados africanos recém-independentes. Em resposta, foi organizada em 1967, na cidade de Addis Abeba, a Conferência sobre os Aspectos

SUMÁRIO

Jurídicos, Econômicos e Sociais dos Problemas dos Refugiados Africanos. Esse encontro marcou o início das discussões, no âmbito da Organização da Unidade Africana (OUA), sobre a necessidade de um instrumento regional específico para a proteção dessas pessoas. Na ocasião, reconheceu-se que a maioria dessas pessoas vinha de países ainda sob o domínio de regimes coloniais ou minorias brancas. Além disso, muitos refugiados enfrentavam situações comuns aos países em desenvolvimento e recém-independentes, como movimentos separatistas, instabilidade política, rivalidades internas, perseguições governamentais e graves violações de direitos humanos (Nobel, 1982).

Os processos de descolonização jurídica em África e Ásia provocaram um aumento nos deslocamentos forçados, o que gerou a necessidade de um instrumento internacional que não tivesse as limitações temporais e geográficas da Convenção de 1951. Como solução, foi criado o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados em 1967, um documento independente da Convenção, que apresentou uma definição de refugiado mais ampla. A Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 constituem a base do direito internacional dos refugiados, estabelecendo direitos e obrigações para os refugiados e obrigando os Estados signatários a cumprir suas normas, embora não sejam instrumentos que imponham sua adoção pelos Estados (Alves, 2023).

Embora o Protocolo de 1967 tenha eliminado as restrições geográficas e temporais e mantido a prerrogativa soberana dos Estados de adotar o instrumento legal e reconhecer a condição de refugiado, mantendo as mesmas questões discutidas anteriormente, a definição de refugiado não foi expandida para abranger as situações geradas pela expansão capitalista e pelos conflitos das descolonizações na África e na Ásia (Alves, 2023).

O conceito de "ser refugiado" está ligado à interação entre modernidade e nação, refletindo dinâmicas da soberania no contexto

SUMÁRIO

pós-moderno. No entanto, essa visão pode ser ideológica, pois ao abordar os impactos dos impérios coloniais europeus e a descolonização na Ásia e África, ela tende a mascarar a colonialidade e a lógica moderna de condenação. Nesse contexto, anoção de colonialidade na análise do conceito de refugiado destaca as experiências e a espacialidade muitas vezes ignoradas em sua definição, revelando a diferença colonial histórica subjacente. A manutenção da colonialidade do ser, ao definir o refugiado, deve ser vista não apenas como um evento de violência original, mas como um reflexo da história moderna, sustentada por uma lógica colonial (Maldonado-Torres, 2009).

A história da África é marcada por sua inserção forçada na Modernidade europeia, incluindo a exploração de suas matérias-primas, a escravização de sua população e a colonização por potências europeias. Esses processos geraram conflitos e impactos duradouros, afetando o passado, presente e futuro dos africanos. Tais questões não foram abordadas no regime jurídico internacional do refúgio, o que evidencia a necessidade de um instrumento legal específico para as particularidades do continente africano (Langa, 2020; Alves, 2023).

Nesse contexto, em 1969, dentro da Organização da Unidade Africana (OUA), os países africanos adotaram a Convenção da OUA sobre os Aspectos Específicos dos Problemas de Refúgio na África, que expandiu o conceito de refugiado presente na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967. A Convenção reconheceu como refugiados, além dos indivíduos já previstos nesses tratados, aqueles que são forçados a deixar sua residência habitual devido a quatro novas causas: agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou eventos que perturbem a ordem pública, tornando impossível sua permanência. O preâmbulo do tratado explica que a inovação buscava abordar a questão dos refugiados de acordo com os princípios da Carta da OUA e levando em conta as especificidades do continente africano.

Importante reforçar que as distinções entre a Convenção da OUA e o Estatuto dos Refugiados vão além da definição de refugiado. A Convenção africana confere uma dimensão humanitária ao refúgio, ao reconhecer que a sua concessão não representa um ato hostil em relação ao país de origem do solicitante. Ela fundamenta-se no princípio da solidariedade africana e na cooperação entre os Estados, estipulando que os países devem se apoiar mutuamente caso um deles não consiga mais oferecer a proteção concedida pelo refúgio. Além disso, a Convenção da OUA estabelece que o repatriamento deve ser voluntário e reconhece aos refugiados o direito à residência temporária. Em termos gerais, ambos os tratados convergem na proibição do retorno forçado dos refugiados. No entanto, enquanto a Convenção de 1951 permite exceções ao princípio do *non-refoulement*, baseadas em questões de segurança nacional e ordem pública, a Convenção da OUA adota esse princípio de forma absoluta, sem concessão de exceções.

Conforme apontado por Jubilut (2007), a Convenção Africana significa o começo de uma ampliação na definição de refugiados, o que lhe confere relevância no direito internacional dos refugiados. Contudo, reduzir a importância da Convenção da OUA a uma simples expansão do conceito de refugiado, que não é adotado pela ONU com um caráter universal, significa desconsiderar o contexto e as justificativas dessa ampliação, além das razões que tornaram necessária a revisão do conceito estabelecido pelo Estatuto dos Refugiados e pelo Protocolo Adicional de 1967. Nessa perspectiva, Chimni (2009) critica a falha da academia em abordar adequadamente a definição de refugiado, pois, apesar da ampliação proposta pela Convenção da OUA, apenas o ACNUR é reconhecido como a autoridade competente para definir quem é considerado refugiado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonialidade do poder, formada por paradigmas eurocêntricos hegemônicos, é caracterizada por subjugar povos não-europeus, considerando estes como subdesenvolvidos e atrasados. Esta colonialidade adquire novos sentidos negativos ao permanecer, de certa forma, obscurecida dentro das soluções humanitárias voltadas aos deslocamentos humanos. Destaca-se que as soluções humanitárias não podem ser desvinculadas aos fenômenos políticos, pois mesmo com a Declaração dos Direitos Humanos e a Convenção de 1951, que regulamentam o refúgio e a solicitação de asilo, cada Estado tem soberania de escolha quanto à garantia de cidadania e direitos aos refugiados. A própria classificação de refugiado o coloca em uma posição de subordinação aos mecanismos de poder estatais.

No texto faz-se uma reflexão e interligação entre os ideais da colonialidade, os tratados internacionais sobre o refúgio e os deslocamentos forçados que se iniciaram no continente africano. A história da África é marcada pela dominação das potências europeias, resultando na colonização de seu território, exploração de suas matérias-primas e escravização de seu povo. Esta história começou a mudar quando, em 1955, ocorreu a conferência de Bandung, que destacou-se por condenar o colonialismo e as doutrinas internacionais. Esta conferência foi um marco importante, na medida em que formulou uma agenda política de Terceiro Mundo, ressaltando a decolonialidade e contraposições referentes aos ideais capitalistas e comunistas perpetuados pela sociedade. De certa forma, fortaleceu as lutas por independência de países africanos e asiáticos, que se uniram no pensamento libertário contra a colonização europeia. Esses processos de descolonização provocaram um aumento dos deslocamentos forçados nestes continentes, como solução, foi criado o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados em 1967, que amplia a noção de refugiado em relação à Convenção de 1951.

SUMÁRIO

Mesmo com a criação de mecanismos de regulamentação e proteção, o continente africano precisou mobilizar-se para atender às suas particularidades, já que o processo de descolonização gerou conflitos e situações adversas decorrentes da expansão capitalista, o que, por sua vez, intensificou a migração forçada. Nesse contexto, em 1963 foi criada a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), e, em 1969, os países africanos adotaram a Convenção da OUA sobre os Aspectos Específicos dos Problemas de Refúgio na África.

As questões levantadas pela OUA ressaltam que o refugiado do Terceiro Mundo é distinto daquele reconhecido pela Convenção de 1951, que se referia majoritariamente ao refugiado do Norte global. Além disso, a Convenção da OUA evidencia que as causas do refúgio nos países do Terceiro Mundo estão frequentemente associadas ao capitalismo e ao imperialismo. O reconhecimento da dominação estrangeira como motivo de refúgio reflete uma resposta direta ao colonialismo. A Convenção da OUA apela aos Estados da região, em nome da solidariedade africana, para que ofereçam assistência aos refugiados, garantindo-lhes trânsito seguro, reconhecimento do direito à residência temporária e fornecimento de documentos. Tal abordagem reflete a expectativa de que os Estados que já superaram o colonialismo demonstrem solidariedade com as causas que marcaram sua própria história.

Ou seja, os tratados internacionais, embora enfatizem questões humanitárias e uma preocupação universal com os direitos humanos dos refugiados, negligenciaram as particularidades do continente africano. Por isso, a África liderou movimentos de regulamentação e ampliação do conceito de refugiados, incluindo novas causas de migração forçada, como agressão, ocupação externa e dominação estrangeira, expandindo os conceitos já estabelecidos nos acordos internacionais.

Como mencionado anteriormente, o objetivo não é rejeitar as definições de refúgio do sistema internacional, mas evidenciar

as produções críticas oriundas da exterioridade, das regiões subdesenvolvidas e marginalizadas que compõem o "exterior" segundo os princípios da colonialidade. É essencial destacar as continuidades históricas e políticas que sustentam as contradições entre modernidade e colonialidade, expondo a soberania estatal e a hegemonia europeia na definição do refúgio. Essas dinâmicas estão profundamente vinculadas aos interesses capitalistas, às diferenças coloniais e aos ideais emanados do "centro" em direção ao restante do mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Thaynara de Lima. **O regime internacional para refugiados a partir da perspectiva decolonial:** contribuições do Sul Global. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ANDRADE, José H. Fischel de. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Rev. Bras. Polít. Int.** Brasília, v. 48, n. 1, p. 60-96, 2005.

ANGHIE, Anthony. Bandung and the Origins of the Third World Sovereignty. *In:* ESLAVA, Luis; FAKHRI, Michael; NESIAH, Vasuki. Bandung, **Global History, and International Law.** Cambridge: Cambridge University Press, 2017, p. 535-551.

BARRETO, Luiz Paulo Teles F. A Lei Brasileira de Refúgio - Sua história. *In:* BARRETO, Luiz(org.). **Refúgio no Brasil:** a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. 1ª ed. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, p. 10-21, 2010.

BARTELEGA, Camila Franco. **A assistência internacional aos refugiados:** da Liga das Nações ao pós-Guerra Fria. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2007.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. **Quem canta o Estado-Nação?** Língua, política, pertencimento. Tradução de Vanderlei J. Zacchi e Sandra Goulart Almeida. Brasília: UnB, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra:** Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHIMNI, Bhupinder S. The Geopolitics of Refugee Studies: A View from the South**. Journal of Refugee Studies,** v. 11, p. 350-374, 1998.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: UFJF, 2010.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80. p. 115-147, 2008.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Método, 2007.

LANGA, Ercilio Neves Brandão. África: Antecedentes históricos da OUA. **Tensões Mundiais,** Fortaleza, v. 16, n. 31, p. 189-218, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES. Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul.** Portugal: CES, 2009, p. 337-382.

MIGNOLO, Walter. A Geopolítica do Conhecimento e a Diferença Colonial**. Revista Lusófona de Educação,** v. 48, p. 187-224, 2020.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Trad. Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

NOBEL, Peter. Refugees, Law, and Development in Africa. **Michigan Journal of International Law,** v. 3, n. 255, p. 255-287, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque: ONU, 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Estatuto do ACNUR**. Adotado pela Resolução 428 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova Iorque: ONU, 1950.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra: ONU, 1951.

QUIJANO, Aníbal. A Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 169-186.

RAMOS, André de Carvalho. Asilo e refúgio: semelhanças, diferenças e perspectivas. *In:* RAMOS, André de Carvalho; RODRIGUES, Gilberto; ALMEIDA, Guilherme Assis de (Orgs.). **60 anos de ACNUR:** perspectivas de futuro. São Paulo: CLA Cultural, 2011, p. 15-44.

REIS, Rossana Rocha; MOREIRA, Júlia Bertino. Regime internacional para refugiados: mudanças e desafios. **Revista de Sociologia e Política,** v. 18, n. 37, p. 17-30, 2010.

VISENTINI, Paulo Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. **História da África e dos Africanos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como concebemos:** ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

YAZBEK, Mustafa. **A revolução argelina.** São Paulo: UNESP, 2010.

SUMÁRIO

10

Lázaro de Oliveira Evangelista
Carolina de Freitas Corrêa Siqueira
Walter Günther Rodrigues Lippold
Carlos Alberto da Silva Lisboa dos Santos

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E OS APORTES SOCIOCULTURAIS DAS TRADIÇÕES *BANTU*:

CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.10

INTRODUÇÃO

Compreender a participação efetiva das culturas africanas na formação histórica, social e cultural do Brasil é fundamental para a construção de uma sociedade antirracista. As tradições e culturas africanas não apenas contribuíram significativamente para moldar as práticas cotidianas, mas enriqueceram as identidades nacionais com ciência, filosofia e matemática, conhecimentos fundamentais que circularam na diáspora africana, saberes e cosmopercepções[1] que atravessam gerações. A invisibilização, em diversos graus, da história destas contribuições está ligada com os fenômenos do racismo e do eurocentrismo.

O reconhecimento desses aportes culturais ultrapassa uma valorização simbólica; trata-se de um compromisso com a promoção de justiça social e a superação das assimetrias históricas que ainda persistem e atingem de forma pujante os negro-brasileiros que

1 O conceito de cosmopercepção, do qual lançaremos mão neste estudo, parte do entendimento de Nilma Lino Gomes (2012), que defende modo específico de interpretar e interagir com o mundo, fundamentado nas experiências históricas, culturais e epistemológicas das populações negras. Esse conceito encontra suas bases nas cosmovisões africanas, que privilegiam a interconexão entre os seres humanos, a natureza, a espiritualidade e a coletividade, apresentando-se como uma alternativa às perspectivas eurocêntricas predominantes. Neste texto, consideramos a cosmopercepção como um componente necessário na valorização das epistemologias negras, ao mesmo tempo em que atua como ferramenta de resistência frente à negação histórica das contribuições africanas e afro-diaspóricas na formação da sociedade brasileira. No âmbito educacional, o conceito de cosmopercepção adquire relevância especial, pois fundamenta práticas pedagógicas críticas que possibilitam a ressignificação das relações étnico-raciais e a promoção de uma educação antirracista, conforme preconizado pela Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003). Ao enfatizar a centralidade da ancestralidade, a valorização das experiências coletivas e a construção de identidades afirmativas, a cosmopercepção desafia as hierarquias epistemológicas tradicionais, propondo uma ruptura com paradigmas que marginalizam os saberes de matriz africana. Assim, ela contribui para o fortalecimento de uma pedagogia comprometida com a justiça social, a pluralidade cultural e a promoção de relações equitativas no espaço escolar e na sociedade. Nessa trilha, a cosmopercepção assume o papel de um referencial teórico e ético que orienta práticas afirmativas. Essa abordagem, ao ser incorporada práticas educativas, promove o reconhecimento da negritude como um elemento constitutivo e imprescindível à compreensão da história, da cultura e das dinâmicas sociais do Brasil.

SUMÁRIO

carregam consigo o legado de seus ascendentes. Por este motivo, é indispensável aprofundar discussões e investigações sobre os aportes específicos das diversas tradições africanas que compõem o tecido social brasileiro. Tais estudos devem abarcar aspectos das tradições culturais dos mais variados grupos étnicos africanos que vieram para o Brasil, destacando as estratégias de resistência desenvolvidas pelos mesmos ao longo do tempo. O aprofundamento desses estudos possibilita não apenas a valorização desses conhecimentos em espaços acadêmicos e escolares, mas também o fortalecimento de práticas que contribuem para a descolonização do pensamento e para a ampliação do diálogo intercultural.

Tomamos como referência as mediações realizadas pelos Movimentos Negros, bem como pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir da Lei n.º 10.639 de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003), que incluiu, nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9.394/96 (Brasil, 1996) -, a obrigatoriedade do ensino das Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Africanas nos Currículos Oficiais das Redes de Ensino Escolares de todo o país, através do Artigo 26-A, bem como a inclusão do Dia Nacional da Consciência Negra - 20 de novembro - nos calendários escolares, através do Artigo 79-B (Brasil, 2003). Atualmente, o artigo 26-A é regido pela Lei 11.645/2008, que também inseriu a obrigatoriedade do ensino sobre história e cultura indígenas (Brasil, 2008).

Na mesma direção, é indispensável fundamentar-se, também, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, definidas pelo Parecer CNE/CP nº 3/2004 (Brasil, 2004a) e pela Resolução CNE/CP nº 1/2004 (Brasil, 2004b). Esses documentos destacam a centralidade da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) como eixo estruturante dos projetos político-pedagógicos nas instituições de ensino, abrangendo todos os níveis e modalidades educacionais.

SUMÁRIO

> É importante compreender a força e o caráter da Lei n.º 10.639/03. Como se trata de uma alteração da Lei n.º 9394/96, via inserção dos artigos 26 A e 79 B, quando a ela nos referimos, estamos falando da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e não de uma legislação específica voltada para a população negra. Ou seja, o seu teor e suas diversas formas de regulamentação possuem abrangência nacional e devem ser implementados por todas as escolas públicas e privadas brasileiras, assim como pelos conselhos e secretarias de educação e pelas universidades (Gomes, 2011, p. 116).

Apesar dos avanços promovidos pela Lei 10.639/03 (Brasil, 2003), após mais de 20 anos da sua promulgação, bem como pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 1996), persiste a necessidade de aprofundar os estudos sobre as contribuições das culturas africanas no Brasil e em toda a diáspora africana. A realidade descrita por Romão (2005, p. 17), no início do século XXI, ainda vigora:

> A escola como um não lugar para os negros constituiu-se pela invisibilidade, pelo esquecimento. E também pelas políticas de negação do reconhecimento direito às diferenças. A história da educação do negro traz para o nosso convívio determinações históricas de exclusão. Mas, também, traz possibilidades pelas identidades que revela, pelas formas de resistência cultural, pela tradição da história resguardada pelas práticas educativas populares, pelos valores ancestrais perpetuados pela memória dos mais velhos.

Um dos grandes desafios, para a aplicação das Leis 11.645/2008 (Brasil, 2008) e 10.639/2003 (Brasil, 2003) na sala de aula, é o combate ao racismo religioso, que atinge as religiões de matriz africana. Este desafio torna-se cada vez maior quando levamos em conta o crescimento de discursos preconceituosos, por parte de igrejas neopentecostais, que além de intolerantes, possuem um crescente e perigoso poder político e midiático, elegendo bancadas nos espaços do legislativo que demonstram ter como

um de seus principais interesses, entre outros, a imposição do ódio e da aversão às religiões de matriz africana sob a forma de leis. Cresce também o fenômeno do narcopentecostalismo, com traficantes expulsando afroreligiosos dos territórios que comandam. Neste contexto, faz-se necessário, na sociedade brasileira, um profundo debate sobre as relações entre religião e política, educação e laicidade, temas de extrema importância e atualidade para nós professores e professoras.

A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) configura-se como um campo fundamental para a formação de cidadãos e cidadãs comprometidos ativamente com a promoção da igualdade no exercício dos direitos sociais, políticos e econômicos. (Silva, 2007). Esse processo educativo transcende a simples aquisição de conhecimento, mas sobretudo busca assegurar o direito de ser, viver e pensar, valorizando as múltiplas identidades e pertencimentos étnico-raciais e sociais presentes no Brasil. A participação ativa no espaço público e a formação de sujeitos críticos são pilares fundamentais da ERER, no intento de proporcionar a capacitação para o debate e a negociação de questões de interesse coletivo, para garantir que homens e mulheres – dispostos e interessados na construção de uma sociedade mais equânime – possam contribuir significativamente em decisões que impactam a sociedade como um todo.

A ERER prioriza a valorização de diferentes cosmopercepções de mundo, experiências históricas e contribuições culturais, promovendo o respeito e o diálogo como ferramentas indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e plural, buscando, assim, habilitar os sujeitos a coordenar interesses diversos, identificar prioridades coletivas e propor políticas públicas que sejam efetivamente inclusivas, processo que exige o reconhecimento do papel histórico dos diferentes povos na formação da nação e o fortalecimento de práticas que promovam a equidade.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

PERSPECTIVAS COLONIAIS E RACISMOS CONTEMPORÂNEOS

Perspectivas eurocêntricas e eugênicas, passadas e contemporâneas, visavam constituir os territórios negros no continente e na diáspora africana, bem como tornar os seus povos uma "espécie de humanidade de vida inconstante" e que se confundia entre o "devir-humano" e o "devir-animal", não possuía direitos análogos aos sujeitos universais, o que poderia legitimar, então, o direito do Ocidente a cometer todo tipo de abusos contra os "inferiores". O colonialismo foi executado como projeto de dominação econômica e cultural, através do dispositivo de racialização. O branco europeu elevou sua particularidade de raça e classe a uma falsa universalidade, colocando a Europa como única civilização possível. A ideologia eurocêntrica da *mission civilisatrice*, o chamado fardo do homem branco, fortaleceu o domínio colonial, mascarando a violência da conquista como benesse de povos civilizados aos "bárbaros" e "selvagens". O colonialismo também possuía um projeto sistemático de ataque à memória e à história dos povos subjugados:

> [...] Interroguemos o próprio colonizado: quais são seus heróis populares? Seus grandes líderes populares? Seus sábios? Mal pode dar-nos alguns nomes, em completa desordem, e cada vez menos à medida em que descemos de gerações. *O colonizado parece condenado a perder progressivamente a memória* (Memmi, 1977, p. 94, itálico do autor).

Estava contido nos discursos corrosivos das classes ditas eruditas - e até mesmo das classes mais populares europeias - a fictícia concepção de outros mundos e lugares fora do Ocidente como *loci* esvaziados, inacessíveis e arruinados. Logo, a motivação das invasões e processos sistemáticos de escravização de africanos baseavam-se na perspectiva colonial "civilizadora" e "humanitária", gerando consequências de extrema violências (Mbembe, 2018).

SUMÁRIO

As civilizações fora dos territórios ocidentais eram subjugadas por serem consideradas diferentes e inferiores aos lugares que se presumiam desenvolvidos. Os territórios eram percebidos como "exóticos", nunca sob uma perspectiva valorativa, ao menos reconhecidamente, mas sob o prisma da homogeneidade e da subalternidade que eram atribuídas às "identidades" de seus habitantes. O africano e seus descendentes, ao serem denominados como negros, sem que suas identidades e diversidade étnica fossem respeitadas, bem como terem seus territórios visto pelo signo de "não lugar", eram lidos como meros subalternos e invariavelmente lançados a toda a sorte da desgraça colonial.

Fanon (1980; 2020) teceu uma contundente crítica à educação colonialista e ao processo de epidermização, conceito que aparece em *Pele negra máscaras brancas*. A escola hoje, em seus currículos eurocêntricos, mante e fortalece o poder da branquitude de ditar e elevar sua particularidade como pseudouniversalidade, a subalternidade dos corpos negros, a racialização de negros e indígenas e o racismo religioso. Além disso, a epidermização é o processo colonial de introjeção da racialização e do complexo de inferioridade, produzido pelo colonialismo, no sujeito colonizado. Este fenômeno, epiderme+internalização, é despersonalizante, alienante, que desde a tenra infância, ou até antes, no ventre da mãe, ataca a estética, a beleza e a história, essencializando e engessando os corpos racializados, os enquadrando em estereótipos, inclusive no discurso escolar. Há sempre essa tentativa de separar o *homo faber* do *homo sapiens*, como presente na passagem em que o professor de Malcolm X lhe diz que ele não podia ser advogado, mas sim marceneiro, já que Jesus era marceneiro. Como se dá o processo de epidermização na escola brasileira? Como a educação antirracista luta para combater a epidermização? Fanon parece construir possibilidades de rompimento entre um ensino técnico e o que seria a formação humana, na medida em que associa ambos de forma inexorável.

As estratégias de dominação impetradas pelo Ocidente, através da colonização e da escravização, especialmente no contexto brasileiro, desempenharam um papel significativo na fragmentação das populações negras e na sua diversidade étnica. Tais movimentos de dominação promovidas pelas nações ocidentais, por meio dos processos de colonização visavam gerar lucro e riqueza aos seus países, bem como desarticular, social e culturalmente, as nações e populações negro-africanas.

Essas rupturas ainda reverberam na Contemporaneidade, influenciando as narrativas históricas e a memória coletiva dos descendentes de africanos, causando um "complexo perverso, gerador de medos e de tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes". (Mbembe, 2014, p. 25).

Esses sofrimentos e catástrofes atingem as vidas e a memória coletiva dos povos Negros no Brasil, no continente africano e na diáspora africana, contribuindo substantivamente com o racismo "sistêmico e inercial" (Santos, 2022), uma vez que ainda remanesce em diversas narrativas o eco de uma nação miscigenada e que, portanto, a diversidade racial e cultural seriam elementos que evidenciariam uma convivência pacífica entre as pessoas.

MEMÓRIAS DOS POVOS NEGROS

Os estudos das tradições africanas no Brasil tiveram início com as pesquisas de Nina Rodrigues, realizadas há pouco mais de um século, de acordo com Claudia Pellegrini Drucker (2021). Embora fundamentados em perspectivas racistas e preconceituosas, esses estudos inauguraram, ainda que de forma não intencional, um campo de investigação pouco explorado até então: "a africanologia,

entendida como o estudo dos indígenas africanos no Brasil e sua influência" (Drucker, 2021, p. 207).

O principal referencial, para reconhecer as influências africanas nas culturas do Brasil, foi a dimensão religiosa. Nesse sentido, desde as primeiras pesquisas, as tradições e religiões de Matriz Africana/Afro-brasileiras foram tratadas como aspectos essenciais na definição das identidades e características étnicas.

> Nos estudos afro-brasileiros, a crença religiosa se tornou o principal critério para definir as contribuições africanas à cultura brasileira desde então. Os estudos inaugurais afro-americanos no Brasil elegeram a religião como um dos principais critérios para definir a etnia. (Drunker, 2021, p. 207).

No entanto, ao considerar a dimensão religiosa negro-africana na diáspora, especificamente no contexto brasileiro, os pioneiros das pesquisas antropológicas sobre o tema privilegiaram as tradições iorubanas, que foram vistas como modelos de sofisticação e pureza.

> A linhagem de estudos que vem de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Édison Carneiro e outros erigiu uma família de santo de matriz ketu[2] como o modelo de pureza e autenticidade. Privilegiando o modelo nagô[3] nos estudos e pesquisas e tendo-o como referência no processo de articulação política pela legitimação do candomblé, estes intelectuais estabeleceram um modelo dominante a ser seguido pelos demais terreiros. Nesta literatura antropológica, os candomblés congo/angola e de caboclo eram considerados inferiores e descaracterizados (Magalhães, 2018, p. 2018).

2 Grupos étnicos advindos de onde hoje fica a Nigéria e Benin (Gaia; Vitória, 2021).

3 "Os grupos étnicos de fala iorubá que vieram para o Brasil eram geralmente chamados de nagôs" (Da Costa Lima, 1976, p. 73).

SUMÁRIO

Dessa forma, tanto parte da academia quanto parte da sociedade em geral acabaram por assimilar e interpretar - em grande medida - o continente africano e sua diáspora como um bloco homogêneo, desconsiderando a pluralidade de povos, tradições e línguas. Esta visão reducionista manifesta-se, como destaca Prandi (2000, p. 64), dentre outros aspectos, na ideia de "como se tudo que é negro remetesse aos povos nagôs, como se todos os deuses africanos fossem orixás".

RAÍZES E APORTES DOS POVOS *BANTU* NA EDUCAÇÃO E CULTURA BRASILEIRAS

Como é sabido, entre os séculos XVI e XIX, ocorreu um dos maiores processos de genocídio da história: a escravização. Durante esse período, mais de 10 milhões de pessoas foram forçosamente trazidas às Américas. Aproximadamente 50% desse contingente era composto por grupos étnicos pertencentes aos povos *Bantu*, originários da região da África Central. Essa região corresponde, atualmente, a países como Camarões, Gabão, Congo, República Democrática do Congo, Uganda, Quênia, Tanzânia, Moçambique, Malawi, Zâmbia, Angola, Namíbia, Botsuana, Zimbábue, Essuatíni, Lesoto e África do Sul, entre outros (Silva, 2023).

O termo *Bantu* origina-se da combinação do radical "Ntu", presente na maioria das línguas desses povos com variações, mas mantendo o mesmo significado de "pessoa", "indivíduo" ou "gente". O prefixo "Ba", forma o plural do radical, significando o seu coletivo. Portanto, "BaNtu" significa "povos" ou "pessoas" (Castro, 1983; Lopes, 2022; Damasceno; Souza; Faustino, 2024). Em 1862, o filólogo Wilhelm Bleek criou o termo "Bantu", que significa, em tradução

livre, "o povo", não existindo necessariamente como uma unidade, mas sim como tronco linguístico que reúne diversos povos que falam cerca de 700 a 2000 mil línguas (Prandi, 2000; Castro, 1983). Nesse sentido, o termo *Bantu* não pode ser simplificado e reduzido a um único grupo de pessoas específico do continente africano, mas que, "em vez disso, é mais útil pensá-lo como um paradigma conceitual que pode ser chamado de *tradição Bantu*" (Fourshey; Gonzales; Said, 2019, p. 36, grifo das autoras).

Os povos de tradições *Bantu* partilham inúmeras características e importantes ideias, práticas e elementos culturais que – em alguma medida – são identificáveis, do ponto de vista da noção comum de sociedade. Dentre suas raízes históricas comuns, incluem elementos culturais como: práticas linguísticas e políticas, variadas manifestações religiosas e artísticas, que, apesar disso, não são homogêneas. (Fourshey; Gonzales; Said, 2019).

> *Banto* é uma designação apenas linguística. Entretanto a denominação se estendeu, e hoje, sob a designação "bantos", abrange quase todos os povos ou grupos étnicos negro-africano do centro, do sul e do leste do continente identificado por uso de línguas aparentadas e modos de vida determinados por atividades afins (Lopes, 2022, p. 101, grifo do autor).

No contexto brasileiro, as Tradições *Bantu* desempenharam um papel fulcral na construção da cultura nacional. Os aportes dos povos *Bantu* forneceram uma base significativa para a construção das identidades brasileiras, manifestando-se de maneira marcante nos campos religiosos, artísticos, educacionais e, sobretudo, no campo linguístico. Os saberes Afro-*Bantu*-Brasileiros, suas tradições e contribuições constituem elementos fundamentais que permeiam e moldam as identidades brasileiras. A presença e a influência dos povos *Bantu* transcendem aspectos culturais, abrangendo dimensões sociais, linguísticas, religiosas e históricas que configuram a diversidade do país.

SUMÁRIO

Desde o período colonial, suas práticas, conhecimentos e cosmopercepções foram ressignificados e incorporados às dinâmicas sociais brasileiras, promovendo um legado rico e multifacetado. Tais contribuições evidenciam a resistência e a capacidade de preservação de suas tradições, diante da opressão colonial, ao mesmo tempo em que revelam sua importância na construção de um Brasil plural e multicultural.

O legado dos povos *Bantu* pode ser

> [...] identificado em manifestações sagradas e profanas (dicotomia, aliás, pouco reveladora das tradições africanas), como na congada, capoeira, jongo, maracatu etc. Nos ritmos e instrumentos musicais, sobretudo os de percussão, como samba, samba-de-roda, batuque, cuíca, macumba, marimba etc. No plano linguístico, nas contribuições das línguas banto (quicongo, quimbundo, umbundo), tanto na formação lexical do português falado no Brasil como na melodia das frases. Enfim, não se trata de listar produtos da cultura, como elementos fixos de um legado estático, mas identificar estruturas, dinâmicas e aportes a partir dos quais é possível redimensionar a atualidade e a importância dos conhecimentos banto para a formação de culturas nacionais no Brasil e em outras localidades da América (Silva *et al.*, 2023, p. 13).

No campo linguístico, por exemplo, os idiomas umbundo, quicongo, quimbundo e outras línguas dos Povos *Bantu* incorporaram, ao português falado em países africanos, como: Moçambique, Angola e Brasil, termos lexicais, variações morfossintáticas e diversos padrões silábicos nos níveis fonéticos-fonológicos (Petter, 2023):

> A investigação das variedades africanas de português em comparação com o PB (português brasileiro) evidencia um fato: as palavras são do português, mas a fonologia, a semântica e a sintaxe têm a marca africana (Petter, 2023, p. 134, grifo nosso).

SUMÁRIO

A língua desempenha uma função fundamental de dimensões política e social, sendo essencial para a construção e consolidação das identidades culturais e coletivas (Grada Kilomba, 2019). Desde o período colonial até a Contemporaneidade, a sociedade brasileira, tanto os sujeitos negros quanto os não negros, foi influenciada pelos aportes culturais de raízes *Bantu,* particularmente pelas contribuições linguísticas que moldaram práticas e expressões cotidianas. As influências duradouras das raízes culturais *Bantu,* na formação das identidades linguísticas e culturais brasileiras, manifestam-se, de maneira significativa, por meio das Mães Pretas, conforme aponta Fonseca (2024). Essas mulheres de origem *Bantu*, que foram escravizadas, desempenharam um papel central na Educação e na definição do idioma materno no Brasil, imprimindo marcas profundas na construção sociocultural do país.

Nesse contexto, Lélia Gonzalez (1984) destacou as marcas de africanidade presentes na língua "oficial" brasileira, introduzindo o conceito de *Pretuguês*. Essa terminologia buscou evidenciar e traduzir de forma mais precisa as influências das línguas africanas pertencentes ao tronco linguístico *Bantu* na construção do português falado no Brasil.

> É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é *Framengo*. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse *r* no lugar do *l* nada mais é que a *marca linguística de um idioma africano,* no qual o *l* inexiste. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando *pretuguês*. E por falar em *pretuguês***,** é importante ressaltar que o objeto parcial por excelência da cultura brasileira é a bunda (esse termo provém do *quimbundo* que, por sua vez, e juntamente com o *ambundo*, provém do tronco *linguístico bantu* que "casualmente" se chama bunda). E dizem que significante não marca... Marca bobeira quem pensa assim. De repente bunda é língua, é linguagem,

> é sentido, é coisa. De repente é desbundante perceber que o discurso da consciência, o discurso do poder dominante, quer fazer a gente acreditar que a gente é tudo brasileiro, e de ascendência europeia, muito civilizado etc. e tal (Gonzales, 1984, p. 238, grifos nossos).

Em diversos contextos, o ensino e a aprendizagem, a partir das perspectivas da Educação das Relações Étnico-Raciais, frequentemente ocorrem de maneira que homogeneiza as culturas africanas e afro-brasileiras. Esse processo, contudo, carece de uma reflexão aprofundada que permita identificar e especificar as regiões e os povos do continente africano que originaram os saberes ou as tradições culturais abordadas. Dito de outra forma, o ensino e a aprendizagem no campo da Educação das Relações Étnico-Raciais muitas vezes tratam as culturas africanas e afro-brasileiras de forma generalizada. Falta, porém, uma análise mais detalhada que reconheça e destaque as regiões e os povos específicos da África que deram origem aos conhecimentos ou às práticas culturais transmitidos.

Kabengele Munanga (1984) e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2001), entre outros pesquisadores de destaque nos estudos sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, ofereceram importantes direcionamentos, contribuições e ensinamentos em um contexto inicial de consolidação dos debates acerca dessa temática. O encontro de múltiplas etnias e de sujeitos provenientes de distintas civilizações africanas em território brasileiro, bem como de seus descendentes, desempenhou um papel central na configuração dos "modos de ser" que caracterizam as identidades brasileiras (Oliveira, 2010).

> Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia a dia (Silva, 2001, p. 151).

SUMÁRIO

Nesse contexto, é possível identificar que grande parte dos saberes, das culturas, das tecnologias, das expressões artísticas e de outras manifestações socioculturais são compreendidas como africanidades:

> Africanidade não é uma concepção intelectual afastada da realidade. Ela é um conjunto dos traços culturais comuns às centenas de sociedades da África subsaariana. [...] O conteúdo da africanidade é o resultado desse duplo movimento de adaptação e de difusão. [...] Em toda a África Negra, a infância é sempre acompanhada dos ritos de iniciação: a criança tem sempre um contato prolongado com a mãe e tem uma dependência de linhagem muito grande, o que é fundamental. Sua referência identitária não é a nacionalidade, não é a classe social, mas, sim, seu grupo de parentesco (Munanga, 1984, p. 5).

A valorização das tradições culturais dos povos *Bantu* no Brasil se apresenta como um caminho fundamental para o fortalecimento da educação antirracista e para a construção de uma sociedade mais equitativa e plural. Historicamente, os aportes *Bantu* foram determinantes na conformação das identidades culturais brasileiras, especialmente em áreas como a linguagem, a música, a religiosidade e as práticas sociais. Contudo, tais contribuições frequentemente permanecem invisibilizadas ou reduzidas a abordagens superficiais e homogêneas nos espaços educacionais. Nesse contexto, emerge, conforme salientamos, a necessidade de aprofundar o reconhecimento das especificidades dessas tradições como parte central da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER).

A cultura *Bantu*, enquanto matriz significativa da formação histórica e cultural do Brasil, propõe uma cosmopercepção que valoriza a coletividade, a oralidade, a espiritualidade e a interconexão entre os seres e o meio. Essas perspectivas oferecem bases potentes para a tomada de força das lutas antirracistas, que se fazem de extrema relevância nas escolas e nos currículos. Ao incorporar as

visões de mundo *Bantu*, como as práticas de cuidado comunitário e o respeito à ancestralidade, o ambiente educacional pode atuar como um espaço transformador, que ultrapassa a transmissão de conteúdos e promove a formação crítica de cidadãos comprometidos com a justiça social.

Contribuições práticas para a educação brasileira incluem a incorporação de músicas, danças e expressões culturais *Bantu* em atividades escolares, promovendo experiências imersivas que estimulem a compreensão e o respeito à diversidade. Além disso, a criação de materiais pedagógicos que abordem a História e as tradições *Bantu*, de maneira contextualizada contribui para a formação de um currículo mais representativo. Oficinas e projetos interdisciplinares baseados em práticas culturais afro-brasileiras, como o jongo e a capoeira, podem ser utilizados para engajar os estudantes em experiências significativas, promovendo o aprendizado colaborativo e a reflexão crítica.

A inclusão de temáticas relacionadas à cultura *Bantu* também reforça a necessidade de revisão dos materiais didáticos tradicionais, muitas vezes limitados a uma narrativa eurocêntrica. Nesse sentido, é crucial a ampliação das bibliografias escolares, contemplando obras de autoras e autores negras e negros e pesquisas que explorem a participação africana e afro-brasileira para a construção da sociedade brasileira. Essa estratégia não apenas promove uma representação mais justa, mas também fomenta o interesse dos estudantes por temáticas relacionadas à diversidade cultural.

A educação antirracista, baseada nos aportes *Bantu*, também exige a formação continuada de educadores, capacitando-os a lidar com as questões étnico-raciais de forma crítica e contextualizada. A oferta de cursos e oficinas, que abordam as contribuições históricas e culturais africanas, pode ser integrada às iniciativas de formação docente. Além disso, é essencial o fortalecimento do diálogo entre as escolas e as comunidades tradicionais, promovendo parcerias

que enriqueçam as práticas pedagógicas com saberes ancestrais e vivências culturais. Portanto, a valorização das tradições *Bantu* no Brasil ultrapassa a esfera simbólica e assume um papel político e educativo fundamental. Ao promover o reconhecimento dessas raízes, a educação antirracista pode se consolidar como uma ferramenta transformadora, capaz de construir uma sociedade com mais consciência ético-racial, onde a diversidade não apenas é reconhecida, mas também celebrada e legitimada como fundamento das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As influências das culturas africanas na formação histórica, social e cultural do Brasil, revela um panorama de resistência, adaptação e ressignificação das tradições que transcendem as fronteiras do colonialismo. As contribuições desses povos, embora muitas vezes minimizadas ou invisibilizadas nas narrativas dominantes, são fundamentais para o fortalecimento e valorização das identidades brasileiras. Os aportes e os saberes dos povos *Bantu*, tanto nos contextos religiosos quanto nos artísticos, linguísticos, econômicos e sociais, moldaram a sociedade brasileira de maneira profunda, sendo elementos constitutivos da própria essência da cultura nacional.

A legislação brasileira, com a promulgação da Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), foi um marco significativo no reconhecimento das culturas afro-brasileiras e africanas nos currículos escolares e, mesmo diante de desafios e resistências, o campo da ERER continua a desempenhar um papel central na promoção da igualdade e da justiça social, permitindo que as futuras gerações reconheçam e valorizem ainda mais as contribuições dos povos negro-africanos e afro-brasileiros para a formação da nação. Contudo, é imprescindível o contínuo aprofundamento dos estudos e práticas educacionais que tragam à tona as contribuições

SUMÁRIO

de diferentes grupos étnicos africanos, incluindo os aportes dos povos *Bantu*, para que se compreenda a quão rica e diversificada é a herança cultural africana e afro-brasileira.

Essas ações devem estar contidas por - e devem continuar a ser fortalecidas de - formas práticas nos currículos escolares e nos currículos das instituições de ensino superior, no intento de superar estigmas e as representações distorcidas que persistem na sociedade, ao mesmo tempo em que se amplifica o diálogo intercultural e se fortalece a luta contra o racismo e a desigualdade. Afinal,

> Mergulhar nos princípios que norteiam alguns elementos da cultura bantu e fortalecer a defesa de que o percurso pedagógico dos cursos de formação de professores deve ser, necessariamente, nutrido por uma educação antirracista, cuja caminhada passa pela compreensão de que a formação inicial de professores precisa estar associada a leituras críticas do legado afro cultural brasileiro, em contraposição as ciladas educacionais que, ao longo da história, tem contribuído para ampliar as assimetrias raciais entre negros e brancos nos diferentes setores da sociedade. Soma-se a isso a real possibilidade de referenciar as experiências vivenciadas e recriadas pelo povo africano no Brasil por meio da força, da obstinação, da inteligência, das ciências, da dança, das religiões, da culinária etc., que foram forjadas e permanecem alimentando potencialidades em todas as áreas da sociedade (Silva, 2023, p. 384).

Para (não) concluir, é necessário reafirmar que as culturas africanas e as tradições *Bantu* são elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, equânime e democrática. O reconhecimento de sua importância e a valorização de seus saberes são caminhos fundamentais para a promoção de uma verdadeira reparação histórica e para a construção de um Brasil mais plural e respeitoso com suas múltiplas identidades.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: CNE, 2004a.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: CNE, 2004b.

BRASIL. **Lei n.º 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008.

CASTRO**,** Y.P. de. Das línguas africanas ao português brasileiro. **Afro-Ásia,** Salvador. v. 14, 1983.

DA COSTA LIMA, Vivaldo. O conceito de Nação nos candomblés da Bahia. **Afro-Asia**, n. 12, 1976.

DAMASCENO, Walmir (Taata Nkisi Katuvanjesi); FAUSTINO, Deivison (Muendexi dya Nzambi); SOUZA, Ellen de Lima (Omilemi); GONÇALVES, Renata Cristina (Org.). **Entre as duas academias**: a encruza de saberes e o Candomblé Kongo-Angola em São Paulo: Dandara, 2024.

DRUCKER, C. P. Fenomenologia e ciências sociais: anotações sobre os estudos africanistas no Brasil. **Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 31, n. 1, p. 206–218, 2021.

FANON, Frantz. Carta a um francês. *In:* FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980, p. 51-55.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

GAIA, R. S. P.; VITÓRIA, A. S. Orixás, Nkises e Voduns: as nomenclaturas e etnias dos sagrados nos candomblés Ketu, Bantu e Jeje. **Revista Calundu**, v. 5, p. 45-63, 2021.

GOMES, Nilma Lino Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, Jan/Abr. 2012.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (RBPAE), v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

LOPES, N. **Bantos, malês e identidade negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MAGALHÃES, Paulo. **Saberes da Kalunga:** pensando o mundo contemporâneo a partir da epistemologia bakongo. Salvador: Edgar Digital, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1, 2018.

MUNANGA, K. O Universo Cultural Africano, *In:* **Revista Fundação João Pinheiro,** v. 14, p. 1-10, 1984.

OLIVEIRA, Julvan Moreira de. **Africanidades e educação**: ancestralidade, identidade e oralidade no pensamento de Kabengele Munanga. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2010.

PETTER, M. M. T. O português afro-banto-brasileiro. *In:* SILVA, Vagner Gonçalves da; NKISI KATUVANJESI, Tata; DAMASCENO, Walmir; OLIVEIRA, Rosenilton Silva de; SILVA NETO, José Pedro da (orgs.). **Através das águas**: os Bantu na formação do Brasil. São Paulo: HUCITEC, 2023, p. 123-137.

PRANDI, R. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade e religião. **Revista USP**, n. 46, p. 52-65, 2000.

ROMÃO, Jeruse. Introdução. *In:* ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 11-17.

SANTOS, H. **O que é racismo sistêmico?** Youtube, 28 nov. 2022. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9OCdjzjVUv0>. Acesso em 10 jan. 2025.

SILVA, M. A. C. Pedagogia Antirracista e a Anunciação da Cultura Bantu: presença ausente nos currículos e nas práticas pedagógicas. *In:* SILVA, Vagner Gonçalves; DAMASCENO, Walmir; OLIVEIRA, Rosenilton; NETO, José Pedro da Silva (Org.). **Através das Águas**: os Bantu na formação do Brasil. São Paulo: Hucitec FEUSP, 2023. p. 384-404.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, v. 30, n. 3, 2008.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras. *In:* MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 2001, p. 151-168.

SILVA, Vagner Gonçalves da *et al.* **Através das águas**: os Bantu na formação do Brasil. São Paulo: USP, 2023.

SUMÁRIO

11

Michelle Brugnera Cruz Cechin
Lucas Barros dos Santos
Lázaro de Oliveira Evangelista

OXUM, MENSTRUAÇÃO E A ÉTICA DO CUIDADO FEMINISTA NA LITERATURA INFANTOJUVENIL

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-327-1.11

SUMÁRIO

Considerado um tema sensível na literatura infantojuvenil, segundo Janice Delaney, Mary Jane Lupton, Emily Toth (1988), a menstruação tem sido cada vez mais abordada em narrativas contemporâneas, que estão trazendo diferentes contextos, problemas e vulnerabilidades que envolvem meninas, mulheres e menstruantes[1]. Com o crescente ativismo menstrual das últimas décadas, cartografados por Chris Bobel, Breanne Fahs (2020) e Núria Calafell Sala (2020) mudanças culturais, políticas e sociais, que envolvem a menstruação, ocorreram e o mercado editorial acompanhou estas mudanças. Tais transformações suscitaram debates sobre dignidade e pobreza menstrual e a ética do cuidado feminista na menstruação.

A obra *O Ouro Vermelho de Dara*, da autora Camila Barbosa Silva (2024), é um exemplo de como estas transformações influenciaram narrativas voltadas para o público infantojuvenil. Editado pela *Maza Edições*, editora voltada para publicações sobre relações étnico-raciais, apresenta uma menina negra, brasileira, baiana, umbandista, e aborda a menarca em um contexto de precariedade e vulnerabilidade, bem comoda ética do cuidado feminista. Narra a história de Dara e sua menarca, que recebe uma visita da Mãe Oxum em sonho na noite em que menstruou. Oxum é uma divindade feminina da Tradição Iorubá[2], segundo Oyèrónkẹ́ Oyěwùmí, (2016). Ela é cultuada em diversas religiões/tradições de matriz africana e afro-brasileiras, como o Candomblé, o Batuque e a Umbanda. Oxum é narrada como a senhora das águas doces, cujos domínios seriam as cachoeiras, nascentes e rios. É considerada a senhora da vida, criação, parto, amamentação e maternagem. É aquela que gerou em si toda a potência da criação do mundo (Oyěwùmí, 2016) e sua representação

1 Compreendemos que nem todas as pessoas que menstruam são mulheres e nem todas as mulheres menstruam (Chris Bobel, 2010). Assim, para abarcarmos o público que menstrua, utilizamos as expressões "menstruantes" e "menstruadoras". Utilizamos os substantivos mulher e menina, bem como adjetivos e artigos femininos, para nos referirmos às personagens dos livros analisados, apresentadas como meninas e mulheres.

2 Os iorubás, iorubas, iorubanos ou nagôs (em iorubá: Yorùbá) constituem um dos maiores grupos étnico-linguísticos da África Ocidental (Oyěwùmí, 2016).

nesta obra é significativa para a educação menstrual. Este é o primeiro livro sobre o tema com uma protagonista negra e traz algumas outras inovações e sensibilidades, dando visibilidade a grupos minoritários e às dificuldades enfrentadas pelas meninas brasileiras.

Abordar um tema sensível como a menstruação em uma narrativa com protagonistas negras, da periferia de Salvador, dando ênfase a divindades das religiões afro-brasileiras é um avanço na literatura infantojuvenil, dada a hegemonia de representações da criança branca, de classe média e masculina presentes na literatura brasileira. Recentemente, obras que tratam de temas sensíveis e que apresentam divindades de religiões de matriz africana, tem sido censuradas, como apresentam João Luís Ceccatini, Eliane Galvão e Thiago Alves Valente (2024) no caso da obra Amoras, de Emicida (2018), evidenciando o racismo religioso presente na cultura brasileira, como mostram Maria Carolina de Godoy e Thiago Alves Valente (2024), o que torna a presença da obra analisada ainda mais ousada e relevante para o debate sobre os modos como são representadas as crianças e jovens negras, a menstruação e as divindades das religiões de matriz africana.

Neste capítulo, exploraremos alguns trechos da obra que trazem importantes reflexões sobre educação e saúde menstrual debatidas na contemporaneidade a partir de um aporte teórico pós-estruturalista, feminista interseccional e da ética do cuidado.

SUMÁRIO

A MENARCA, TABUS E VULNERABILIDADES

A narrativa inicia com a descrição da menina Dara e do local onde mora: a periferia de Salvador, Bahia. Ao trazer uma menina negra, nordestina e que vive na periferia da capital baiana, a autora dá visibilidade a uma minoria pouco retratada na literatura infantojuvenil.

SUMÁRIO

Ao retratar a rua em que Dara vive, cheiros, sons e movimentos são evocados pela narrativa, de modo a valorizar o local em que a protagonista vive, com riqueza de encontros e convívio alegre.

> Dara é uma menina de 10 anos que mora na rua das Pedrinhas, em Salvador, Bahia. Ela vive com sua mãe Sônia, com sua irmã mais velha, Vitória, e com seu padrasto Evaldo. Adora quando sua família se reúne na porta de casa para espiar a movimentação da vizinhança. E, ainda aproveita para fugir um pouquinho do calor de dentro de casa.
>
> Dara sempre fala que sua rua cheira a dendê e tem ritmo de atabaque. Até o som do arrastar do chinelo da menina tem gingado. Deve ser porque cresceu ao lado de um centro de Umbanda e de uma Academia de capoeira.
>
> Na rua das Pedrinhas, é assim: ora tem som de tambor, ora tem cheiro de acarajé. E quando eles se encontram, a magia acontece.
>
> As casas são tão juntinhas umas das outras que até parece um grande castelo. No final da tarde, o cheiro de acarajé invade cada pedacinho do lugar (Silva, 2024, p. 6).

Segundo o relatório *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos do Fundo das Nações Unidas para a Infância* (Unicef, 2021) apresenta dados sobre a situação da pobreza menstrual no país e indica que são as mulheres e meninas negras as mais vulneráveis aos efeitos da pobreza menstrual, por terem reduzidos seus direitos de acesso à água, a produtos de cuidado menstrual, serviços de saúde pública e educação, além do risco aumentado para sofrerem violência. Apesar disto, as dificuldades e vulnerabilidades das meninas negras brasileiras para terem garantidos seus direitos à dignidade menstrual ainda são pouco exploradas pelas políticas públicas e pelas diferentes manifestações culturais que abordam a menstruação, como a literatura infantojuvenil.

Dignidade Menstrual refere-se ao direito de todas as pessoas que menstruam terem acesso adequado a produtos de higiene

menstrual (como absorventes e coletores), informações sobre saúde menstrual, e a um ambiente limpo e seguro para o manejo da menstruação. Promover a dignidade menstrual significa garantir que a menstruação seja tratada de forma respeitosa e sem estigmas, assegurando o bem-estar físico, psicológico e social de quem menstrua (Cassimiro *et al.*, 2022). Pobreza Menstrual, por sua vez, relaciona-se à falta de acesso a produtos de higiene menstrual devido a dificuldades financeiras ou falta de infraestrutura básica, como água limpa e banheiros adequados. Isso pode impedir que muitas pessoas menstruantes gerenciam a menstruação com segurança e higiene, impactando sua saúde, autoestima, frequência escolar, e oportunidades de trabalho. Em resumo, dignidade menstrual é a condição ideal de acesso e cuidado**,** enquanto pobreza menstrual é uma barreira socioeconômica que impede esse ideal, trazendo à tona a necessidade de políticas e ações para mitigar esse problema e garantir dignidade para todas as pessoas menstruantes (Assad, 2021; Brito, 2021).

A autora segue descrevendo a vida rica de Dara, que recebe doces antes de ir para a escola, suas amigas na aula de capoeira, dando a ideia de uma vida de encontros, amizade e vida em comunidade, por um cuidado compartilhado das crianças e jovens. A menarca de Dara ocorre na aula de capoeira, e é narrada da seguinte maneira:

> No mesmo dia, na aula de capoeira, Dara sente sua calça molhada e chama a amiga para ir ao banheiro.
>
> - Acho que fiz xixi na calça. Olha aqui! – Dara mostra para Risadinha.
>
> Surpresa, a amiga comenta:
>
> - Não é xixi, sua calça está toda borrada de sangue. Você menstruou. Se pique para o salão!
>
> Assustada, Dara sai agoniada (Silva, 2024, p. 18).

A imagem que ilustra este trecho, apresenta Dara com a calça de capoeira manchada de sangue menstrual (figura 1).

Figura 1 – Dara menstrua na aula de capoeira

Fonte: Silva (2024).

Ao contar para a mãe da menstruação, Dara questiona se ficará sempre com a roupa manchada, a mãe explica que não precisa ter vergonha de menstruar e lhe explica que precisará usar absorventes. Em seguida, grita, solicitando para o irmão comprar absorventes na farmácia, pois Dara teria menstruado. A menina se sente constrangida com a exposição, e foge para a casa de sua avó, que lhe acolhe com abraços e chá de camomila, que faz parte dos cuidados menstruais dos saberes e cultura popular.

> Enquanto coloca água para esquentar, a avó vai até o quintal e volta com alguns galhinhos de camomila.
>
> - Fica quietinha que a cólica vai passar – a avó se aproxima com a xícara na mão. – Beba, minha neta, e benza três vezes: "Eu me curo, eu me saro" – com a mão na barriga de Dara.
>
> Dara bebe um pouquinho do chá.

> Vó, fiquei com muita vergonha quando mainha berrou lá no salão dizendo que menstruei. Ainda mais para o Evaldo.
>
> A avó pega a costura.
>
> - Sinto muito por isso. Menstruar é natural, Dara. Não é vergonhoso. É saudável. Quem menstrua ainda pode ter a possibilidade de gerar um filho, se assim desejar, só quando for adulta, viu? (Silva, 2024, p. 26-28).

A diferença de acolhimento da menina entre a mãe e a avó representa modos distintos de ver a menstruação e o cuidado. A mãe procura mostrar a Dara que a menstruação não é algo para se ter vergonha, na tentativa de consolar a menina, transpondo o tabu de que, segundo Natasha Piran (2020), o sangue menstrual precisa ser escondido. A solução para não manchar a roupa, seria o absorvente, a mãe oferece o item de cuidado e higiene menstrual como um modo de lidar com o incômodo da mancha na calça da capoeira, além do lenço amarrado na cintura. O acolhimento materno, neste caso, trata da dignidade menstrual de não se envergonhar pelo sangue menstrual e de ter acesso ao material de higiene e o uso do lenço, caso a menina ainda sinta vergonha. Na narrativa, a mãe acredita que a menstruação não é vergonhosa, e pede a Evaldo que compre os absorventes, envolvendo o irmão na situação. Neste momento, a mãe quebra outro tabu, o de não envolver as figuras masculinas nos cuidados menstruais, sendo a ocultação da menstruação uma das principais exigências na educação menstrual durante muitos séculos, conforme estudos de Mindy J. Erchull (2020). Mesmo assim, Dara ainda não se sente acolhida, ela precisa algo a mais, além de lidar com a vergonha e ter acesso ao absorvente. Assim, procura sua avó, mostrando que é uma figura feminina na qual ela sente confiança.

A avó, por sua vez, lhe oferece outro cuidado, validando as atitudes da mãe, ao lhe explicar que menstruar é algo natural, lhe oferecendo chá e um abraço. Neste trecho, a obra aborda a necessidade de afeto e acolhimento para este acontecimento sensível. Por muito

SUMÁRIO

tempo, os cuidados e educação menstrual estiveram relegados ao acesso de informações biológicas e ao uso do absorvente, o que é sumamente importante, contudo, não suficiente para a vivência das profundas transformações que este evento acarreta.

> - Está vendo aquele livro de capa vermelha ali na estante? Então, ele é seu. Fala sobre o nosso corpo. Explica sobre útero, vagina, a vulva. Tem várias ilustrações. E também comenta como algumas ervas podem auxiliar no nosso bem-estar. Peça ajuda para a sua mãe para ler.
>
> Dara termina de tomar o chá, coloca a xícara do lado, levanta-se e pega o livro na estante.
>
> - Obrigada, minha vó. O seu chazinho é muito bom mesmo! (Silva, 2024, p. 31).

Seguindo com seus conselhos, a avó indica que além do acolhimento, da quebra de tabus, é necessário ter acesso às informações sobre o corpo e o ciclo menstrual, porém, ele não está no centro da educação menstrual oferecida para Dara.

Em outro trecho, a narrativa aborda um dos piores lugares para estar menstruada: a escola. Ainda na cena em que Dara procura a avó, buscando acolhimento, a narrativa aborda dificuldades que a menina enfrenta relativas à higiene e dignidade menstrual:

> - Oxi! Que correria é essa? – Pergunta dona Damiana, largando a costura.
>
> Dara se aconchegou no colo da avó.
>
> - Ela menstruou, mãe! – comenta Sônia.
>
> Dara olha toda chorosa para a avó.
>
> - Minha vó. Como vou fazer as coisas sangrando desse jeito? E as aulas de capoeira? Como vou à escola? Lá não tem nem papel higiênico no banheiro e sempre falta água. Como vou fazer?

> Dona Damiana fala para Sônia voltar tranquila ao salão que ela cuida de Dara e pede para a neta se sentar na cadeira.
>
> - Menstruar não vai impedir você de fazer nada, minha neta! – comenta a vó – Se você estiver se sentindo bem, pode continuar com as suas brincadeiras. Sei que você gosta muito da escola, e não precisa faltar. Podemos conversar com suas professoras (Silva, 2024, p. 25).

Neste trecho, Dara expressa suas apreensões em relação à pobreza menstrual, devido ao escasso acesso a produtos de higiene menstrual, como o papel higiênico e problemas para acessar água na escola. Segundo o relatório *Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos do Fundo das Nações Unidas para a Infância* (Unicef, 2021) 10% das meninas faltam à escola devido à menstruação; 900 mil não têm acesso à água potável, mais de 4 milhões de meninas não têm acesso a itens básicos de cuidados menstruais nas escolas; 1,24 milhão de meninas não têm papel higiênico nos banheiros das escolas.

Além disso, estudiosas e ativistas menstruais, como Chris Bobel e colaboradoras (2020) tem apontado que os locais mais suscetíveis à precariedade de higiene menstrual são os presídios e as escolas, o que nos evoca os estudos de Michel Foucault (2014), em que mostra a semelhança arquitetônica e funcional de presídios e escolas na vigilância e punição, o que acarreta ainda mais violência aos vulneráveis, como meninas, mulheres, pessoas negras, menstruantes.

OXUM E A ÉTICA DO CUIDADO FEMINISTA

Após os cuidados, a avó lhe dá uma última orientação à neta, pedir ensinamentos à mãe Oxum. Dara faz o que a avó

lhe indicou e, à noite, antes de dormir, ouve o canto que vem do Centro de Umbanda:

> Deusa do Amor
> Puro encanto
> Cubra sua filha com seu manto
> Deusa encantada
> Minha paixão
> Canto pra ti em forma de oração (Silva, 2024, p. 32).

Ao dormir, Dara sonha com a Mãe Oxum, que lhe dá ensinamentos e conselhos sobre a menstruação. A ilustração apresenta Dara deitada na cama, com a Mãe Oxum, como uma mulher negra, de cabelos fartos e cacheados, vestida de amarelo, flutuando acima da menina, sorrindo e com uma borboleta no cabelo (figura 2).

Figura 2 – Oxum visita Dara em sonho

Fonte: Silva (2024).

SUMÁRIO

Ela orienta Dara:

> - Bem-vinda à MENARCA, minha menina! – diz Mamãe Oxum, com sua voz firme a doce. – A sua primeira experiência com a menstruação chegou.
>
> - Me sinto diferente, Mamãe Oxum.
>
> - Eu a abençoo, menina das águas. A partir de agora, você será como um rio. Cheia de emoções, como o fluxo das águas doces. Às vezes um turbilhão; às vezes em calmaria. Mas sempre em movimento e se transformando. Se prestar atenção às suas emoções, poderá acolhê-las.
>
> - E o que faço com tudo isso?
>
> - Você está crescendo. Confie no que seu corpo lhe dirá. Observando-o você terá muitas respostas. Esteja atenta ao que vai oferecer a ele, pois é sua morada e merece ser cuidada com carinho. A sua menstruação foi feita por você e para você. Ela é um presente, é seu ouro vermelho (Silva, 2024, p. 33, destaques da autora).

O modo belo e poético como a menstruação é descrita neste trecho segue os movimentos e ativismo menstrual da América Latina, que tem se fortalecido nos últimos anos, resgatando saberes e práticas ancestrais dos povos originários (Sala, 2020). Ao apresentar a menstruação como um presente, como um "ouro vermelho" (Silva, 2024, p. 33), valoriza o sangue menstrual, não como algo vergonhoso, mas, além de natural, algo para se orgulhar, como um presente, tal qual ensina a autora Lara Owen em sua obra *Seu Sangue é Ouro* (2019). O ativismo menstrual marcado pelo resgate de saberes ancestrais e matrilineares, que buscam resgatar uma "essência feminina", utiliza figuras de divindades femininas, na busca de desconstruir conceitos "colonizados", que apresentam o corpo dito feminino e a menstruação como maldição, castigo e pecado, tradicionalmente associadas a religiões patriarcais. Geralmente, divindades femininas

das culturas europeias e orientais são cultuadas por estas correntes, além de divindades da América Latina, como mostram Ilana Cohen (2020) e Daniela Cordovil (2015). Contudo, as divindades das religiões de matriz africana são pouco citadas por estes movimentos.

Nesta obra, o corpo que menstrua também é apresentado de forma positiva, com vistas a valorizá-lo, de modo a confiar no corpo e aprender a perceber seus ciclos e necessidades. Seus cuidados vão além da necessidade de higiene, é visto como um cuidado afetuoso e carinhoso.

A ciclicidade e mudanças emocionais são abordadas com a metáfora das águas e seus fluxos, o que combina com a divindade Oxum. As mudanças de humor durante o ciclo, são apresentadas como as mudanças das águas de um rio, por vezes calmas e tranquilas, em outras, como um turbilhão. É apresentada a necessidade de auto-observação e acolhimento com as emoções.

Assim, a narrativa extrapola os discursos de autocuidado e auto-observação comumente apresentados pelas obras de literatura no formato de guias da puberdade e menarca (Delaney; Lupton; Toth, 1988). Enquanto nestes guias o cuidado é abordado com vistas à higiene e saúde do corpo, esta obra apresenta um *ethos*, um cuidado ascético para consigo, aos moldes da Ginecologia Natural, seguindo também uma estética da existência (Foucault, 2004).

Para além de direito aos cuidados básicos para a menstruação, a obra apresenta uma ética do cuidado feminista, uma proposta política que estabelece valores de cuidado e acolhimento nos modos como as pessoas se relaciona com os outros e com o mundo. Ela é baseada na crença de que a teoria ética tradicional, baseada em valores liberais e no direito individual, subestima a moral das mulheres e suas experiências, além do cuidado mútuo e comunitário. É uma abordagem que vê o cuidado para além dos

SUMÁRIO

direitos individuais, sem deixar de reconhecê-los, mas agregando um cuidado ético às relações, a fim de manter e fortalecer vínculos por meio do imperativo do cuidado. Além disso, enfatiza a necessidade de uma postura ativa na educação para o cuidado, como uma prática a ser ensinada a todos, e não apenas a meninas e mulheres. Carol Gilligan foi pioneira nos estudos da ética do cuidado sob a perspectiva de gênero com a publicação da sua obra *In a Different Voice* (1982), defendendo que existem distintas e contrapostas formas de moralidade e tomada de decisões, pautadas em valores patriarcais: as que partem das visões comumente masculinas e outras atribuídas às visões femininas.

> A moralidade, sob o ponto de vista masculino, é limitada e centra-se nos princípios gerais e no respeito ao outro como critério de orientação da Justiça. Nas femininas a moralidade está diretamente relacionada à capacidade de responsabilidade das pessoas, de uma para com as outras por meio do imperativo de cuidado (Marinho, 2004, p. 73).

Em outro trecho, a obra apresenta um cuidado mútuo entre as mulheres. Após cuidar de Dara, a avó apresenta cuidado com a filha, mãe de Dara, que também passa por uma transformação ao vivenciar a menarca da filha, necessitando de cuidado e acolhimento também.

> - Que maravilha, minha netinha. Você está aprendendo a se cuidar. Agora vou ajudar a sua mãe.
>
> Dona Damiana pega um álbum de fotografias da família, vai até o salão e reúne Dara, Sônia e Vitória.
>
> - Vocês estão vendo esta foto? – era uma imagem em que as quatro mulheres estão abraçadas. – Quero que nunca esqueçam o que estão vendo. Nós somos fonte de amor uma para a outra. Viemos da mesma nascente. Mas cada uma vai seguir seu próprio curso.

SUMÁRIO

Sônia, Vitória e Dara se olham e respiram aliviadas.

- Sônia, a vida não foi fácil pra a gente. Mas você conseguiu. Tenho muito orgulho da mãe que você se tornou. Fique tranquila que suas filhas ficarão bem. Estou aqui para te apoiar. Vitória está desenhando caminhos lindos. Dara está em um momento de transformações importantes, ela precisa ser orientada (Silva, 2024, p. 36).

A ilustração deste trecho apresenta as quatro mulheres abraçadas, amparando uma as outras (figura 3).

Figura 3 – Abraço das personagens

Fonte: Silva (2024).

Em seguida, a narrativa mostra a mãe se desculpando com Dara por ter falado a Evaldo que estava menstruada, diz que sente que a filha está crescendo rápido. Dara pergunta se terá que deixar de brincar por ter menstruado. A mãe responde que não. Outro tabu

da menstruação é abordado na narrativa, o de que as meninas se tornam mulheres por terem menstruado (Piran, 2020). Muitos discursos, representações e narrativas apresentam o discurso de que a menstruação marca o início da vida adulta para as meninas, o que acarreta riscos para o seu desenvolvimento, bem-estar e segurança. Este tabu acarretou múltiplas violências para meninas em diversas culturas, sendo consideradas aptas ao casamento e maternidade precocemente, muitas meninas são obrigadas a deixarem a escola para cuidarem do lar e se casarem. E mesmo em culturas que não praticam o casamento infantil, outros demarcadores culturais de gênero, que marcam o "tornar-se mulher", denunciado por Simone de Beauvoir (2016), são impostos, como performatividade de gênero.

> - Vitória, quando você menstruou pela primeira, você tinha virado mocinha vez, eu disse que, a partir daquele momento você tinha virado mocinha, que passaria a ter mais responsabilidades. Eu me enganei. Não é porque menstruamos que nos tornarmos adultas. Perdão! – comentou Sônia, pegando na mão da filha.
>
> - Nossa, é um alívio escutar isso de você, mainha! – desabafa Vitória.
>
> - E, olhe, eu lhes digo mais, vocês podem ser o que vocês quiserem ser. Não tenham pressa. Vivam suas fases sem agonia. Eu amo vocês do jeito que vocês são Respeito a escolha de cada uma – finalizou a mãe (Silva, 2024, p. 39).

Vitória é apresentada como uma jovem *desfeminilizada*[3], o que é um grande avanço para obras que abordam a menstruação, que comumente apresentam a imposição de as meninas manterem sua performatividade de feminilidade durante as alterações de humor durante o ciclo menstrual e com as transformações corporais da puberdade e adolescência (figura 4).

3 Refere-se às mulheres que extrapolam a necessidade de performar feminilidade, imposta pela cultura machista e patriarcal. Geralmente, utilizam cabelos curtos, roupas largas ou esportivas e pouca maquiagem.

Figura 4 – Abraço da mãe e filhas, em que há Vitória

Fonte: Silva (2024).

A representação de menstruadoras majoritariamente femininas e cisgênero excluem outros modos de ser, apresentando as mulheres cisgênero como as menstruadoras padrão, apoiadas em normas sociais amparadas na ideia essencialista de sexo e gênero binários conforme mostra Chris Bobel (2010). Contudo, o conceito de gênero é uma construção social, fortalecido e reproduzido pelas interações sociais e narrativas dentro da normatividade heterossexual e cisgênero, conforme ensina Judith Butler (2019). Dentro destas normatividades, pessoas trans, não binárias, de gênero *queer*, desfeminilizadas precisam contestar suas identidades e corpos.

Isto ocorre também nas normatividades da menstruação, que postulam normas, regras e padrões que normatizam os

SUMÁRIO

comportamentos, identidades, gênero que postulam o que é considerado normal e patológico nos corpos e subjetividades menstruantes. A este conjunto de normatividades, Josefin Perdotter (2020) chamou de *menstrunormatividade*, mostrando a necessidade de desconstruir e criticar os discursos menstruais hegemônicos reconhecendo as "multiplicidades de realidades menstruais" (Persdotter, 2020, p. 367) e compreender como as perpectivas queer, trans e não binárias ajudam a desgenerificar e despatologizar a menstruação, descontruindo a *menstrunormatividade*, como nos mostra Klara Rydstrom, (2020).

Rowena B.D. Kosher, Lauren C. Houghton e Inga T. Winkler (2023), realizaram uma pesquisa netnográfica, em que analisam como pessoas trans se sentiam em relação aos produtos de higiene e cuidados da menstruação, e mostram que não se viam representadas pela mídia e nos produtos oferecidos para os cuidados com o ciclo menstrual, que eram pensados majoritariamente a partir das premissas da feminilidade.

> A menstruação pode desempenhar um papel significativo em como as menstruadoras vivenciam suas interações com os profissionais de saúde, sua realidade vivida em uma sociedade dominada por uma compreensão binária e cisnormativa de gênero e sexo, e suas compreensões de individualidade e identidade (Kosher, Houghton e Winkler, 2023, p. 1-2).

A célebre frase do crescente campo de estudos menstruais de Chris Bobel (2010), afirmando que "nem todas as mulheres menstruam, e nem todas as menstruadoras são mulheres" evoca a pluralidade das experiências menstruais e os diferentes modos de ser menstruante, abrangendo a diversidade do espectro da identidade de gênero. Assim, a obra o Ouro Vermelho de Dara, ao apresentar uma jovem desfeminilizada, avança nos modos de narrar a menstruação e representar menstruantes na literatura infanto-juvenil.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *O Ouro Vermelho de Dara* traz importantes reflexões e representações para a educação e saúde menstrual no contexto brasileiro, apresentando uma protagonista negra, da periferia de Salvador, e mostrando os cuidados da menarca para além dos discursos comuns nesta literatura, de cuidados de higiene e preservação da feminilidade. A obra avança nos debates contemporâneos da menstruação, quebrando os tabus de vergonha, feminilização dos corpos menstruantes, a adultização das crianças que menstruam. Apresenta também modos mais inclusivos de abordar a menstruação, narrando-a como uma potência dos corpos menstruantes, um presente na medida em que pode trazer consciência sobre ciclicidade, autoconhecimento, consciência das emoções, e uma ética do cuidado, que inclui responsabilidade, vínculo e exercício estético do relacionamento.

Ao apresentar uma jovem desfeminilizada, a narrativa traz importante contribuição para a literatura infantojuvenil brasileira, evidenciando a diversidade dos corpos e subjetividades das menstruadoras, contrapondo a representação de mulheres e meninas brancas e cisgênero como figuras da menstruadora padrão. Salientamos também que, em um contexto de crescente censura das obras de literatura infanto-juvenil que apresentam protagonistas negras e com o crescente racismo religioso, incluir uma divindade de religiões de matriz africana, como Oxum, no centro da narrativa é extremamente relevante para pensarmos modos mais tolerantes, inclusivos e cuidadosos de pensar as infâncias brasileiras, as pessoas que menstruam, seus corpos e a ética do cuidado menstrual.

Indicamos a necessidade de estudos futuros de como crianças e jovens fazem a leitura e interpretações da obra, bem como os modos como as escolas e mediadores de leitura realizam propostas com a obra são importantes para compreendermos os efeitos dos

discursos desta narrativa. Apesar da importância da literatura infantojuvenil, nenhum objeto cultural ensina por si só, antes do encontro com o leitor, que realiza modos próprios de interpretar as narrativas e acolhê-las a partir de suas vivências, cultura e histórias.

REFERÊNCIAS

ASSAD, B.F. Políticas Públicas acerca da Pobreza Menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, jan./jun., 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: e experiência Vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BOBEL, Chris *et al.* **New Blood**: third-wave feminism and the politics of menstruation. New Brunswick: Rutgers University Press, 2010.

BOBEL, Chris. FAHS, Breanne. The Messy Politics of Menstrual Activism. *In:* BOBEL, Chris *et al.* **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies.** New York: Springer, 2020.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam:** os limites discursivos do "sexo". São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BRITO, M.A.P.R. **Pobreza Menstrual e Políticas Públicas para mulheres e meninas**. SEI/UFG - 2131235 - Termo de Ciência e de Autorização TCCG (RI). 2021. Disponível em: http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/19809. Acesso em: 27 set. 2024.

CASSIMIRO, João Carlos; CRUZ, Bruna Carolina Pereira; MOREIRA, Caroline Borges; DOS SANTOS, Maria Carolina Takahashi; PEIXOTO, Marisa Costa. Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 2, p. 5181–5193, 2022.

COHEN, Ilana**.** Menstruation and Religion: Developing a Critical Menstrual Studies Approach. *In:* BOBEL, Cris *et al.* **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies.** New York: Springer, 2020, p. 115-129.

CECCATINI, João Luís. GALVÃO, Eliane. VALENTE, Thiago Alves (org.). **Literatura Infantil e Juvenil na Fogueira.** Belo Horizonte: Aletria, 2024.

CORDOVIL, Daniela**.** O Poder Feminino nas Práticas da Wicca: uma análise dos "Círculos de Mulheres". **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 352, p. 419-431, 2015.

DELANEY, Janice. LUPTON, Mary Jane. TOTH, Emily. **The Curse**: a cultural history of menstruation. Illinois: University of Illinois Press, 1988.

ERCHULL, Mindy. J. "You Will Find Out When the Time Is Right": Boys, Men, and Menstruation. *In:* BOBEL, Cris *et al.* **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. New York: Springer, 2020. p. 395-407.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 2014.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice**: Psycological theory and women's development. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GODOY, Maria Carolina. VALENTE, Thiago Alves. Sobre o Risco da Intolerância Religiosa e do Vandalismo. *In:* CECCATINI, João Luís. GALVÃO, Eliane. VALENTE, Thiago Alves (org.). **Literatura Infantil e Juvenil na Fogueira**. Belo Horizonte: Aletria, 2024.

GOTTLIEB, Alma. Menstrual Taboos: Moving Beyond the Curse. *In:* BOBEL, Cris *et al.* **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. New York: Springer, 2020, p. 142-162.

KOSHER, Rowena B.D. HOUGHTON, Lauren C. WILKER, Inga T. MANstruation: A cyberethnography of linguistic strategies of trans and nonbinary menstruators. **Social Science & Medicine**, 328, 2023.

MARINHO, Manuela. Olhares femininos sobre a ética: Carol Gilligan e NelNoddings. **Revista intervenção social**, Lisboa, n. 29, p. 71-82, 2004.

OWEN, Lara. **Seu sangue é ouro**: despertando para a sabedoria da menstruação. Viamão: Lótus 22, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. "Matripotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions". *In:* OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **What Gender is Motherhood?** New York: Palgrave Macmillan, 2016, p. 57-92.

PERSDOTTER, Josefin. Introducing Menstrunormativity: Toward a Complex Understanding of 'Menstrual Monsterings.' *In:* BOBEL, Cris *et al.* **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. New York, 2020, p. 357-373.

PIRAN, Natasha. The menarche journey: embodied connections and disconnections. *In:* BOBEL, Cris; *et al.* (Eds.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. New York: Palgrave Macmillan, 2020. p. 201-214.

RYDSTROM, Klara. Degendering Menstruation: Making Trans Menstruators Matter. *In:* Bobel, Chris *et al.* **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Schilt: Palgrave Macmillan, 2020.

SALA, Nayla C**.** Menstruación decolonial. **Revista de Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, 2020.

SILVA, Camila Barbosa. **O Ouro Vermelho de Dara**: uma história amorosa sobre a primeira menstruação. Belo Horizonte: Mazza, 2024.

UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil**: Desigualdades e violações de direitos**.** UNICEF, 2021.

SUMÁRIO

SOBRE NÓS: ORGANIZADOR@S E AUTOR@S

Adilson Cristiano Habowski

Pós-doutorando no PPGEdu da Universidade La Salle, com bolsa do CNPq. Doutor em Educação (2023). Mestre em Educação (2019). Possui o Ensino Médio na modalidade normal (Magistério) (2014); Graduação em Teologia (2017) e Pedagogia (2022). Atualmente é professor do PPGEdu da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Desde 2022, desempenha a função de Editor Assistente da Revista Educação, Ciência e Cultura.

E-mail: adilsonhabowski@hotmail.com

Ana Villarroel Márquez

Licenciatura en Historia por la Universidad de Vigo (España). Maestría en Estudios Latinoamericanos. Especializada en el área de cultura, por la Universidad de Granada (España). Diplomado en Sembrar Reveldía: Estudios Feministas desde los sures globales. Doctorado en Estudios e Intervención Feministas por la Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas (México).

E-mail: avillarroelmarquez@gmail.com

Amanda de Mello Martins

Pedagoga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). Integra o Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS/UFRGS) e o Grupo de Estudos em Desigualdades, Inclusão e Políticas Educacionais (GEDIPE/UFRGS). É Técnica em Assuntos Educacionais na UFRGS, atuando no acompanhamento pedagógico de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente, coordena um Projeto de Extensão de Práticas de Promoção da Saúde que oferta oficinas culturais, artísticas e de lazer para estudantes universitários.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0921621666522046

Orcid: https://orcid.org/0009-0008-1055-2008

E-mail: amanda.martins@ufrgs.br

SUMÁRIO

Brice Gaelfie N Gouaka Bouaha

Congolesa, Sanitarista de Formação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assessora Tecnica na Coordenação de Acesso e Equidade do Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária, da Secretaria de Atenção Primaria a Saúde do Ministério da Saúde, como ponto focal na saúde da população migrante, refugiada e apátrida. Nas pesquisas aborda a temática de migração e saúde sendo elas saúde mental da mulher migrantes, a mediação intercultural em saúde, e a temática de migração e educação.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/6228305542694462

E-mail: nbbgaelfie@gmail.com

Carlos Alberto da Silva Lisboa dos Santos

É pedagogo, educador e graduado em Gestão de Recursos Humanos, História e Filosofia. Possui MBA Executivo em Gerenciamento de Projetos; Gestão Pública, além de especialização em Psicopedagogia, Gestão Escolar e História e Cultura Afro-Brasileira. Atua como educador e gestor de projetos sociais nas áreas de treinamento e desenvolvimento de pessoas, com foco em gestão, captação de recursos e prestação de contas. Tem experiência em projetos com organismos internacionais, como UNESCO, UNICEF, PNUD, USAID Partners, Comissão Europeia e Terre Des Hommes Schweiz. Desde 2017, integra a equipe da Diretoria Administrativo-Financeira do Programa NEOJIBA.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/7914653596392016

E-mail: callisboa@gmail.com

Carolina de Freitas Corrêa Siqueira

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu-UFRGS) Possui experiência na docência na área das Ciências Humanas e Sociais e no campo das Habilidades e Culturas Digitais, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior. Integrante do NECCSO: Núcleo de Estudos Currículo, Cultura e Sociedade (UFRGS) Integrante do Grupo de Pesquisa GEPS: Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (UFRGS)Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGEdu - UNISC) Licenciada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2680-6083

SUMÁRIO

Carolina Araujo Londero

Mestra em Saúde Coletiva, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Por formação, é bacharel em Enfermagem pela UFN e licenciada pela UFSM. Foi bolsista do ProUni (Programa Universidade para Todos). Durante a graduação, atuou como bolsista de iniciação científica (2019-2022) e participou de grupos de estudos e leituras. Participou como pesquisadora da 17ª Conferência Nacional de Saúde. É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Saúde, Ambiente e Desenvolvimento (SAD) e do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS). Lutando por uma universidade para todes.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2071337568733302

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1098-6638

E-mail: carolina.alondero@gmail.com

Cristianne Maria Famer Rocha

Professora e mãe. Leitora e viajante voraz, adora aprender com as diferenças. Desobedece e desorienta com a mesma intensidade. É Doutora e Mestre em Educação, Professora Associada da Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: cristianne.rocha@ufrgs.br

Elisabeth Lima de Oliveira

Psicóloga clínica, formada pelo Centro Universitário Metodista IPA, com ênfase em saúde coletiva e direitos humanos, especialista em Ergonomia pela Claretiano e certificada em Neurociências pela PUCRS. Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atua com abordagem humanista, supervisão técnica e desenvolvimento de projetos relacionados à saúde mental no trabalho, tendo trabalhado no SESI/RS no Centro de Inovação em Saúde Mental e em diversos outros espaços da saúde pública e privada. Destaca-se em sua atuação a integração de suas formações e o foco no bem-estar psicológico, promovendo o cuidado integral e a inclusão social.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/3456332472316874

E-mail: educacao.elisabeth@gmail.com

Elsa Franke Roso

Analista em Políticas Públicas na Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS). Assistente Social no Hospital Sanatório Partenon. Doutoranda em Enfermagem no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/5327829136243117

E-mail: elsaroso@gmail.com

SUMÁRIO

Fernanda Carlise Mattioni

Doutora em Enfermagem. Professora da Escola de Enfermagem e Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vice líder do Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde. Integrante do Grupo Temático de Promoção da Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/6560584289296549

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3794-6900

E-mail: fernanda.mattioni@ufrgs.br

Flavia Feron Luiz

Enfermeira. Doutoranda em Educação (UFRGS). Mestra em Ensino na Saúde (UFCSPA). Especialista em Terapia Intensiva e Enfermagem do Trabalho. Preceptora de Enfermagem da Ênfase de Atenção ao Paciente Crítico do Grupo Hospitalar Conceição (GHC). Docente do curso técnico em Enfermagem do GHC. Atua na UTI Adulto do Hospital Nossa Senhora da Conceição. Membro do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS) e do Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO), vinculados à UFRGS.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/4301354775670604

Orcid: 0000-0002-5317-4528

E-mail: flaviaferon@hotmail.com

Francine Carlete Groth Eichler

Possui graduação em Letras-Inglês (2020) e Pedagogia (2017) pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci- Uniasselvi. Especialização em Psicopedagogia pela mesma instituição. Atua como professora de Educação Infantil no município de Itapiranga - SC, efetiva na rede desde o ano de 2022.

E-mail: eichlerfrancine36@gmail.com

Hector Hernando

Coordinador del Área de Investigación y Educación. Médico por la Universidad del Quindío. Especialista en Evaluación del Riesgo por la Universidad de los Andes. Magíster en Comunicación Educativa por la Universidad Tecnológica de Pereira y Magíster en Educación y Desarrollo Comunitario, CINDE-Manizales. Estudiante de doctorado en Didácticas de las Ciencias Sociales, Universidad Tecnológica de Pereira.

E-mail: comunicasalud@utp.edu.co

Jara María Romero Luque

Laboratorio de Estudios Interculturales, Universidad de Granada. Estudios Postcoloniales del Sáhara Occidental. Universidad Autónoma de Madrid.

E-mail: jaramariaromero@gmail.com

SUMÁRIO

Júlia Gomes Bragante Commiato

Licenciada em Gastronomia pelo Instituto Politécnico de Coimbra; Licenciada e Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (INCIS/UFU).

Lattes: https://lattes.cnpq.br/2980046445651255

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5769-0434

E-mail: commiato.soc@gmail.com

Kamyla Stanieski Dias

Professora e historiadora, mestre em Educação (ULBRA) e doutoranda em Educação (UFRGS). Integra o GEPS - Grupo de Estudos em Promoção a Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, também, o NECCSO - Nucleo de Pesquisa sobre Currículo, Cultura e Sociedade (UFRGS).

Instagram: @kamylainthesky

E-mail: 95kdias@gmail.com

Lázaro de Oliveira Evangelista

Doutor e Mestre em Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Especialista em História e Culturas Afro-Brasileira e Especialista em Ensino de Língua Inglesa. Graduado em Letras / Inglês e respectivas literaturas (PUCRS); Pedagogia (UNINTER/PR); Teatro (Centro Universitário Ítalo Brasileiro) e Gestão de Negócios em Turismo (FACTUR/FAMETTIG). Professor de Língua Inglesa na Rede Pública Municipal de Educação de Porto Alegre/RS e na Rede Pública Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS) e do Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO), ambos vinculados à UFRGS.

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0131-571X

Leonei Braun

Graduado em Licenciatura Plena em Matemática e Licenciatura em Física, Especialista em Metodologias de Ensino de Matemática e Física, Mestrando em Educação pela URI Universidade Regional Integrada do Alto Vale e das Missões (Câmpus de Frederico Westphalen). Professor de matemática e física na rede pública de ensino no estado de Santa Catarina, Brasil, utilizando abordagens inovadoras no ensino das exatas e da ciência da natureza. Fluente em português, e proficiência intermediária em alemão e espanhol. Tendo sua pesquisa de mestrado voltada para as migrações e imigrações utilizando o método cartográfico.

E-mail: kesslerbraun10@gmail.com

Liara Saldanha Brites

Doutora em Educação (UFRGS), em estágio pós-doutoral (UNISC) na mesma área, na linha de pesquisa dos Estudos Culturais, com olhar para o uso de plataformas digitais para a educação em saúde. Mestra em Saúde Coletiva (UFRGS) e especialista em Sistema Público de Saúde (UFSM) e em micropolítica da gestão e do trabalho em saúde (UFF). Fonoaudióloga (UFSM), atuando na gestão regional da Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/6265682502971315

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3474-0333

E-mail: liarabrites@yahoo.com.br

Liciane da Silva Costa Dresch

Enfermeira graduada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pós-doutoranda pelo Programa de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Enfermagem no Programa de Pós Graduação em Enfermagem da UFRGS. Mestre em Ciências Médicas: Psiquiatria pela Faculdade de Medicina da UFRGS. Especialista em Saúde Mental e Coletiva pela Faculdade de Educação da UFRGS. Professora do Programa de Pós Graduação da Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS) e da graduação em Enfermagem da UNISINOS.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/9307116400756751

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3450-8625

E-mail: licisc@gmail.com

Lucas Barros dos Santos

Enfermeiro graduado pela Universidade Federal de Alagoas, Especialista em Doenças Parasitárias e Meio Ambiente e em Gestão em Saúde Pública, mestrando em Enfermagem pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENF/UFRGS). Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família do município de Santana do Ipanema/AL, preceptor do Programa Saúde com Agente, docente dos cursos técnicos e graduação em enfermagem. Membro do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS) e do Grupo Onda Vermelha na UFRGS: saúde e educação menstrual.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/8755658842623179

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4719-598X

E-mail: lucas.barros@arapiraca.ufal.br

SUMÁRIO

Luiza Viriato Borges

Bacharel em Naturologia, Bacharelanda em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFRGS.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2051284797196674

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7403-1243

E-mail: luizaviriatoborges@gmail.com

Maria Luíza Lucas dos Santos

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (2014). Mestra em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2020). Aluna do doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2022). Atualmente realiza estágio de doutorado sanduíche no Programa de Pós-graduação em Pedagogia da Universidad Nacional Autónoma de México (2024-2025). Aluna de graduação do curso de Letras Português e Inglês da Universidade SENAC (2022).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/7444589451865974

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-5770-7646

E-mail: marialuiza1992s@gmail.com

Maura Jeisper Fernandes Vieira

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestra pela mesma instituição e Pedagogia pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Membro do Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS). Pesquisadora sobre Plataformização e Uberização do Trabalho Docente.

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7590-9903

E-mail: maurajeisper@gmail.com

Michelle Brugnera Cruz Cechin

Doutoranda em Educação (PPGEdu/UFRGS) e mestra em Psiquiatria e Ciências do Comportamento (PPGPsiq/UFRGS). Educadora Especial na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Membro do Grupo Saúde e Educação Menstrual Onda Vermelha, Grupo de Estudos em Promoção da Saúde (GEPS) e do Núcleo de Estudos sobre Currículo, Cultura e Sociedade (NECCSO), vinculados à UFRGS.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0904421070939446

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3276-473

E-mail: mibrugnera@gmail.com

SUMÁRIO

Milena Ribeiro Lopes

Pedagoga pela FURG (Universidade Federal de Rio Grande). Professora da Educação Básica na Prefeitura de Canoas/RS. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle Canoas/RS.

E-mail: milena.lopes@canoasedu.rs.gov.br

Priscila Tadei Nakata Zago

Analista em Saúde na Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SES/RS). Enfermeira no Hospital Sanatório Partenon. Doutoranda em Enfermagem no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGENFUFRGS).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3471632854980808

E-mail: priscilanakata@gmail.com

Tanisa Brito Lanzarini

Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem (UFRGS). Mestra em Biologia Celular e Molecular Aplicada à Saúde (ULBRA). Coordenadora do Departamento de Atenção Primária em Saúde da ABEn. Atua como docente da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

E-mail: tanisalanzarini@gmail.com

Thiago Perez Jorge

Professor Adjunto do Departamento de Nutrição da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Bacharel em Nutrição pela UFSC, e Bacharel em Filosofia pela UFRN. Coordena o Laboratório de Educação Alimentar e Nutricional (LEAN-UFRN).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/9022248828077360

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0375-8613

E-mail: thiago.jorge@ufrn.br

Tiago Amaral Sales

Professor Adjunto nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação Básica (PPGPEDU/UFU). Pós-doutorado em Divulgação Científica e Cultural (UNICAMP). Mestre e Doutor em Educação (PPGED/UFU). Licenciado em Pedagogia (UNESA). Licenciado e Bacharel em Ciências Biológicas (INBIO/UFU).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2295345372533795

Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3555-8026

E-mail: tiagoamaralsales@gmail.com

SUMÁRIO

Vinícius Barbosa Cannavô

Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS), na linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação, com período sanduíche na Universidad de Granada (UGR/Espanha), junto ao Instituto de Migraciones (2024-2025) e estância junto a Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales de Buenos Aires, Argentina (2022-2023). Mestre em Educação pelo mesmo programa e linha de pesquisa (2021). Possui graduação em Teologia pela Universidade La Salle (2016). Tem se debruçado sobre os movimentos migratórios e os sujeitos refugiados.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2458639007844415

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7030-0349

E-mail: viniciuscannavo13@gmail.com

Walter Günther Rodrigues Lippold

Pesquisador e editor do Projeto História Social das Propriedades e direito de acesso, do Proprietas Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal Fluminense. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação (UFRGS), Especialista em História do Mundo Afro-Asiático e Licenciatura Plena em História pela Faculdade Porto-Alegrense. Tem experiência de pesquisa na área de História da Tecnologia, História Intelectual, História do Mundo Afro-Asiático e formação de pesquisadores e professores.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/9363438914171650

Orcid: https://orcid.org/0000-0001-8368-4425

SUMÁRIO

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 20, 92, 145, 156, 158, 159, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 178, 182, 183, 191

africana 20, 96, 132, 144, 156, 158, 159, 163, 165, 170, 172, 174, 176, 177, 180, 182, 184, 185, 187, 191, 192, 201, 207

alimentação 14, 19, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 119, 120, 121, 127, 130

América Latina 16, 23, 94, 147, 148, 158, 167, 200

ativismo menstrual 21, 191, 200

B

Bantu 20, 169, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188

C

capitalismo 19, 20, 29, 58, 97, 104, 112, 115, 116, 117, 147, 155, 158, 165

colonialidade 20, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 152, 154, 155, 162, 164, 166, 167

colonialismo 14, 20, 148, 157, 158, 159, 164, 165, 174, 175, 185

Conferência de Bandung 20, 157, 158

contemporaneidade 16, 17, 19, 22, 26, 48, 52, 55, 60, 61, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 87, 88, 90, 122, 123, 131, 136, 138, 139, 192

contemporâneo 13, 14, 15, 17, 18, 22, 54, 59, 61, 62, 73, 77, 83, 106, 110, 135, 188

contracultura 18, 92, 95, 104

cosmopercepções 20, 170, 173, 179

D

desigualdade 18, 47, 112, 131, 133, 186, 193, 198, 208

diáspora 20, 170, 172, 174, 176, 177, 178

diversidade 15, 21, 87, 108, 114, 118, 119, 175, 176, 179, 184, 185, 206, 207

docência 14, 17, 51, 58, 59, 60, 61, 67, 69, 70, 73, 212

E

educação 14, 20, 22, 24, 26, 29, 31, 32, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 53, 56, 57, 58, 135, 169, 170, 172, 173, 175, 178, 183, 184, 186, 187, 188, 192, 193, 196, 197, 202, 207, 212, 216

empresário 17, 62, 67, 76, 80, 81, 82, 85, 87

Enfermagem 18, 30, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 143, 213, 214, 216, 217, 218

enfermeiro 17, 79, 81, 83, 85, 86, 87, 90

ERER 20, 171, 173, 183, 185

espetacularizada 59, 60, 67, 72

ética 18, 51, 57, 81, 87, 107, 190, 191, 192, 201, 207, 209

étnico-raciais 14, 170, 173, 184, 187, 189, 191

eurocêntricos 16, 25, 152, 164, 175

F

feminista 18, 91, 92, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 190, 191, 192, 201

G

gênero 18, 108, 120, 202, 204, 205, 206, 208

globalização 14, 77, 118, 148

H

hegemonia 21, 112, 145, 146, 155, 166, 192

Hip Hop 18, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

I

imperialismo 20, 157, 165

inclusão 18, 21, 44, 49, 50, 155, 171, 184, 188, 213

individualismo 15, 29, 66, 82, 104

L

liberdade 15, 41, 44, 83, 84, 123, 133, 151, 159

literatura infantojuvenil 14, 21, 190, 191, 192, 193, 207, 208

SUMÁRIO

M

manifestación artístico-activista 18, 91

menstruação 14, 21, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 209, 210

México 16, 18, 24, 31, 41, 92, 98, 99, 105, 211, 217

N

neoliberal 16, 17, 18, 26, 27, 29, 31, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 62, 63, 64, 67, 70, 73, 74, 79, 81, 82, 85, 87, 89, 90, 106, 109, 111, 112, 113, 117, 118, 136, 137, 138, 139, 142, 143

neoliberalismo 14, 16, 23, 28, 29, 30, 31, 45, 46, 49, 50, 51, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 68, 74, 80, 81, 85, 86, 110, 114, 116, 117, 119, 135, 139, 143

O

OUA 20, 145, 157, 159, 161, 162, 163, 165, 167

Oxum 21, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 207

P

patriarcado 14, 18, 97, 100

plataformas digitais 17, 60, 61, 63, 65, 69, 71, 72, 73, 216

pobreza 18, 104, 112, 116, 133, 157, 191, 193, 194, 198, 208

políticas públicas 21, 40, 51, 58, 115, 119, 120, 173, 193

produtivista 16, 30, 31, 39, 45, 51, 52, 138

R

raça 21, 146, 148, 151, 152, 174

racionalidade 16, 17, 18, 27, 30, 44, 45, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 73, 80, 82, 85, 87, 90, 106, 117, 118, 138

racismo 21, 116, 133, 142, 157, 170, 172, 175, 176, 186, 188, 192, 207

rap 18, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

refugiados 20, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 219

refúgio 20, 144, 145, 149, 151, 153, 154, 155, 162, 163, 164, 165, 168

religião 21, 151, 173, 177, 188

S

saúde 14, 19, 21, 29, 36, 37, 38, 39, 40, 52, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 108, 109, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 126, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 192, 193, 194, 201, 206, 207, 212, 213, 216

sujeitos 15, 21, 27, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 55, 57, 62, 63, 64, 65, 68, 83, 84, 85, 107, 109, 126, 135, 140, 173, 174, 181, 182, 219

T

tecnologias 14, 65, 68, 81, 111, 139, 182

TikTok 17, 59, 60, 61, 63, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75

tuberculose 19, 122, 125, 128, 141, 142

V

violência 18, 22, 62, 114, 131, 154, 159, 162, 174, 193, 198

www.pimentacultural.com

MODOS DE SER CONTEMPORÂNEO

sujeit@s do nosso tempo

CAPES
PPGEDU UFRGS/FACED
pimenta cultural